

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA  
MESTRADO EM FILOSOFIA

UMBELINA MARIA GALVÃO DE MOURA

**Das Proposições Categóricas às Temporais e Modais no século XIV em Guilherme de Ockham**

Porto Alegre  
Julho, 2024

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL**

**ESCOLA DE HUMANIDADES**

**UMBELINA MARIA GALVÃO DE MOURA**

**Das Proposições Categóricas às Temporais e Modais no século XIV em  
Guilherme de Ockham**

Porto Alegre

2024

UMBELINA MARIA GALVÃO DE MOURA

**Das Proposições Categóricas às Temporais e Modais no século XIV em Guilherme de Ockham**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Área de Concentração: Metafísica e Epistemologia

Orientador: Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich

Porto Alegre

2024

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

UMBELINA MARIA GALVÃO DE MOURA

**Das Proposições Categóricas às Temporais e Modais no século XIV em  
Guilherme de Ockham**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para a  
obtenção do grau de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-  
Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do  
Rio Grande do Sul.

Área de Concentração:

Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich

---

Prof. Dr. Guido Jose Rey Alt

---

Prof. Dr. Marcus Paulo Rycembel Boeira

Porto Alegre

2024

## AGRADECIMENTO

Gostaria de iniciar agradecendo a Deus por me conceder a graça e a força para alcançar esta importante conquista em minha vida. Os desafios enfrentados ao longo desta jornada foram muitos, e acredito que os momentos de provação foram, de fato, os mais transformadores e íntimos que um ser humano pode experimentar.

Também é necessário reconhecer o meu próprio esforço e dedicação ao longo deste percurso. Identificar minhas falhas e buscar soluções foi fundamental para o meu crescimento pessoal e acadêmico. Contudo, esse caminho não foi trilhado sozinho. Além do apoio divino, a presença e o suporte incondicional de minha família foram essenciais desde o momento em que decidi deixar minha cidade natal e atravessar o país para perseguir meu sonho. Seu apoio constante, mesmo à distância, foi um pilar fundamental nesta trajetória. Gostaria de fazer uma menção especial ao meu companheiro, Eliezer Honorio, cujo apoio, cuidado e incentivo foram cruciais, especialmente nos momentos finais desta caminhada no mestrado e no início de minha nova jornada no doutoramento. Sua presença e compreensão fizeram toda a diferença, e sou imensamente grata por tê-lo ao meu lado.

Não posso deixar de agradecer aos amigos que conquistei ao longo desse caminho e que me receberam de braços abertos. Primeiramente, ao meu excepcional orientador, Professor Doutor Roberto Pich, cuja orientação, paciência e conhecimento foram cruciais para o desenvolvimento desta dissertação. Agradeço também aos meus amigos, Uelliton Corsi, Padre Rogério, Júlia Sant' Anna e Mabi Moura, que estiveram comigo nesses dois anos na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, compartilhando aprendizados, desafios e vitórias, também a todo apoio técnico e burocrático da equipe da secretaria do ppgf-fil, Lisiane Prado e Felipe. Finalmente, um agradecimento especial aos professores que tanto contribuíram para a minha formação acadêmica e pessoal. Sou grata aos Mestres Professor Marcus Boeira, Guido Alt e Fernando, cujas seus ensinamentos foram fundamentais para expandir meus horizontes e enriquecer minha pesquisa. A todos que direta ou indiretamente fizeram parte desta jornada, o meu mais sincero agradecimento.

## RESUMO

Guilherme de Ockham (1287), ou, como conhecido, *Doutor Invencível*, foi um franciscano inglês, filósofo, teólogo e lógico escolástico do século XIII foi um fiel seguidor de Duns Scotus, como também um leitor rígido e crítico de Aristóteles. Ockham é conhecido por muitos historiadores por ser um dos últimos medievais, devido a suas abordagens filosóficas sofisticadas que foram além de seu tempo, abrindo espaço assim para a modernidade e para futuros progressos na igreja de seu século. Contudo, o propósito desta pesquisa delimita-se na temática da Lógica, na qual serão analisadas proposições temporais, modais, termos e a significação (como era atribuída) tendo como base a teoria da suposição no século XIV, conforme abordado por Guilherme de Ockham em sua obra *Summa Logicae Parte II*. Nosso objetivo é investigar os critérios de significação dessas proposições. No primeiro capítulo, apresentaremos as contribuições de Ockham para a teologia e a filosofia, culminando na análise de sua obra magistral, em que abordaremos a classificação dos termos, explorando suas funções e estrutura gramatical junto com as suas conjecturas conceitualistas. No segundo capítulo, analisaremos diretamente como se dá a verdade e a significação das proposições e dos termos, como também a teoria da suposição e quais as regras mais utilizadas por Ockham. Conseqüentemente, investigaremos detalhadamente as referências e inclinações de Guilherme de Ockham no domínio da lógica, ampliando nossa exploração para o estudo da natureza do conhecimento. Esse aprofundamento permitirá uma compreensão mais robusta de sua epistemologia. No terceiro e último capítulo, continuaremos as análises proposicionais, porém para um escopo temporal e modal no qual as regras de suposição como método de análise não serão suficientes para a explicação, fazendo com que nossa alternativa se direcione para os métodos lógicos de ampliação e apelação, proporcionando uma visão abrangente do pensamento ockhamista.

**Palavras-chaves:** Suposição; Modalidade; Verdade; Significação; Temporalidade.

## ABSTRACT

Guilherme de Ockham (1287), also known as the Invincible Doctor, was an English Franciscan, philosopher, theologian, and scholastic logician of the 13th century. He was a devoted follower of Duns Scotus as well as a rigorous and critical reader of Aristotle. Ockham is recognized by many historians as one of the last medieval thinkers due to his sophisticated philosophical approaches, which were ahead of his time and paved the way for modernity and future progress within the church of his century. However, the purpose of this research is confined to the theme of logic, where temporal and modal propositions, terms, and the attribution of meaning based on the theory of supposition in the 14th century, as addressed by Guilherme de Ockham in his work *Summa Logicae Part II*, will be analyzed. Our objective is to investigate the criteria for the meaning of these propositions. In the first chapter, we will present Ockham's contributions to theology and philosophy, culminating in the analysis of his magnum opus. We will address the classification of terms, exploring their functions and grammatical structure along with his conceptualist conjectures. In the second chapter, we will directly analyze how the truth and meaning of propositions and terms occur, as well as the theory of supposition and the rules most commonly used by Ockham. Consequently, we will investigate in detail the references and inclinations of Guilherme de Ockham in the realm of logic, expanding our exploration to the study of the nature of knowledge. This deepening will allow for a more robust understanding of his epistemology. In the third and final chapter, we will continue the propositional analyses, but will focus on a temporal and modal scope where the rules of supposition as a method of analysis are not sufficient for explanation. This will lead us to alternative logical methods of ampliation and appellation, providing a comprehensive view of Ockhamist thought..

**Keywords:** Supposition; Modality; Truth; Signification; Temporality.

## Lista de Gráficos

<b>Quadro I.....</b>	<b>75</b>
<b>Quadro II.....</b>	<b>83</b>

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO

<b>1. LÓGICA ESCOLÁSTICA E SUAS CARACTERÍSTICAS.....</b>	<b>14</b>
1.1 O PRIMEIRO COGITO É A SINGULARIDADE.....	19
1.2 MÉTODOS DE INFERÊNCIA LÓGICA DO PERÍODO CLÁSSICO AO MEDIEVO.....	23
1.3 CLASSIFICAÇÃO DOS TERMOS E SOBRE O UNIVERSAL: INTERPRETAÇÃO CONCEITUALISTA (NATURALISTA).....	26
1.4	
1.5 ABORDAGEM OCKHAMISTA DA VOX: TEORIA DOS SIGNOS E A SUBORDINAÇÃO NATURAL.....	40
1.4.1 <i>Afecções e Vox</i> .....	44
<b>2. SOBRE A TEORIA DA SUPOSIÇÃO OCKHAMISTA E OS CRITÉRIOS DE VERDADE .....</b>	<b>50</b>
2.1 SIGNIFICAÇÃO VERDADE E FALSIDADE .....	55
2.2 CONDIÇÕES DE VERDADE .....	58
2.3 SOBRE O VERDADEIRO E FALSO .....	60
<b>3. SOBRE PROPOSIÇÕES TEMPORAIS ÀS MODAIS .....</b>	<b>63</b>
3.1 PROPOSIÇÕES DO PASSADO PRESENTE E FUTURO .....	64
3.1.1 <i>PROPOSIÇÕES DO PRESENTE</i> .....	69
3.1.2 <i>PROPOSIÇÕES SOBRE O FUTURO</i> .....	71
3.1.3 <i>ANALISANDO PROPOSIÇÕES CONTINGENTES</i> .....	72
3.1.4 PROPOSIÇÕES MODAIS .....	76
3.3 SOBRE A CONVERSÃO DE PROPOSIÇÕES NÃO MODAIS NO PRESENTE INDICATIVO.....	79
3.4 CONVERSÃO DE PROPOSIÇÕES NÃO MODAIS NO PASSADO E FUTURO.....	80
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>85</b>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

O pensador franciscano Guilherme de Ockham (1285-1347), um dos mais proeminentes filósofos medievais, legou à posteridade um tratado de lógica elementar elaborado em Munique: composto por cinco legados distintos, Ockham deixou uma marca significativa no campo da lógica e da filosofia. Dentre suas várias obras, destaca-se a *Summa Logicae*, escolhida para análise semântica nesta pesquisa. Dividida em três partes - sobre os Termos, Proposições e Silogismo e escrita entre 1324 e 1327, esta obra trouxe inúmeras inovações lógicas, representando um estudo aprofundado da lógica aristotélica clássica e de Pedro Hispano. A *Summa Logicae* foi selecionada para ser o objeto de investigação da presente dissertação de mestrado, visando a explorar suas contribuições semânticas e suas implicações para a lógica e a epistemologia. A *Summa Logicae* não se limita a reconhecer a ciência lógica como prioridade, mas também analisa diversas extensões, tanto sobre a verdade quanto sobre os princípios gerais. A classificação inovadora dos termos introduzida por Ockham marcou uma ruptura significativa com a lógica anterior, abandonando a concepção de objetos reais extramentais em favor de uma abordagem predicativa. Nessa nova perspectiva, os termos adquirem significado com base na predicação, inter-relacionando-se por meio das estruturas abstrativa e intuitiva, distantes de qualquer representação *in re* universal presente no realismo da época.

Essa abordagem reconfigura o estudo da linguagem, semântica, gramática e linguística, destacando-se na obra como uma inovação marcante em relação às antigas sumas lógicas dos séculos XII e XIII. O objetivo geral desta pesquisa é realizar uma análise semântica da segunda parte da obra *Summa Logicae*, sobre as Proposições na parte II, destacando suas inovações e contribuições para a lógica medieval, bem como sua subsequente influência. Esta investigação se propõe, em particular, a analisar a classificação inovadora dos termos introduzida pelo franciscano, a redefinição do conceito de *significatio*, e sua distinção entre os signos mentais e as palavras faladas ou escritas, além de explorar a teoria da suposição. Pretendemos também entender uma perspectiva conceitualista, fundamentada nas classificações dos termos. Como objetivo específico, investigaremos a veracidade e o significado das proposições categóricas. Subsequentemente, analisaremos uma outra classe de proposições: as temporais e modais,

cuja relevância foi destacada no século XIV, mas que tem recebido pouca atenção nos estudos contemporâneos.

A obra *Summa Logicae* concentra-se em elucidar de que modo as inovações semânticas e lógicas introduzidas por Guilherme de Ockham na *Summa Logicae* para uma ruptura com a lógica tradicional anterior. Entendendo essas implicações, mostraremos a existência de uma abordagem sofisticada da lógica no século XIV, distinta da lógica contemporânea. Dessa forma, esta pesquisa não apenas nos conduzirá a aspectos cruciais do pensamento medieval, mas também fornecerá uma compreensão mais profunda das bases que moldaram a evolução da disciplina da lógica, enfatizando a importância das análises semânticas e lógicas introduzidas na obra e sua pertinência para o desenvolvimento do pensamento filosófico.

A escolha do autor e de sua obra *Summa Logicae* se justifica pela relevância de suas contribuições para a lógica e filosofia medieval. O pensador franciscano é um filósofo fundamental para o campo devido às suas inovações lógicas e à forma como desafiou e reconfigurou o pensamento lógico da época. Sua obra não apenas influenciou contemporâneos e sucessores, mas também deixou um legado duradouro na filosofia da linguagem e na teoria do conhecimento. Estudar Ockham, um dos últimos escolásticos, permite uma compreensão mais profunda das bases do pensamento lógico e semântico moderno, bem como das transformações intelectuais que ocorreram durante o período medieval.

O conteúdo desta dissertação está organizado em três capítulos, seguidos de uma conclusão. No primeiro capítulo, dividido em tópicos, discutiremos a lógica escolástica e suas características, o conceito do primeiro cogito como singularidade, os métodos de inferência lógica do período clássico ao medieval, a classificação dos termos e a interpretação conceitualista (naturalista) do universal. Por fim, abordaremos a perspectiva ockhamista sobre a "vox" (voz): teoria dos signos e a subordinação natural. No segundo capítulo, trataremos da teoria da suposição ockhamista e dos critérios de verdade, significação, verdade e falsidade, bem como das condições de verdade, explorando a relação entre o verdadeiro e o falso. No terceiro e último capítulo, apresentaremos uma análise detalhada das proposições modais e temporais, incluindo proposições sobre o passado, o futuro e o presente, suas conversões e modalidades. Esta estrutura visa a proporcionar uma compreensão abrangente e sistemática do pensamento lógico de Guilherme de Ockham e suas implicações para a filosofia medieval e moderna.

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa de mestrado, utilizou-se diretamente o texto latino da *Summa Logicae*, juntamente com as traduções existentes em Alfred Fredosso do inglês. Para fins de citações e referências à *Summa Logicae*, ela será sempre citada em vernáculo, com o respectivo texto latino constando em notas de rodapé. Todas as traduções apresentadas no corpo do texto são de minha autoria.

## 1 LÓGICA ESCOLÁSTICA E SUAS CARACTERÍSTICAS<sup>1</sup>

Ao longo do século XII, a lógica se destacou ante as outras ciências - isso também se deve ao fato dos estudos do *Trivium* na fase da escolástica. A lógica nesse período ganhou autonomia sobre a voz de muitos filósofos e teólogos que buscaram dela expor teorias filosóficas e teológicas de modo mais preciso, dando, assim, origem a comentários e a tratados e paráfrases que reinterpretavam e traziam novas análises e significações importantes para a lógica medieval. Um dos primeiros a fazer isso foi Porfírio, que na obra *Isagoge*, trouxe novas interpretações das *Categorias* de Aristóteles. Além de Porfírio, vale Boécio, que, em seus comentários à obra aristotélica, trouxe à luz os três grandes questionamentos que dariam origem à famosa querela acerca dos universais<sup>2</sup>.

Em uma leitura mais tradicional, a *querela dos universais* seria composta de todas as temáticas e discussões acerca do realismo, do nominalismo e de suas subcategorias como, por exemplo, a do realismo moderado na Idade Média. Em Boehner, temos uma leitura que trata da importância da escolástica, destacando a importância e a sofisticação alcançadas de sua lógica, especialmente no campo das consequências. Ele afirma que, dentro da tradição aristotélica, os escolásticos atingiram um elevado grau de formalidade, conforme destacado por este autor.

Em nossa consideração da teoria das consequências, nos aproximamos daquele campo no qual descobrimos algumas das mais finas realizações da lógica escolástica. É na lógica das consequências que os escolásticos alcançaram um alto grau de formalidade, o que, na tradição aristotélica, pelo menos, denota um alto grau de perfeição. No entanto, não podemos atribuir completa originalidade nessas questões aos lógicos escolásticos, embora possamos creditá-los com a descoberta, ou talvez redescoberta, de muitos teoremas que ocupam lugares de honra até mesmo na lógica moderna. Assim como estamos no escuro sobre a origem dos outros novos elementos da lógica escolástica, também nos falta informação definitiva sobre os começos do tratado sobre consequências. É certo que as consequências, ou regras consequenciais, já eram conhecidas pelos escolásticos e até pelos teólogos do século XIII. Muito poucas das regras mais básicas podem ser encontradas nas obras de Aristóteles,

---

<sup>1</sup> É necessário se fazer saber e ter como base cruciais as duas bibliografias sobre a história da lógica na idade média de E.D. Ashwoeth

<sup>2</sup> A problemática é assaz complexa e origina-se das três questões colocadas por Porfírio no limiar da *Isagoge* acerca das contradições que minam o platonismo e o aristotelismo. I. Se os gêneros e as espécies são realidades subsistentes em si mesmas ou se consistem apenas em simples conceitos mentais. II. ou, admitindo que sejam realidades subsistentes, se são corpóreas ou incorpóreas. III. Neste último caso, se são separadas ou se existem nas coisas sensíveis e dependem delas

e não encontramos uma teoria de consequências de tamanho mencionável no *Organon*<sup>3</sup> (BOEHNER, 1952, p. 52)

Houve entre os autores da Escolástica (até culminar em Guilherme de Ockham) uma lenta tomada de consciência no sentido de restabelecer um novo modo de pensar (consequência de um novo modelo de racionalidade), com liberdade frente à religião e com uma nova atitude crítica perante a autoridade de Aristóteles e da tradição do saber. A ruptura com a verdade da Religião, sobretudo a exclusão de assuntos religiosos (atinentes à fé) da esfera do conhecimento ou ciência, isso era tido como desastroso para a Escolástica, mas não para a Ciência. Para ela, removiam-se os obstáculos e, portanto, abriam novas perspectivas para o seu desenvolvimento (SPINELLI, 2005, p. 141).

A redescoberta e o desenvolvimento de teoremas fundamentais não apenas reafirmaram o papel dos escolásticos na história da lógica, mas também desencadearam uma mudança paradigmática. Esta evolução não se limitou apenas a um contexto teórico, mas também refletiu uma transformação cultural mais ampla, marcada por uma nova postura crítica em relação à autoridade e a uma maior liberdade intelectual em explorar novas fronteiras do conhecimento, separadas das imposições religiosas. Essa ruptura, embora inicialmente vista com desconfiança pela ortodoxia religiosa, eventualmente abriu caminho para um florescimento renovado da ciência e do pensamento racional na Escolástica. Ressalte-se que a lógica escolástica se organizou cronologicamente em três grandes fases, conhecidas como: *Logica Vetus*, *Logica Nova* e *Logica Modernorum*. Essas fases refletem os diferentes contextos e modelos de análise predominantes na Idade Média. É fundamental entender que a ordem cronológica dessas fases é essencial para a compreensão da evolução das temáticas e das análises na lógica escolástica. A *Logica Vetus* representou as primeiras tentativas de sistematização lógica, baseadas principalmente nas obras de Aristóteles, como as obras *Categorias* e *De Interpretatione*. A *Logica Nova* surgiu com a introdução de novos textos aristotélicos e comentários que expandiam a análise lógica. A *Logica Modernorum* focou no desenvolvimento de novas técnicas e métodos de análise, especialmente no que dizia respeito às proposições modais

---

<sup>3</sup> *In our consideration of the theory of consequences we approach that field in which we discover some of the finest achievements of scholastic logic. It is in the logic of consequences that the scholastics have reached a high degree of formality, which, in the Aristotelian tradition at least, connotes a high degree of perfection. However, we cannot ascribe complete originality in these matters to scholastic logicians, although we can credit them with the discovery or perhaps the rediscovery, of many theorems which hold places of honour even in modern logic. Just as we are in the dark about the origin of the other new elements of scholastic logic, so, too, we lack definite information as to the beginnings of the tract on consequences. To be sure, consequences, or consequential rules, were already known to the scholastics and even to the theologians of the 13th century. Very few of the most basic rules are to be found in the works of Aristotle, and we do not find a theory of consequences of any mentionable size in the Organon.*

e à lógica das consequências. Cada uma dessas fases foram cruciais para o estudo das estruturas significativas na escolástica, sendo relevante para a aquisição das verdades metafísicas e epistemológicas. Os cinco predicáveis aristotélicos – gênero, espécie, diferença específica, próprio e acidente – foram exemplos de axiomas fundamentais da natureza que geraram - e continuam a gerar - debates filosóficos. Essas noções permeiam todas as etapas do desenvolvimento lógico e são importantes para a compreensão das verdades fundamentais que a lógica escolástica buscava revelar<sup>4</sup>. No contexto medieval, essas categorias aristotélicas, conhecidas como predicamentos, foram vistas como:

Em primeiro lugar as supremas figuras do Ser e, em segundo lugar são supremas predicções e, portanto, figuras lógicas; em terceiro lugar, necessariamente, têm uma relevância gramatical precisa. Como se depreende do limiar da *Isagoge*, a interpretação lógica é ponto de partida para pensadores como Porfírio, prosseguindo com Boécio na Idade média mediante uma complexa articulação e uma rica gama de matizes. (SANTOS, 2002, p.23)

As análises das categorias lógicas na filosofia de Guilherme de Ockham revelam a profundidade de sua abordagem diante da classificação e repartição da lógica medieval. É possível notar que sua perspectiva filosófica era firmemente enraizada na lógica *modernorum*, destacando-se pela atenção dedicada aos elementos primordiais que constituem a estrutura e a ciência lógica. Dentro desse contexto, a *Suma Lógica*, desempenhou esse papel central, explorando minuciosamente termos, proposições e silogismos. Ao abordar termos, proposições e silogismos, Ockham não apenas delinea as bases do pensamento lógico, mas também evidencia a conexão intrínseca desses componentes na construção do conhecimento e do raciocínio. Assim, ao analisarmos as citações que permeiam seu trabalho, notamos o movimento inicial que deu origem aos três modelos fundamentais nos estudos da lógica escolástica;

O primeiro é ontológico no sentido de que as dez (10) categorias constituem as divisões originárias do ser e, portanto, aquilo pelo qual o ser e, originalmente se distingue, antes de tudo, a substância e os modos de ser que se referem a substância. (SANTOS, 2002, p. 22)

O segundo nível é lógico, que estreitamente ligado por Aristóteles àquele ontológico, interpretado as dez (10) categorias como as noções supremas e os gêneros supremos aos quais devem ser referidos os Termos nos quais se decompõem o juízo lógico, ou seja, a proposição: sujeito e predicado. (Idem, 2002, p. 22)

---

<sup>4</sup> A *logica Vetus* (Lógica Velha) seria toda a interpretação tardia dos textos aristotélicos sob base neoplatônica e comentários pós- aristotélicos. Pensadores como Capella, além de Isidoro de Servilha e alguns comentários de Boécio que posteriormente são oficializados com mais rigor. *Logica Nova* (Lógica Nova) seria todo estudo aristotélico puro dos silogismos e sobre o método, os escolásticos começam a surgir e toma como base de análise o *Organon*. *Logica modernorum* (Lógica Moderna) se desenvolve no século XII quando são introduzidas as análises semânticas e ontológicas de Aristóteles, esse tipo de estudo floresceu também com a influência das: *artes grammaticae* a partir do século IV ao VI com Donato e Prisciano. Ver também sobre *Institutionum grammaticarum libri*.

O terceiro pode ser qualificado como linguístico- gramatical e vê nas categorias modalidades segundo as quais se estrutura uma determinada língua, e que correspondem, segundo Adolf Trendelenburg, as partes do discurso. {I} A categoria da substância (*ousía*) corresponde ao substantivo. {II} o "quanto" (*posón*) e o "qual" (*poíon*) correspondem ao adjetivo. {III} A "relação" (prósti) tem um significado mais amplo daquele que pode exprimir o comparativo relativo, mas traz seguramente em si traços de inflexões gramaticais. {IV} O "onde" e quando (*poû*) é o "quando" (*poté*) correspondem, ao contrário, aos advérbios de lugar e de tempo. {V}. "As últimas quatro categorias se encontram no verbo: o agir "*poieîn*" e o sofrer" (*páskhein*) exprimem a voz ativa e a voz passiva do verbo, o fazer" (*keîsthai*) exprime ao menos, parte dos intransitivos, e o ter (*ékhein*) as particularidades do "perfeito grego". (Ibidem, 2002, p. 22)

Sendo assim, a teoria das conseqüências destacou-se na lógica escolástica, alcançando uma formalidade significativa que denotava perfeição na tradição aristotélica. Apesar de não serem totalmente originais, os escolásticos redescobriram teoremas importantes que ainda são relevantes na lógica moderna. Paralelamente, houve uma transformação gradual no pensamento escolástico, liderada por autores, como Guilherme de Ockham, que promoveram um novo modelo de racionalidade independente da religião e crítico em relação à autoridade de Aristóteles. Essa ruptura, vista como desastrosa para a Escolástica, foi, na verdade, benéfica para a Ciência, ao remover barreiras e abrir novas perspectivas para o desenvolvimento científico. Nossa insistência em priorizar o termo "lógica escolástica" visa a destacar um saber específico. Em nossa percepção, nesse período surge uma autonomia, um conhecimento diferenciado, tendo como base a formalidade da ciência lógica para um projeto de extração de estruturas significativas no latim. Os medievais também tinham como objeto de estudo a abstração das leis e regras de uma língua considerada histórica, como o latim<sup>5</sup>. Após elucidar parcialmente os princípios e as distinções fundamentais que orientavam os escolásticos na formalização e estruturação significativa da linguagem e do conhecimento, procederemos a uma análise detalhada da lógica ockhamista. Em foco, está a classificação dos termos, conforme apresentada em sua obra *Suma Lógica - Parte I*. Uma questão relevante a ser feita é: até que ponto é importante ressaltar, ao descartarmos uma posição nominalista que rejeita os universais?

---

<sup>5</sup> Por isso as análises das propriedades dos termos são tão rígidas, a fim de solucionar *sophismata*, *isolubilia*, *ovligationes*, ou seja, às antinomias semânticas. Dentre os principais e mais conhecidos textos desse período, foram as sumas lógicas, como a *Summulae logicae* de Pedro Hispano, a *summulae dialectices*, de Rogério Bacon, e também as *Introductiones in Logicam*, de Guilherme de Shyreswood.

Até que ponto a eliminação desse programa nominalista em prol de um conceitualismo seria uma alternativa mais adequada? É fundamental reconhecer que, embora não possamos classificar facilmente a filosofia de Ockham como não nominalista, uma abordagem conceitualista se mostra mais apropriada. Ockham aborda os conceitos de termos comuns como representativos universais. Esses conceitos representam de modo universal todos os singulares que se enquadram neles, mas o próprio conceito ainda é uma entidade concreta e singular, tal como qualquer outra entidade na mente de um indivíduo. No entanto, é importante enfatizar que realmente ocorre uma confusão habitual ao caracterizá-lo convictamente dessa forma. Mesmo que fosse esse o caso, ainda seria muito distinto do que os filósofos nominalistas anteriores abordavam. Por isso, sugerimos nos aproximar da concepção e do uso da palavra "conceitualista" para evitar certos equívocos. Para compreender este ponto de vista, é essencial investigar como Ockham concebe a origem da realidade. Desde já, destacamos sua defesa do singular como o objeto primordial, reconhecido como *primum cognitum*. Segundo King (2014), esse conceito encapsula o que se percebe como imediatamente acessível à nossa faculdade intelectual, enfatizando a singularidade como sua característica proeminente. Essa ênfase ressoa nas definições de conhecimento abstrativo e intuitivo, delineando a centralidade da singularidade em sua concepção filosófica.

Ao realizarmos a análise da metafísica de Ockham, percebemos que o singular não é apenas um ponto de partida epistemológico, mas uma fundação ontológica. A singularidade, na visão ockhamiana, não apenas molda a cognição, mas constitui a própria essência da realidade. Dessa forma, ao desvendar as camadas filosóficas subjacentes à teoria ockhamiana, revelamos uma perspectiva enraizada na singularidade como elemento primordial na construção do conhecimento e da realidade. Ao explorar essas fundamentações, nota-se o aparecimento de uma perspectiva conceitualista que transcende a visão nominalista comumente atribuída a Ockham. Ao privilegiar o singular como ponto de partida, o pensador construiu uma filosofia que não se alinhou estritamente ao nominalismo, mas, sim, a um conceitualismo que valorizou a singularidade como elemento fundamental na compreensão do conhecimento e da realidade. Nesse mesmo direcionamento, Hochstetter (1927) confirma com a ideia de que há uma conexão causal que explica a naturalidade do significado associado ao conceito.

É de suma importância destacar que o nominalismo ockhamiano não é um conceito uniforme na literatura ou na história da filosofia medieval. A escola nominalista teve suas origens no século XI com Abelardo, que defendia um tipo específico de nominalismo. Abelardo argumentava que os universais não possuíam existência real fora da mente humana, mas eram apenas nomes (*nomina*) ou convenções linguísticas criadas para descrever grupos de objetos individuais que compartilham características semelhantes. Este tipo de nominalismo, conhecido como nominalismo estrito, enfatizava que os universais são meras etiquetas sem correspondência real no mundo extramental. No século XII, a discussão sobre o nominalismo continuou, mas a escola nominalista desapareceu no século XIII. No entanto, essa discussão foi retomada no século XV, quando a escola de pensamento na lógica latina que incluía Ockham ganhou destaque. Ockham, diferentemente de Abelardo, desenvolveu uma forma de nominalismo, conhecida como nominalismo conceitualista. Ele defendia que os universais são apenas conceitos mentais (*conceptiones mentales*) e não possuem qualquer existência real, nem mesmo como nomes. Para Ockham, apenas os indivíduos existem realmente, e os universais são apenas ferramentas úteis para a organização e comunicação do conhecimento. Desde então, o nominalismo associou-se a um conjunto de doutrinas que rejeitam a existência real dos universais

### 1.1 O PRIMEIRO COGITO É A SINGULARIDADE<sup>6</sup>

Ao contrário de São Tomás de Aquino, Ockham sustenta que o intelecto concebe o singular apenas sob a aquisição de conhecimento universal, precedendo assim o conhecimento do indivíduo, Ockham argumenta que a origem do singular é possível através de uma intuição inicial que precede qualquer outro tipo de conhecimento. Compreendemos que o conceito de "Ente" é unívoco e implica outros objetos conhecíveis.

---

<sup>6</sup> No tópico acima, é importante ressaltar que o termo *cogito* não deve ser confundido com a filosofia de René Descartes sobre o "penso, logo existo". Apesar de haver uma argumentação sobre o conhecimento intuitivo, em que Descartes percebe intuitivamente a autoevidência do "sum" por meio de um simples ato de visão mental, não se deduz o "sum" a partir do "cogito" de forma silogística. Descartes ocasionalmente sugere que nossa existência é intuitivamente óbvia sem propor o "cogito" como premissa. Em alguns momentos, ele indica que seu primeiro princípio é a existência do pensamento, não necessariamente o "cogito, ergo sum", que pode ser interpretado como dedução aparente. A utilização da palavra "cogito" parece ser mais uma forma de chamar a atenção para a autoevidência do "*sum*", sem que isso signifique uma inferência calculada.

*Everything prior to mother thing really distinct from it can exist without that other thing  
But according to you, this universal thing is prior to and is really distinct from its  
singular.*<sup>7</sup> (SPADE, 1998, p.127)

O intelecto humano em primeiro lugar aprende um concreto existente, ou seja, tem uma intuição sensível e ao mesmo tempo intelectual de uma realidade singular, e ao mesmo tempo, forma em si o conceito universalíssimo do Ente, como positividade comum a todas as coisas. (FRANCISCANO, 1999, p.20)

Segundo Aquino (2004), é pertinente afirmar que a característica singular de um objeto ou conceito não é incompatível com a sua inteligibilidade em virtude da sua singularidade em si, mas sim devido à sua materialidade. A compreensão ou inteligibilidade só ocorre de forma imaterial. Portanto, se existir um singular de natureza imaterial, como o intelecto, isso não será incompatível com a inteligibilidade. Em resumo, a mente, enquanto entidade imaterial, é capaz de apreender e entender a singularidade sem que isso comprometa o processo de inteligibilidade. Em Ockham e nos seus escritos de característica terminística<sup>8</sup>, houve uma série de análises semânticas aprofundadas com enfoque na singularidade (*singularitas*) do real.

A rigorosa defesa da singularidade do real, do indivíduo como única realidade concreta, a tendência a fundamentar a validade do conhecimento sobre a experiência direta, a formulação e a aplicação do princípio de economia, e ainda a separação entre o âmbito da experiência religiosa e o âmbito do saber racional, isto é, entre fé e a razão, levaram Ockham a afirmar a autonomia e a independência do poder civil ante o espiritual e a exigir uma profunda transformação dentro da igreja. Tal qual continuidade emerge com clareza da consideração das grandes linhas de especulação do *Venerabilis Inceptor*. (FRANCISCANO, 1999, p.17)

O primeiro contato de aquisição para o conhecimento advém da compreensão intuitiva, a qual requer a existência do objeto cognoscível.<sup>9</sup> A compreensão abstrativa, por

---

<sup>7</sup> Tradução nossa: Toda coisa anterior a outra coisa realmente distinta dela pode existir sem aquela outra coisa. Mas, segundo você, essa coisa universal é anterior e realmente distinta de sua singular. Portanto, ela pode existir sem a coisa singular.

<sup>8</sup> A lógica exige precisão na expressão de proposições, argumentos e conceitos. Uma escrita terminística ajuda a evitar equívocos e ambiguidades. A clareza na escrita é essencial para que as análises lógicas sejam compreensíveis. Evitar linguagem obscura ou ambígua é crucial para uma comunicação eficaz. Uma escrita terminística contribui para a coesão e a conexão lógica entre as partes de um argumento. A estruturação clara de raciocínios ajuda a manter a validade lógica. Evitar redundâncias e expressões desnecessárias é importante para manter a análise lógica focada e direta. V. Uso de símbolos lógicos: Em contextos mais formais de análise lógica, como na lógica proposicional ou na lógica de predicados, o uso de símbolos lógicos pode ser uma forma eficaz de representar argumentos de maneira precisa e compacta. Em resumo, uma escrita de características terminísticas é valiosa na análise lógica, pois contribui para a clareza e a precisão, elementos essenciais para avaliar e comunicar argumentos e raciocínios de forma eficaz e coerente.

<sup>9</sup> No realismo, por exemplo, enfatiza a completa independência ontológica da realidade em relação a nossos esquemas conceptuais, crenças e pontos de vista. Os adeptos do realismo filosófico tipicamente (mas não necessariamente) defendem que a verdade é uma questão de correspondência entre as nossas crenças e a realidade.

outro lado, abstrai da existência ou inexistência do objeto cognoscível. A primeira notícia do intelecto pela primazia da geração é a notícia intuitiva. *Prima notitia intellectus per primatum generationis est notitia intuitiva.* (OCKHAM, 1970, p. 483-521, tradução nossa)<sup>10</sup>. A aptidão, segundo Guilherme de Ockham, repousa em duas características naturais do ser humano: a capacidade de inferir e abstrair para a formação do conhecimento. Embora parecidos, esses modos de conhecimento apresentam uma distinção crucial: o conhecimento intuitivo possibilita a enunciação de juízos evidentes na realidade contingente, enquanto o conhecimento abstrativo fornece uma noção mais limitada do que existe ou deixou de existir, sem depender de entidades reais. É importante notar que o conhecimento abstrativo frequentemente está associado a um conhecimento intuitivo. Para ilustrar, considere-se o seguinte exemplo: "entendo o conceito de 'justiça' como um princípio ético que orienta a equidade. Mesmo quando não estou diante de uma situação específica, continuo a ter um conhecimento abstrativo desse conceito, mantendo sua representação em minha mente."

Além disso, há uma segunda modalidade de conhecimento abstrativo, relacionada ao conhecimento universal ou conceitual. Essa forma de conhecimento transcende a singularidade e capacita a compreensão de conceitos aplicáveis a diversas instâncias. Por exemplo, ao compreender o conceito de "mamífero" como uma classe de animais que se alimentam de leite materno, podemos aplicar esse conhecimento a diversas espécies sem nos prendermos a uma entidade real específica. Essa distinção na teoria ockhamiana destaca a complexidade e a riqueza das formas de conhecimento, evidenciando a interconexão entre o abstrato e o intuitivo na construção do entendimento humano. De acordo com Bohner:

Existe uma nuvem (...) Se depois de algum tempo a nuvem passa pelo céu e não sou mais capaz de vê-la, mas ainda a tenho na mente e continuo pensando nela, não sou mais capaz de um juízo existencial sobre a nuvem, mas ainda tenho um conhecimento abstrativo dela, um conhecimento que abstrai de sua existência ou não-existência. (1990, p. 25)

Nosso intelecto possui a capacidade de conhecer intuitivamente realidades singulares que são objetos do conhecimento sensível. Para ilustrar, poderíamos citar

---

<sup>10</sup> OCKHAM, Guilielmus de. *Scriptum in Librum Primum Sententiarum (Ordinatio)*. (Dist. II et III). S. Brown e G. Gál (eds.). St. Bonaventure (NY): The Franciscan Institute, 1970.

exemplos de particulares nos quais encontramos predicacões de diversos modos e categorias. É por meio dessa habilidade de abstracão de segundo nível que conseguimos formular juízos fundamentais para a compreensão do mundo. Essa capacidade também se estende à aquisicão da semelhança, um tema que será explorado posteriormente. Quando nos questionamos sobre a origem dessa capacidade cognitiva, tanto intuitiva quanto abstrativa<sup>11</sup>, adentramos no terreno gnosiológico. A resposta para essa indagação nos conduziria a uma discussão de natureza teológica, pois investigar de onde advém essa estrutura e capacidade cognitiva implica considerar uma origem transcendente. Ockham propõe que Deus seja o criador dessa capacidade estrutural do conhecimento, infundindo no ser humano tais possibilidades. Ockham argumenta que somente Deus possui o poder de causar, por exemplo, o conhecimento intuitivo de um objeto não existente, como é evidenciado na capacidade abstrativa. Segundo Ghisalberti (1997), a manutençã dessa possibilidade se dá pelo fato de que Deus possui um conhecimento intuitivo do presente, do passado e do futuro, bem como dos seres atuais e dos puramente possíveis. Dessa forma, Deus tem a intuiçã daquilo que não mais existe, daquilo que ainda não existe e daquilo que jamais existirá. Isso permite que Ele conceda ao homem a capacidade de intuiçã intelectual sobre um objeto ausente ou inexistente. As razões que fundamentam essa concepçã sã as seguintes: Deus é capaz de fazer qualquer coisa que não seja contraditória; ele pode produzir diretamente aquilo que usualmente cria por meio de causas secundárias; e ele é capaz de realizar, de maneira separada, dois atos que sã realmente distintos entre si. Essa análise teológica oferece uma perspectiva sobre a natureza do conhecimento humano, destacando sua dependência ontológica de uma fonte transcendente.

---

<sup>11</sup> Ockham não se limita a uma análise superficial dos tipos de conhecimento; ele aprofunda suas investigaçõs, apresentando duas distinçõs cruciais no âmbito do conhecimento intuitivo. Ele categoriza esse tipo de conhecimento em duas modalidades distintas: perfeito e imperfeito. O conhecimento intuitivo perfeito refere-se à compreensã da existêcia ou à inexistêcia de algo. Essa capacidade proporciona uma noçã intelectual detalhada daquilo que é conhecido, principalmente no contexto do conhecimento do presente. Nesse sentido, um conhecimento intuitivo perfeito nos permite discernir claramente o que existe no momento. Por outro lado, o conhecimento intuitivo imperfeito difere ao fornecer evidências relacionadas a proposiçõs, juízos e existências vinculadas ao passado. Essa noçã do passado é de natureza mais simples, remetendo-nos ao que já existiu. Importante notar que este tipo de conhecimento intuitivo não exige necessariamente a presença direta do objeto, podendo ser referido a partir de um conceito. Essa distinçã torna-se particularmente relevante quando abordamos proposiçõs relacionadas ao tempo passado. Ao elucidar essas distinçõs, Ockham proporciona uma visã mais refinada e nuanceada do conhecimento intuitivo, destacando sua capacidade de abranger tanto o presente quanto o passado. Essa análise, permeada por suas consideraçõs filosóficas, ressalta a complexidade e a variedade dos modos de conhecimento, contribuindo para uma compreensã mais profunda da epistemologia ockhamiana.

## 1.2 MÉTODOS DE INFERÊNCIA LÓGICA DO PERÍODO CLÁSSICO AO MEDIEVO

É relevante salientar, agora, as condições, próprias do contexto da escolástica, utilizadas por Guilherme de Ockham. A condição de inferência lógica mais analisada por Ockham é a *Descensus*<sup>12</sup>, sobre os termos particulares e comuns. Nessa categoria, a proposição é estudada por suas disjunções, conjunções, predicado disjuncto e singularidade, com o objetivo de compressão dos indivíduos, realidades particulares e correspondência, como no caso de um único singular, conjunções e disjunções singulares e a sua correspondência aos termos comuns e, além disso, os modos de suposição comum<sup>13</sup>. De acordo com Boehner (1974), na lógica ockhamista, o silogismo é constituído por exceções às duas regras aristotélicas. As premissas particulares iniciais não derivam uma conclusão legítima, sendo, portanto, necessário que uma premissa na segunda figura seja negativa. Essa perspectiva pode ser observada a partir do seguinte excerto:

A descida (*Descensus*) a disjunção se efetua, quando é possível inferir de uma proposição dada, que compreende um termo comum, a disjunção de cada uma das proposições correspondentes, que dizem respeito às várias realidades particulares compreendidas no termo comum. Tal descida lógica é própria do sujeito das proposições particulares ou indefinidas afirmativas e dos predicados das proposições universais afirmativas. Por exemplo, da frase: "algum homem corre", é correto inferir: "portanto, este homem corre" ou "aquele homem corre", demonstrando assim todos e cada um dos indivíduos contidos no termo "homem". A descida à conjunção verifica-se ao invés, quando é possível inferir, de uma proposição dada, que contenha um termo comum, a conjunção de cada uma das proposições correspondentes. É própria do sujeito das proposições universais afirmativas. Por exemplo, da frase: "cada homem é um animal" é correto inferir: portanto, "este homem é um animal" e "aquele homem é um animal" e, indicando todos os indivíduos contidos no termo "homem". A terceira modalidade de descida lógica, que se pode verificar segundo Ockham é o *descensus* ao predicado disjuncto, ou seja, proposição, cujo predicado seja constituído pela disjunção de cada um dos indivíduos compreendidos no termo comum. Por exemplo, da proposição: "cada homem é um animal, pode-se corretamente concluir: Portanto, "cada homem é esse animal" ou "aquele animal", ou indicando todos os singulares compreendidos no termo comum. A quarta e última condição inferência lógica estudada pelo nosso *Venerabilis*, não diz mais respeito ao *descensus*, à descida aos particulares, mas a subida (*ascensus*) dos singulares coisa que é realizável quando é possível inferir uma proposição que comporta um termo geral de uma proposição singular

---

<sup>12</sup> Ockham esclarece as diversas suposições através do emprego da doutrina do *descensus ad inferiora*, que se refere à descida lógica dos particulares. Nesse contexto, Ockham distingue vários tipos de suposição do particular, fundamentando essa distinção na capacidade de inferir de uma proposição dada que contenha um termo comum ou a disjunção das proposições correspondentes. Essa análise profunda revela a complexidade intrínseca às suposições particulares, evidenciando a sofisticação do pensamento ockhamiano ao abordar as nuances da lógica e suas implicações filosóficas. A aplicação da doutrina do *descensus ad inferiora* proporciona uma estrutura metodológica sólida para explorar as diversas facetas das suposições particulares, destacando o rigor e a clareza presentes na abordagem de ockhamista

<sup>13</sup> Ver sobre suposição confusa e suposição determinada

arbitrariamente correspondente. Tal propriedade pode caber tanto ao sujeito, como ao predicado de uma proposição. Por exemplo, é correto passar da proposição singular: algum homem é este animal: para [portanto, algum homem é um animal", assim como de "algum homem é este animal" é possível passar "algum homem é um animal". (FRANCISCANO, 1999, p. 75)

As análises desse movimento de investigação do *Descensus* e do *Ascensus* advêm desde os estudos das categorias de Aristóteles, sob os comentários de Porfírio, em específico das *espécies e gêneros*, exceto aquelas espécies mais especiais, que, de acordo com Porfírio, estão acima e são por si mesmas, não havendo assim uma espécie para ser subordinada relacionada<sup>14</sup>. Podemos perceber que esses tipos de inferências lógicas correspondem a “técnicas” que envolvem a análise lógica das categorias de Aristóteles para inferir suas predicções e relações. Por meio do *ascensos*, que se faz o contrário (ou seja, parte das categorias mais específicas e sobe para as categorias mais amplas<sup>15</sup>), os escolásticos medievais, por exemplo, buscavam explorar e compreender as categorias aristotélicas de maneira mais profunda. Não obstante, é importante ressaltar que:

Apesar de Porfírio se recusar a oferecer uma teoria detalhada do estatuto dos universais, a *Isagoge* tornou-se uma das leituras obrigatórias na formação dos filósofos medievais, oferecendo a oportunidade e a motivação para que a questão fosse abordada pelos seus comentadores. Entre os primeiros a enfrentar o problema, Boécio é tido como o mais importante (CERQUEIRA, 2003 p. 442).

Ao retomar os estudos clássicos e os comentários de Porfírio, deparamo-nos com a notável querela dos universais, um modelo específico de análises conceituais que influenciou a Idade Média. Essa querela envolveu as duas posições filosóficas antagônicas, o realismo e o nominalismo. A complexidade desse debate se refletiu também na árvore do filósofo Porfírio, a qual apresentou inferências lógicas disjuntivas que guardavam notável semelhança com os princípios do *Descensus* em Ockham. Ademais, Pedro Abelardo debateria o problema dos universais em sua *Logica ingredientibus*, no contexto de suas glosas sobre Porfírio (SPADE, 1994, p. 8). Iniciou-se, assim, a investigação do *Descensus* como categoria mais abrangente, a substância, para, em seguida, subdividi-la em categorias mais específicas. Essa abordagem hierárquica ofereceu uma estrutura visualmente compreensível para as categorias conceituais, alinhando-se com a tradição aristotélica. Essas correlações destacam a riqueza das análises conceituais medievais, evidenciando conexões entre as perspectivas

---

<sup>14</sup> Na Idade Média a noção muito conhecida acerca dos *Descensus* é denominada como *de individuo non datur scientia*.

<sup>15</sup> Parte das categorias específicas, como a escolha de uma categoria específica dentro das Categorias de Aristóteles, como "qualidade", "quantidade" ou "relação".

de Ockham e a tradição filosófica anterior, contribuindo para uma compreensão mais ampla da evolução do pensamento lógico na história da filosofia. As inferências *Descensus e Ascensus* foram usadas para explorar as relações entre as categorias aristotélicas junto com os comentários posteriores sobre o assunto. Ao fazerem isso, os filósofos medievais, como Ockham e Boécio, buscaram compreender como as categorias se inter-relacionavam e como uma categoria mais ampla podia se subdividir em categorias mais específicas. Essa abordagem facilitava a análise lógica das categorias e a elaboração de argumentos filosóficos, utilizados pelos escolásticos medievais para estudar e aplicar a filosofia aristotélica de maneira mais aprimorada. Vamos examinar como se dava o estudo das categorias aristotélicas no período clássico com Porfírio, pois, ao compreender essas categorias, reconhecemos sua importância na retomada pelos escolásticos:

Esclarecemos o que queremos dizer tomando o exemplo de uma única categoria. A Essência, é em si mesma um gênero: abaixo dela acha-se o corpo; sob o corpo, o corpo animado; sob o corpo animado, o animal; sob o animal, o animal racional; sob o animal racional, o homem; sob o homem acham-se Sócrates, Platão e os homens particulares. Entre esses termos a essência é o mais geral, porque é somente gênero; o homem é [a espécie] mais especial, [ou seja] sendo somente espécie; o corpo é uma espécie de essência, mas de gênero de corpo animado. (SANTOS, 2002, p.40)

Do mesmo modo, portanto, que a essência, sendo o termo mais alto, acima do qual não existe nenhum outro gênero, era o gênero mais geral, assim também um homem, sendo uma espécie acima da qual não há outra espécie nem qualquer termo capaz de ser divisível em espécies, mas somente os indivíduos, pois dizemos indivíduo de Sócrates, de Platão, desta coisa branca, não poderia ser senão espécie. Isto é, a espécie última e, como dissemos, a espécie mais especial. Os termos intermediários devem ser espécies daqueles que os precedem, e gêneros daqueles que os seguem. (Idem, 2002, p.41)

Portanto, os gêneros mais gerais são em número de dez (10), ao passo que espécies mais especiais são seguramente em um número determinado, mas não em um número infinito; enfim, os indivíduos, que se seguem as espécies mais especiais, são um número infinito. É, por esta razão, que Platão recomendava que, descendo até as espécies mais gerais nos detivéssemos nas espécies mais especiais, procurando realizar esta descida através de termos intermediários e procedendo com divisões em conformidade com suas diferenças específicas; quanto aos indivíduos em número infinito, é preciso, dizia ele, deixá-los de lado por não haver para eles uma ciência possível. (Ibidem, 2002, p.43)

Conforme apontado por Libera (1998), Ockham inseriu-se entre os lógicos que contribuíram para a compreensão das categorias:

Todos os lógicos e teólogos da Idade Média tardia contribuíram para a questão dos universais desde os menos conhecidos: Henrique de Harclay, Roberto Holkot, Gauthier de Chatton, Ricardo Crathor, até os mais conhecidos: Guilherme de Ockham, Gauthier Burley, João Duns Escoto, mas também Pedro de Auriola, João Buridan e John Wyclif. (LIBERA, 1998, p.438)

### 1.3 CLASSIFICAÇÃO DOS TERMOS E SOBRE O UNIVERSAL: INTERPRETAÇÃO CONCEITUALISTA (NATURALISTA)

Há autores que consideram que a filosofia da natureza e o método filosófico se constituem resumidamente ao princípio da economia<sup>16</sup>. No contexto da filosofia da natureza, alguns autores argumentam que esse princípio é central para a constituição do método filosófico, pois orienta a busca por explicações econômicas e eficientes para os fenômenos observados. Sendo assim, devemos aceitar a explicação mais simples em vez da mais complexa, conforme afirma o princípio da parcimônia. Isso não só facilita a compreensão, mas também promove uma maior clareza e objetividade na análise filosófica e científica. Com essa tese, consegue-se reduzir até mesmo algumas questões da metafísica clássica, desde a noção de substância até o princípio de causalidade, além de questões da própria filosofia da natureza, como a redução da quantidade à substância ou qualidade.

Além disso, a forma como G. de Ockham classificou e distinguiu os termos e a própria lógica como uma ciência que não tem objetos reais extramentais, mas sim predicativos, fez com que essa nova análise trouxesse uma autonomia em relação aos outros pensadores, independentemente de serem antecessores ou sucessores. G. de Ockham está firmemente convencido de que apenas o indivíduo existe e de que a realidade é, por natureza, singular e, como tal, é inteligível. Em outras palavras, a realidade é compreensível em sua singularidade intrínseca. Devemos atentar que a navalha de Ockham não é um princípio absoluto, mas uma condição que possibilita conceber a atividade filosófica como uma estratégia racional aplicável em diversos campos do conhecimento. G. de Ockham não a utilizou como um princípio rígido, mas

---

como uma orientação metodológica para privilegiar, em detrimento das explicações mais complexas, as explicações mais simples, visto que isso permite simplificar questões intrincadas, como a noção de substância e o princípio de causalidade. Além disso, essa abordagem pode influenciar várias questões na filosofia da natureza, incluindo a natureza

---

<sup>16</sup> O princípio da parcimônia, também conhecido como princípio da economia ou Navalha de Ockham, é um conceito fundamental na filosofia da ciência e na metodologia filosófica. Formulado pelo filósofo e lógico medieval Guilherme de Ockham, esse princípio afirma que, ao confrontar múltiplas explicações possíveis para um fenômeno, a mais simples deve ser preferida, desde que todas as demais considerações sejam iguais. A essência da Navalha de Ockham é evitar a introdução de entidades ou premissas desnecessárias. Em outras palavras, quando duas teorias competem para explicar o mesmo conjunto de dados ou fenômenos, a teoria que faz menos suposições deve ser escolhida. Isso não implica que a explicação mais simples seja sempre a correta, mas sim que é metodologicamente mais prudente iniciar com a hipótese menos complexa.

do movimento, a noção de tempo, a criação do mundo, a existência de múltiplos mundos, entre outros. Nessa perspectiva, em consonância com a proposição de Bottin:

Neste caso, as diferentes caracterizações podem, pelo menos em parte, coexistir, mesmo que aparentem estar em clara oposição à primeira vista. Se entendermos “a navalha de Ockham” não como um princípio, mas como uma condição indispensável que torna possível conceber a atividade filosófica como uma estratégia racional aplicável em diversos campos do conhecimento, da metafísica à gnoseologia, da elaboração de doutrinas científicas à ética. Não parece que Ockham o tenha utilizado como um princípio. Por outro lado, se fosse um princípio, seria um princípio bastante estranho. Nenhum princípio que conhecemos é formulado de tal maneira que a segunda parte de sua enunciação “sem necessidade” (*sine necessitate*) torne praticamente inútil a primeira parte, “não se devem multiplicar as entidades” (*non sunt multiplicanda entia*).<sup>17</sup> (1996, p. 473–482)

Em Ockham, o termo é definido como tudo aquilo em que posso supor, enfatizando que a suposição aqui se refere à noção escolástica e estoica que implica a possibilidade de concordância entre sujeito e predicado em uma proposição, dentro de um contexto suposicional. Os termos e proposições devem possuir referências para que o sujeito ou predicado tenha algo para supor, seguindo o sentido escolástico da palavra “proposição”, que denota sentenças e entidades linguísticas passíveis de serem verdadeiras ou falsas. O termo pode consistir na proposição que se faz sujeito ou predicado, ou até mesmo em uma proposição inteira, excluindo apenas as preposições, conjunções e verbos. Vale ressaltar que a suposição é um análogo da referência, comparável à forma como um termo é tomado para representar aquilo que ele significa. Por exemplo, o termo “ser humano” possui significação porque evoca um entendimento em nossa mente e refere-se a indivíduos que são seres humanos. A suposição de termos em inferências é analisada de modo diferencial, considerando a posição do termo na proposição original.

Existem três características fundamentais atribuídas aos termos: o mental, o oral e o escrito. Guilherme de Ockham realiza uma análise metódica das funções inerentes a cada uma dessas categorias, identificando que o termo mental é aquele que naturalmente representa e expressa diretamente a coisa significada, compartilhando assim a mesma

---

<sup>17</sup> *In questo caso, le diverse caratterizzazioni possono, almeno in parte, coesistere, anche se sembrano essere chiaramente in opposizione a prima vista. Se comprendiamo "la navaja di Ockham" non come un principio, ma come una condizione indispensabile che rende possibile concepire l'attività filosofica come una strategia razionale applicabile in vari campi della conoscenza, dalla metafisica alla gnoseologia, dall'elaborazione delle dottrine scientifiche all'etica. Non sembra che Ockham l'abbia utilizzato come un principio. D'altra parte, se fosse un principio, sarebbe un principio piuttosto strano. Nessun principio che conosciamo è formulato in modo tale che la seconda parte della sua enunciazione "senza necessità" (*sine necessitate*) renda praticamente inutile la prima parte, "non si devono moltiplicare le entità" (*non sunt multiplicanda entia*).*

natureza dos conceitos. Por outro lado, os termos orais são manifestados por meio de palavras, enquanto os termos escritos são representados por sinais gráficos. Ambos os termos, orais e escritos, são considerados convencionais, o que significa que estão sujeitos a variações em seus significados, ao contrário do termo mental, que não pode ser modificado arbitrariamente.

Um exemplo ilustrativo dessa distinção pode ser observado na seguinte proposição: "cidade é um nome de seis letras". Caso traduzíssemos essa proposição para outro idioma, como o inglês, a sentença seria: *The city is a four letter name*. Essa variação evidencia a natureza convencional dos termos orais e escritos, que podem ser alterados com base na convenção linguística, enquanto o termo mental mantém sua estabilidade conceitual independente de mudanças linguísticas. Em Eco (1990), o aspecto formal mencionado permite que o pensamento seja expresso em várias línguas. Pode-se originalmente falar em uma língua e supor que o que é dito possa ser equivalente em outras línguas por meio da tradução. Devido a essa modificação entre os idiomas e outros elementos, as palavras não evocam nada à mente, apenas o conceito correspondente<sup>18</sup>; o signo nesse caso, substitui algo que representa, do qual ocupa o lugar, sem ser do mesmo plano da realidade, *rationis signum ac verum objectum*<sup>19</sup>. A palavra, em si mesma, não possui significado intrínseco e não evoca diretamente uma imagem ou ideia na mente sem a mediação de um conceito. O significado de uma palavra está intrinsecamente ligado ao conceito que ela representa. Esse conceito atua como uma imposição semântica que confere sentido à palavra. Assim, se o conceito não existisse, a palavra correspondente também não teria existência significativa. A palavra depende do conceito para adquirir seu significado e, conseqüentemente, sua utilidade na comunicação. Sem o conceito, a palavra seria um conjunto de sons ou símbolos vazios, desprovidos de sentido. Ora, o verbo mental não é a causa da expressão que significa o mesmo que é significado pela afecção da alma, porque uma tal afecção não pertence à língua (convencional) nenhuma (OLIVEIRA, 2006, p. 30).

A ideia de que "a palavra, em si mesma, não possui significado intrínseco e depende do conceito" complementa a noção de linguagem metal. Para Ockham, as

---

<sup>18</sup> Essa explicação apenas ressalta a dependência ontológica entre termos e conceitos na filosofia de Ockham. Essa relação ressalta o conceitualismo, indicando que os termos não têm uma existência independente, mas dependem dos conceitos mentais para sua significação. Isso destaca a ênfase de Ockham na primazia dos conceitos mentais na estruturação da linguagem e na compreensão da realidade.

<sup>19</sup> O sinal da razão e o verdadeiro objeto.

palavras na linguagem falada e escrita só adquirem significado quando associadas aos conceitos mentais que representam. Assim, os traços significativos da linguagem falada (e escrita) devem ser entendidos em relação aos traços da linguagem mental. A palavra sem conceito seria vazia e desprovida de significado, refletindo a ideia de que a verdadeira semântica reside na mente. Segundo Perini Santos:

O recurso à linguagem mental (LM) é fundamental na semântica ockhamiana. Discernir traços significativos da linguagem falada (e da linguagem escrita) equivale a associá-los a traços da LM. O critério para identificação de traços pertencentes à LM - o que é relevante para a verdade de sentenças - não é diferente da definição do que é significativo numa linguagem qualquer. É preciso distinguir dois tipos de papel que este recurso à LM pode desempenhar (SANTOS, 2000, p. 339).

A linguagem mental (LM) desempenha um papel fundamental na semântica ockhamiana, pois é uma realidade psíquica presente em cada indivíduo. Pensar, falar e compreender o que os outros falam são ações que envolvem a associação de sinais sonoros a representações mentais realmente existentes em cada um. Assim, uma teoria sobre a linguagem mental também é uma teoria sobre a mente humana, pois aborda algo que é realmente existente nos indivíduos. Na análise linguística, podemos associar termos mentais a atos de intelecção ou discernir traços significativos da linguagem falada e associá-los à linguagem mental. Vale ressaltar que, em alguns casos, a realidade psíquica da linguagem mental pode não ser relevante para a análise linguística, permitindo-nos aplicar o mesmo tipo de análise sem comprometer-nos com teses sobre o conhecimento ou a mente. Isso nos possibilita alcançar resultados semelhantes, mantendo-nos neutros em relação à realidade psíquica da linguagem.

Ao compreender essas leituras, tornam-se evidentes que Ockham não pode ser categorizado estritamente como nominalista, (no sentido absoluto do termo), pois ele não sustenta a visão de que os termos, independentemente se expressos oralmente ou por escrito, são convencionais a ponto de serem destituídos de sentido e de verdade em uma proposição, devido à subordinação das afecções. Nesse contexto, palavras e nomes não possuem uma significação intrínseca e duradoura, dado que suas mudanças de significado são inevitáveis. Diante desse entendimento, não podemos reduzir ou inferir que nomes e palavras possuam uma denominação absoluta. O que encontramos na abordagem do autor é uma prescrição de significação que parte de um conceito já existente. Mesmo diante das contingências e da dinâmica inerente à linguagem, somos conduzidos sempre a um sinal

que só pode ser de natureza mental e, conseqüentemente, digno de um entendimento primordial.

*A significação dos termos é equivalente à significação de sua definição?* Panaccio (1991) aborda a reflexão de que a significação dos termos é equivalente à significação de sua definição, essa perspectiva enfatiza a centralidade do conceito na construção do significado. Este problema crucial da semântica recebeu respostas semelhantes de dois grandes pensadores, separados por seis séculos: Guilherme de Ockham e, mais recentemente, Saul Kripke e Hilary Putnam. Em ambos os casos, a resposta é que a significação de um tipo específico e fundamental de termos, os termos absolutos para Ockham não se resume apenas à sua definição. A situação parece mais complexa na medida em que Ockham se posiciona como um externista em relação ao significado, ou seja, o significado não está apenas na nossa mente, os termos singulares adquirem significado por terem sido impostos de alguma forma por convenção. Por exemplo, o termo "Sócrates" foi imposto para significar o filósofo Sócrates em Atenas quando este existiu. Hoje, este termo é associado a uma descrição, mas originalmente referia-se diretamente a Sócrates.

A interpretação de Panaccio é externista, relacionando-se com as ideias de Kripke e Putnam. Nesta perspectiva, a significação dos termos não é simplesmente equivalente à significação de suas definições. A interpretação externista sugere que o significado de um termo singular pode ser entendido pela sua imposição original e pela convenção, em vez de apenas pela definição do termo. Esta abordagem se alinha com a visão de Kripke sobre nomes próprios e sua referência direta, sem depender exclusivamente de descrições definicionais. Portanto, a interpretação externista de Panaccio, em consonância com Kripke e Putnam, oferece uma resposta negativa à questão de se a significação dos termos é equivalente à significação de suas definições.

Nos estudos contemporâneos, deparamo-nos com uma análise que, embora não seja divergente, apresenta nuances distintas em relação ao que foi anteriormente discutido. Friedrich Ludwig Gottlob Frege, por exemplo, postula que o sentido de uma expressão é seu significado lógico, independentemente da existência ou não de um referente concreto no mundo real. Podemos ilustrar isso ao considerar a expressão "o planeta mais próximo do sol", que possui um sentido definido, embora não haja um referente único, dada a presença de vários planetas que poderiam corresponder a essa descrição. Outro exemplo relevante nas obras de Frege é a análise das palavras "estrela da manhã" e "estrela da tarde" em seus artigos *Sentido e Denotação*. Nesse contexto, Frege (1978) argumenta que, mesmo

sendo palavras diferentes, ambas denotam o mesmo objeto, que, no caso, é o planeta Vênus ("**a = a**" e "**a = b**"). Esse enfoque destaca a importância do sentido lógico da expressão, independentemente das diferenças linguísticas superficiais, e reforça a ideia de que a denotação pode permanecer constante, mesmo quando as palavras utilizadas variam.

Voltando ao sentido escolástico, o interessante dessa análise ockhamiana é a forma como podemos simplificar aquela especulação gramatical que antes era defendida sobre a existência de conceitos universais entre a linguagem e realidade, pois aqui o termo e sua função significativa está inserida num contexto sintático. A metafísica ockhamista é simples: o que existe é o singular. É de suma importância ter a leitura de que os termos são individuais e, por isso, não têm a forma dos objetos aos quais são implicados na realidade, independentemente de serem orais ou escritos. Sendo assim, o franciscano destaca a necessidade de separar o objeto e o referente na realidade, uma vez que não podemos atribuir qualidades intrínsecas aos objetos sem incorrer em contradições.

Sendo assim, surgem subdivisões na estrutura significativa, sendo duas classes as mais notáveis, a saber, os termos categoremáticos e termos sincategoremáticos. Os categorematas referem-se a entidades existentes e já possuem uma significação completa. Por meio das proposições, somos induzidos a designar sempre o indivíduo ou objeto no mundo real. Um exemplo elucidativo de termo categoremático é "Homem", presente na proposição: **Aristóteles é um homem**. Nesse caso, "Homem" é um termo categoremático, pois designa diretamente uma entidade existente, no caso, Aristóteles, representando a completa significação desse termo na proposição.

Essa distinção entre os termos oferece uma estrutura analítica que contribui para uma compreensão refinada da filosofia de Ockham e sua abordagem à mente e à representação da realidade. Podemos evidenciar essa abordagem por intermédio da seguinte proposição: **O homem corre**. Na proposição explicitada anteriormente, podemos associar esse termo a um indivíduo que é conhecido, pois não temos a capacidade de conceber um homem sem forma em movimento. Nesse contexto, é pertinente ressaltar que Guilherme de Ockham delineia dois tipos de significação. Conforme explicado na obra magistral, Ockham valida o significado do referente na estrutura significativa quando uma proposição verdadeira é assegurada pela referência e significação de seus componentes com a realidade. Isso se torna evidente especialmente no segundo modo de significação, em que é possível atribuir significado a um conceito, como uma qualidade ou propriedade.

A predicação, nesse contexto, sempre se fundamenta nas regras de suposição, demonstrando os valores subjacentes a cada uma delas. Os termos apresentados nessas proposições conseguem, em parte, captar as nuances relacionadas à significação da substância ou qualidade individual fornecida. Dessa forma, Ockham proporciona uma estrutura lógica que não apenas vincula as proposições à realidade, mas também permite uma análise mais profunda das relações de significação entre os termos e os referentes na construção do entendimento filosófico. Os sincategoremas não se referem a nada real, são operadores lógicos que informam como conectar os termos categoremáticos em uma proposição, esses termos apenas fazem parte da estrutura das proposições, e é aquilo que o Ockham chama de sinais mentais<sup>19</sup>. Exemplos: “Nenhum”, “todos”, “algum”, “não”, “se”<sup>20</sup>. Sendo assim, tendo cada termo uma função específica, notoriamente começamos a perceber que não devem existir realidades extramentais. Dentro desse contexto, Ockham identifica várias classes de categoremas, das quais destacaremos duas com o fito de serem analisadas: os termos absolutos e os termos conotativos.<sup>21</sup> Os termos absolutos significam um objeto diretamente, sem significar ao mesmo tempo direta ou indiretamente uma outra coisa. Por exemplo, o termo animal pode significar homem, cão, cavalo, tudo na mesma proporção. O termo Sócrates é um animal, não é implicado que Sócrates tem animalidade. Esses termos são resultados de um contato direto e imediato do intelecto, fruto de um ato de abstração da realidade. Termos absolutos, como nomes próprios e pronomes demonstrativos, revelam sua forma lógica de maneira direta e não podem ser mais claramente expressos por meio de parafrazeamento. Por outro lado, termos conotativos possuem um significado direto, mas também apelam indiretamente em algo mais, como no caso do termo branco, o qual significa diretamente coisas brancas e indiretamente a noção de brancura, que muitos da tradição realista considerariam um universal. Podemos concordar com Fredosso (2011) que cada termo comum na linguagem representa uma entidade específica, conhecida como uma natureza universal ou comum. Essa natureza universal é uma abstração que se aplica a múltiplas instâncias particulares, mas ela própria não pode ser verdadeiramente predicada de qualquer instância individual. Assim, os termos comuns servem para designar categorias ou classes de entidades que compartilham características essenciais, mas a universalidade desses termos significa que

---

<sup>19</sup> Não é possível ligá-lo a uma produção do representativo, isso porque o sinal junta-se com a função suposicional.

<sup>20</sup> Explicando as aspas, Ockham não faz uso de aspas, porém por questões de compreensão, utilizei.

<sup>21</sup> Ockham atenta também que existem os termos de segunda imposição, esses se referem a termos inventados, adquirindo significação apenas na linguagem possuindo uma característica figurativa (*nomina mominum*)

eles transcendem qualquer instância particular. Isso implica que a linguagem comum, ao usar termos universais, opera em um nível de abstração que facilita a comunicação e a categorização, mas que também exige um entendimento das limitações inerentes a esses termos quando aplicados a casos individuais.

Para Ockham, a noção de brancura faz parte da significação do termo branco. Termos conotativos geralmente têm a função de trazer na mente percepções repetidas devido a um hábito, ou seja, eles são termos concretos que concernem à categoria da quantidade. Sendo assim, ao ter contato com diferentes aspectos e dimensões de branco, teremos a noção de brancura devido a um processo de abstração. Brancura é uma particularidade daquilo no qual se define o que é branco.

Gramaticalmente, ambas significações, “branco” e “brancura” se diferem pelas suas categorias de quantidade, ou seja, por indicarem suas desinências no plural ou singular. Dessa forma os adjetivos indicam os nomes concretos, e os nomes em abstrato seriam os substantivos com mais sílabas. A partir dessa leitura, podemos perceber um estudo gramatical rigoroso sobre as funções exatas dos termos, cuja organização demonstra que a predicação sempre prevalece. O universal, por sua vez, se limita à estrutura das categorias de quantidade e às desinências de gênero e número. Sua crítica do universal começa evidentemente nessas classificações de adjetivos e substantivos, fazendo que o universal seja parte de uma predicação<sup>22</sup>. Apresentamos um quadro com a categorização para a compreensão da categorização baseada em Ockham:

---

<sup>22</sup> No contexto histórico em que Guilherme de Ockham viveu, os debates filosóficos, teológicos e lógicos eram intrinsecamente interligados, abordando temas fundamentais como a natureza de Deus, seus princípios e as contradições linguísticas. A necessidade de análises específicas e apropriadas tornou-se evidente, especialmente ao lidar com questões relacionadas aos particulares, singulares e à essência da existência. Na Idade Média, a busca por uma forma lógica distinta da aristotélica ganhou destaque, marcando uma fase crucial na evolução do pensamento filosófico. Para compreender as implicações dessas discussões, é pertinente fazer referência a Duns Scotus, um proeminente escolástico cujas ideias foram alvo das críticas substanciais de Guilherme de Ockham. A análise das divergências entre suas abordagens serve como introdução essencial para a compreensão das origens das novas extensões analíticas propostas por Ockham. Por meio das considerações a seguir, podemos discernir as distinções entre esses pensadores, evidenciando como filósofo inaugura uma perspectiva única na análise do conhecimento.

Quadro 1 – Categorização baseada em Ockham

Termo	Classe gramatical	Significado direto	Significado indireto	Observações
Branco	Adjetivo	Coisas brancas	Noção de brancura	"Branco" significa coisas brancas e apela à noção de brancura.
Brancura	Substantivo			<b>A noção de brancura</b> Substantivo que representa a noção abstrata de brancura, parte da significação de "branco".
Conotativos	Adjetivo	Significado direto	Implicação direta	<b>Adjetivos e substantivos</b> Termos que têm significado direto e implicam indiretamente algo mais.
Desinências	Substantivo			<b>Desinências no plural</b> Substantivo que indica as terminações que indicam gênero gramatical.
Gêneros	Substantivo			<b>Gênero gramatical</b> Substantivo que representa a categoria que classifica palavras como masculinas ou femininas.

A partir dos dados apresentados no Quadro 1, é possível evidenciar a ausência do universal entre a proposição e a realidade. O que se possui é uma predicação do categorema do termo conotativo que permitirá indiretamente, uma outra noção, sendo ele um substantivo. Ockham tem um trabalho árduo pela frente quando mostra que as variações dos realistas parecem ser evidentemente falsas. Ockham tem como critério esclarecer as pressuposições ontológicas por predicação simples<sup>26</sup>. Os universais, ao serem submetidos a uma análise gramatical, revelam-se de maneira mais clara e precisa.

Esse processo de análise permite compreender como os universais adquirem significados específicos de forma natural. A compreensão e as significações dos universais através da análise gramatical constituem um processo natural que reflete a maneira como a linguagem e o pensamento se estruturam. Ockham define o universal como aquilo que pode ser predicado de múltiplas realidades, sendo este o natural. Nesse sentido, trata-se do conceito que, por sua própria natureza, representa uma pluralidade de objetos sobre os quais pode ser predicado. Alféri (1989), descreve que o signo mental é um signo natural. De acordo com Ockham, isso nos revela uma correspondência proporcional entre o conceito e a coisa a que ele se refere. Por exemplo, existe uma relação de correspondência entre o fogo e a faca. O universal também é considerado um signo natural e não arbitrário, pois representa o conceito em si, e não a palavra ou o som vocal que o expressa. Assim, o universal se contrapõe ao singular.

Dentro da tradição aristotélica, o nosso autor define o universal como aquilo que pode ser predicado de várias realidades. A discussão em torno do estatuto ontológico dos universais, que permeia as obras de diversos mestres medievais, transcende não apenas o âmbito lógico, mas também envolve considerações gnosiológicas e metafísicas<sup>23</sup>. O cerne da questão reside na busca por estabelecer a correspondência entre o conceito e a realidade, relacionando os caracteres do conceito, marcados pela universalidade e necessidade, com aqueles da realidade, caracterizados pela particularidade e contingência. O destaque do autor também se manifesta ao se afastar da abordagem realista, questionando a existência de universais independentes na interação entre linguagem e realidade. A incerteza sobre a localização dessa independência leva à reflexão sobre a predicação do categorema do termo conotativo, um fenômeno que, de maneira indireta, conduz-nos a uma compreensão alternativa ao transformar o termo em um substantivo. Essa transformação é significativa na perspectiva ockhamista, revelando uma conexão íntima com as funções predicativas em detrimento de uma existência independente. No centro da questão está a predicação do categorema do termo conotativo, uma operação que nos conduz, indiretamente, a uma compreensão mais profunda ao conferir ao termo um caráter substantivo. A sua classificação meticulosa orienta-nos a adotar uma

---

<sup>23</sup> Apesar da discussão que gira em torno dos universais ter começado pelo tripé composto por Sócrates, Platão e Aristóteles, é muito comum encontrar de forma mais aguçada esses debates no século XIII quando se tem um retorno aos problemas do status ontológico dos termos abstratos. Notoriamente encontramos essas análises nos debates sobre nominalismo e realismo.

perspectiva conceitualista em detrimento de uma nominalista. Isso decorre da observação evidente de que categorias fundamentais, como substância, relação e quantidade, são intrinsecamente correspondentes, atuando como sinônimas tanto para nomes concretos quanto abstratos.

Sabe-se que a escola nominalista se caracteriza por sua posição filosófica contrária ao realismo em relação à existência e ao estatuto modal dos universais. Essa posição sustenta que os universais, como conceitos gerais, não têm existência real e existem apenas como nomes ou convenções linguísticas. Embora essa definição se aplique de modo geral, é necessário investigar não os diferentes tipos de nominalismo em seus sentidos estritos. É de suma importância atentarmos-nos a essas caracterizações, pois Ockham é geralmente considerado integrante desse movimento. Assim, podemos identificar em qual tipo de nominalismo ele poderia estar situado. Existem diferentes formas de nominalismo<sup>24</sup>. Uma perspectiva seria o nominalismo epistemológico, também conhecido como "nominalismo moderado", essa forma de nominalismo defende que os universais não existem no mundo externo, mas apenas como construções mentais ou convenções linguísticas. Os nominalistas epistemológicos afirmam que os conceitos universais são produtos da mente humana e não têm uma existência independente. Esse é um dos tipos mais comuns de nominalismo. Esse tipo de definição remete a uma concepção semelhante à de Leite Junior (2007), que entende que Ockham é representante de um certo tipo de nominalismo, contrapondo-se, assim, à concepção realista.

Um outro aspecto amplamente referido quando se trata do pensamento de Ockham diz respeito ao seu nominalismo. Entretanto muitas vezes não fica claro qual o tipo de nominalismo foi o de Ockham, pois tal como seu homônimo contemporâneo o nominalismo medieval tomou frequentemente formas surpreendentes. (...) Considero que uma boa maneira de bem caracterizar o nominalismo de Ockham no âmbito da ontologia (entendendo por "ontologia" a melhor descrição, em termos gerais daquilo que existe), é representada pela ideia de que no mundo há somente coisas individuais particularmente substâncias e qualidades individuais. (LEITE, 2007, p.17)

Em nossa perspectiva, a elaboração da tese de Ockham de que existem conceitos que possuem significados tanto naturalmente quanto de forma convencional, decorrente

---

<sup>24</sup> Nominalismo absoluto, também conhecido por "nominalismo extremo" vai além do nominalismo epistemológico, pois sustenta-se que não apenas os universais não têm existência real, mas também que a realidade consiste apenas em indivíduos concretos. Em outras palavras, apenas objetos particulares existem, e os conceitos universais são meras convenções linguísticas. Isso implica que não há nenhuma realidade além das coisas individuais.

de uma subordinação devido à imposição desses conceitos através da palavra, já é indicativa de uma abordagem conceitualista (naturalista). A partir da aproximação com a leitura de Spade, sustentando que o universal é um conceito predicável que abrange realidades para além de qualquer coisa, Ockham argumenta que, por sua própria natureza, é singular e numericamente uno. Essa afirmação desafia as concepções realistas de universais como entidades independentes, fortalecendo a singularidade inerente a cada universal. Em última análise, a sua filosofia ressalta a importância das funções predicativas e da relação intrínseca entre linguagem e realidade na construção de significado filosófico<sup>25</sup>. Seguindo as citações abaixo, podemos compreender melhor suas reflexões<sup>26</sup>

Porém, o homem tem também conhecimentos universais. A origem dos universais advém, para Ockham, através de um processo natural; os universais e as intenções segundas são causadas naturalmente sem qualquer atividade que altere ou manipule, nem por parte do intelecto, nem por parte da vontade, primeiramente, de fato, conhecem-se singulares de modo particular, de modo intuitivo e abstrativo. (...) é exatamente o segundo ato que produz os universais. Isso significa que o universal é um signo natural, que exprime diretamente a coisa significada. (FRANCISCANO, 1999, p.53)

O intelecto, que apreende uma realidade singular, provoca em si mesmo conhecimento intuitivo que é só deste singular, e é chamado *passio animae* e pode supor, por sua natureza, por aquelas realidades singulares às quais se refere. (Idem, 1999, p.53)

Na análise filosófica do autor Ernesto Perini Santos, destaca-se a investigação pelo termo 'singular'. Pois este termo é compreendido de dois modos distintos para Ockham:

O filósofo inglês começa sua análise pelo termo 'singular'. Compreende-se 'singular' de dois modos: (i) num sentido 'singular' significa tudo que é um e não muitas coisas (*omne illud quod est unum et non plura*). [Singular1]; o universal como qualidade da alma predicável de muitos é singular neste sentido, é uma qualidade da alma; (ii) num outro sentido o que é um e não muitos e não é destinado a ser signo de muitas coisas (*nec est natum esse signum plurium*). [Singular2]; neste sentido nenhum universal é singular.' Se o universal é o que não é numericamente um - o que muitos dizem do universal, acrescenta Ockham - nada é universal (*Unde vocando universale aliquid quod non est unum numero [ ...] dica quod nihil est universale*), a não ser que se abuse deste termo, chamando um povo de universal, por exemplo (veremos como exemplos como este não trazem problemas para Ockham). Tudo o que existe é singular; não há nada que seja oposto a singular, não há algo como um universal. O universal é assim universal apenas por significação, sendo ele mesmo uma coisa singular. (SANTOS, 1997, p.642)

Mas vejamos essa definição também:

---

<sup>25</sup> Essa visão desafia a ideia de universal como entidade separada e destaca a singularidade inerente, fundamentando uma abordagem filosófica que prioriza a singularidade e a predicabilidade na compreensão da realidade.

<sup>26</sup> Podemos encontrá-las também nas exposições dos capítulos IV-VII na *Ordinatio* e capítulos I, 15-16 na *summa logicae*.

Contra aqueles que pretendem distinguir o universal do singular considerando dois aspectos de cada um dos indivíduos, Abelardo invoca um tríplice argumento (cf. *Vignaux, Nominalisme, col. 722-723*). Primeiro, esta opinião desconhece as próprias noções de singular e de universal, pois ser predicado de muitos não equivale a convergir com muitos. De fato, nada há que convirja com apenas uma coisa. Não podemos mais, então, definir o indivíduo como o que se predica de um só. Além disso esta opinião desconhece a unidade do indivíduo, pois nenhuma coisa é simultaneamente diversa de si mesma. Por mais que multipliquemos seus aspectos, não é possível de um indivíduo fazer, dois, o que nos impede de distinguir indivíduo do universal. Finalmente, não há como conceber que dois indivíduos convirjam. Em si mesmos, eles antes se distinguem do que convergem. Num terceiro, é também impossível, pois eles se distinguem igualmente deste. (ABELARDO, 1994, p. 22)

Como destaca Vignaux (2002), ao contrário de Aristóteles, que distingue entre o intelecto ativo e o intelecto possível e argumenta que o intelecto não pode conhecer diretamente o singular, Guilherme de Ockham se opõe a essa ideia. Ockham (1984) defende que a realidade (*res*) e a razão (*ratione*) são idênticas e não separadas. Esta ênfase no indivíduo, no contexto da ontologia e da filosofia da natureza, permite a definição de uma metafísica do singular. A visão aristotélica pressupõe uma separação entre os níveis de cognição, nos quais o intelecto ativo abstrai formas universais das particulares, enquanto o intelecto possível recepciona essas formas. Ockham, por outro lado, rejeita essa divisão, propondo que o intelecto é capaz de apreender diretamente os indivíduos sem a necessidade de mediação por formas universais. A tese de Ockham, de que realidade e razão são a mesma entidade, unifica o entendimento de que os conceitos mentais e as coisas reais não são entidades distintas, mas aspectos de uma única realidade. Isso reforça uma perspectiva ontológica centrada no particular e no concreto, em oposição às abstrações universais. Na literatura, existe uma definição nominal (*quid nominis*), e não em uma definição real (*quid rei*). Não há distinção entre a realidade concreta e a concepção racional que temos dela. Em outras palavras, a nossa percepção e as categorias mentais que utilizamos para compreender o mundo são intrinsecamente ligadas à própria realidade. A ênfase no indivíduo como base ontológica e no contexto da filosofia da natureza permite a elaboração de uma metafísica que trata cada entidade como singular e única<sup>31</sup>.

Concluimos, assim, as exposições de Ockham acerca da natureza dos universais, ainda que nossa análise possa parecer, em parte, tendenciosa ao ter de articular as observações do nominalismo e conceitualismo de maneira conjunta<sup>32</sup>. A tese de Ockham

sobre a significação dos conceitos é uma componente essencial de um estudo abrangente que evidencia sua ruptura com as teses tradicionais realísticas, particularmente no que concerne à definição clara de universal e singularidade. Ockham, ao sustentar que a origem dos universais ocorre de maneira espontânea e natural, revela-se como um nominalista para a sua época, mas se distingue de uma postura radical e adota uma abordagem naturalista em sua perspectiva filosófica<sup>33</sup>. Seguimos a citação:

Todas as críticas feitas por Ockham para mostrar a inconsistências das teses realistas, baseia-se em sua ontologia do singular; um ser singular pode ser constituído só por seres singulares; pensar que o indivíduo possa constituir-se mediante a síntese de um elemento singular e de um elemento universal é um contra senso, é ir contra o princípio da economia, segundo o qual, para explicar o singular, são suficientes singulares. Para Ockham o universal, objetivamente considerado, é um conceito que não tem nenhuma correspondência fora da mente, mas é um signo que, por sua natureza nasceu para ser predicado de mais indivíduos. (FRANCISCANO, 1999, p.50)

Ockham baseia suas críticas ao realismo em sua ontologia do singular, que afirma que apenas seres singulares existem, rejeita assim a ideia de que um ser singular possa ser constituído por uma combinação de elementos singulares e universais. Assim sendo, esses, quando considerados objetivamente, são apenas conceitos sem correspondência na realidade externa. Eles são signos criados pela mente para serem predicados de múltiplos indivíduos. Essa visão sustenta que a singularidade é suficiente para explicar a existência e as características dos seres individuais. Ao final, a contribuição de Ockham é essencial para o desenvolvimento do tópico a seguir, no qual trataremos da teoria do signo e da noção de subordinação.

<sup>31</sup> Podemos encontrá-las nas exposições dos capítulos IV-VII na *Ordinatio* e capítulos I, 15-16 na *Summa Logicae*.

<sup>32</sup> Anteriormente, mencionei a fundamentação que Ockham utiliza para a existência dos universais como meros conceitos, precisamente, uma fundamentação gramatical. O conceito adquire a capacidade de representar uma pluralidade de objetos quando é passível de ser predicado. Para elucidar como isso se concretiza, analisemos o raciocínio ockhamiano: nomes concretos e abstratos tornam-se sinônimos ao pertencerem aos mesmos grupos de categorias, como substância, qualidade e relação. Essa tese é notória ao observarmos que nomes abstratos, sendo substantivos, possuem maior extensão, exemplificado por "humanidade". Em contrapartida, nomes concretos, agindo como adjetivos, denotam algo que não é abstrato, mas real, como exemplificado por "homem".

#### 1.4 ABORDAGEM OCKHAMISTA DA VOX: TEORIA DOS SIGNOS E A SUBORDINAÇÃO NATURAL

Em uma discussão anterior, foi destacado que, em Ockham, o signo como termo possui uma característica peculiar além de sua relação lógica: ele é equiparado ao conceito de termo na “semiótica”, pois são considerados idênticos. Essa definição, presente na *Suma Lógica Parte II*, é uma novidade por duas razões distintas. De acordo com Biard (1981), Ockham redefiniu a teoria da significação ao desenvolver a teoria da suposição. Essa redefinição é um ponto central no pensamento do autor em que a teoria da suposição trata da maneira como os termos e palavras representam ou se referem a objetos e a conceitos no mundo. Ao esclarecer essa tese, enfatiza-se a inovação do franciscano na filosofia da linguagem, destacando como essa redefinição impactou a compreensão dos significados e das referências linguísticas.<sup>34</sup> Primeiramente, Ockham, em seus tratados de metafísica, apresenta um tipo de definição de signo que excede os termos em si, envolvendo imposição e subordinação<sup>27</sup>, de maneira que amplia a significação para além da mera linguagem terminológica.

Esse envolvimento de imposição e subordinação, por conseguinte, atribui sentido de "sinal de alguma coisa" aos termos convencionais conjuntamente com palavras e nomes obtendo algum tipo de significação secundária. Isso ocorre porque, de certa forma, mesmo que a significação seja por modo instituído, é também arbitrário e subordinado. Em sentido amplo, é caracterizado como uma marca ou afecção da alma inserida como uma *vox* significativa por imposição. Essa definição é muito próxima à de Aquino, sendo assim, é defendido um tipo de existência de “signo natural”. Da Costa (2012) explica que a significação dos conceitos mentais é natural, enquanto a das palavras, sejam elas escritas ou faladas, é puramente convencional. Por essa razão, Ockham faz uma distinção entre significação em sentido estrito e em sentido amplo. No pensamento de Boécio, Agostinho, Ockham, Scotus e Guilherme de Auvergne, há uma reflexão acerca da relação entre a linguagem e a realidade. Eles argumentam que as palavras faladas e escritas são sinais ou marcas das afecções da alma, representando similitudes das coisas que são universais para

---

<sup>27</sup> No contexto abordado, destaca-se a relação entre termos convencionais e conceitos, elucidando que os termos não são primariamente criados para representar os conceitos, mas sim para designar as coisas que os conceitos representam. Essa identificação entre termo e signo implica que os termos, enquanto signos linguísticos, evocam objetos e experiências na mente.

todos. Assim como as letras variam de acordo com o indivíduo, as vozes também diferem, mas todas elas apontam para as mesmas afecções da alma e para as realidades universais compartilhadas por todos. Essa compreensão sugere uma visão da linguagem como um meio de expressão e compreensão comum, superando as diferenças individuais e conectando os seres humanos à sua experiência compartilhada do mundo. A distinção entre um primeiro nível de signo, que remete a uma realidade externa, e um segundo nível, que acrescenta um elemento cognitivo, é relevante para a análise proposta. Há também registros de que Duns Scotus teria adotado uma argumentação similar. A Tese apresentada por Scotus propõe uma ideia que mais tarde se tornaria controversa. Conforme veremos, ele sustenta a tese de que a significação das vozes "faladas e escritas" não requer a mediação da afecção. O autor propõe a identificar o dilema acerca de como essa voz signifique diretamente aquilo que a afecção significa. Seu objetivo é identificar o dilema sobre o que faz com que essa voz signifique diretamente aquilo que a afecção representa. Sigamos o seu pensamento da seguinte maneira:

Deve-se dizer que é conveniente haver uma diferença [s.c entre as letras as vozes, as afecções e as coisas] uma vez que as afecções enquanto são signos das coisas na alma representam a mesma coisa em quem quer que as conserva, porque a mesma similitude na alma é sempre representativa do mesmo, tal como o é a similitude sensível no sentido. Ora, em si, enquanto são signos, as letras e as vozes não são as mesmas para todos, porque a mesma letra não representa a mesma voz para todos, mas ou uma voz diversa ou nenhuma, nem a mesma voz significa a mesma afecção para todos, mais ou uma afecção diversa ou nenhuma. Donde é patente que as coisas e as afecções sejam signos naturalmente, porque significam e são significadas para todos de forma uniforme, e que aquilo que é por natureza, é o mesmo para todos. Ora, a letra e a voz não são signos por natureza, porque não são os mesmos para todos enquanto significam e são significados. (ESCOTO, 2004, PP, q. 4, n. 6, p. 68)

No entanto, observamos algumas problemáticas na tese de Ockham. Sua hipótese baseia-se na preocupação em analisar o fato de que, ao resolver a compreensão dessa relação entre as vozes e as afecções da alma, também poderia resolver a questão do que pode ser verdadeiro ou falso em uma proposição. Isso ocorre porque, de acordo com Ockham, a verdade e a falsidade residem na palavra, na medida em que ela é um signo. Essa perspectiva é corroborada por Oliveira. De acordo com o autor:

(...) Na primeira hipótese, a remissão à espécie inteligível, tal como afecção da alma é tratada em ambos os comentários de Duns Escoto, indicaria que a voz seria, primeiramente e de fato, principalmente um signo da afecção da alma, somente significando a coisa na medida em que, por ser signo de tal afecção ou espécie, reproduziria sua função significativa. (OLIVEIRA, 2010, p.198)

Contextualmente, o termo semiótica ou semiologia não existia no período histórico em que Ockham viveu. No entanto, isso não invalida a possibilidade de que ele já tivesse a preocupação em considerar análises voltadas à significação dos sinais na linguagem, uma questão que, de fato, também é relevante na contemporaneidade para os linguistas lógicos. O campo do conhecimento denominado, na atualidade, de linguística constitui estudo dos sistemas de signos não linguísticos. O que entendemos desde os primórdios é que signo, no geral, é algo que é usado ou referido no lugar de uma outra coisa. Geralmente chamamos isso de significado, pois é aquilo que interpretamos e, assim, associamos a uma significação. A partir dessas reflexões, analisaremos o contexto dessas palavras para melhor entendimento, de maneira a identificar ao que Ockham estava se referindo quando diz que o signo é similar aos termos. No entanto, em um sentido geral, os filósofos medievais se referem ao estudo dos signos e dos processos de significação sendo muito semelhantes da abordagem contemporânea. As análises observadas nesse contexto sobre signos e significados enfatizam como esses conceitos estão entrelaçados em diferentes campos do saber, como a linguística, a teologia, a filosofia, a literatura e outras áreas.

Os signos são elementos que representam algo para um indivíduo. Essa representação pode ser verbal, visual ou, de outra forma, simbólica. Exemplos comuns de signos incluem palavras, gestos, imagens, símbolos e até mesmo objetos. Um sinal de "pare" em uma rua é um exemplo de signo que representa a instrução para os motoristas pararem. Os significados referem-se às interpretações associadas aos signos. Também devemos ressaltar que, cada signo pode ser interpretado de maneiras diferentes com base nas experiências de cada realidade. Como exemplo, podemos destacar que uma rosa pode ser um signo de amor em muitas culturas, e seu significado é associado à emoção de afeto. Signos, por sua vez, são as manifestações concretas dos conceitos discutidos. Os significados surgem da interpretação dos signos, e essa interpretação é influenciada por fatores como contexto cultural e experiência individual.

Contudo, a escolha entre utilizar "semiótica" ou "semiologia" depende da tradição acadêmica ou do contexto específico em que a discussão ocorre. Até o momento, sabemos que a base ockhamiana é a mais próxima da estoicista e, contextualmente, essas disciplinas específicas não existiam. Portanto, ao adentrarmos nas definições de signo e significado, consideramos o signo como aquilo que representa a coisa em si, ou seja, como

um meio de representação que conduz ao conhecimento de algo além de si mesmo, sem fornecer o conhecimento inicial. Já a significação é a imposição de uma palavra ao significar um objeto, antecedendo a suposição. Com esse aparato, o que deve ser analisado primordialmente começa desde Aristóteles no seu tratado *Sobre a Interpretação*, em que abordou as partes do discurso que remetem a proposições, como, por exemplo, os verbos e as preposições. Portanto, conforme a análise de Oliveira (2006), Ockham assume a responsabilidade de definir o que são as "expressões" (*vox*) mencionadas por Aristóteles e de estabelecer como elas conseguem significar as coisas. Sua abordagem não se limita apenas à identificação dessas expressões, mas também investiga o mecanismo pelo qual as palavras adquirem seus significados.

Trata-se de mostrar como se monta o "triângulo semiótico" aristotélico, que versa sobre a relação entre as palavras (i.e., as *vox* escritas ou faladas), as afecções da alma e as coisas. A explicação de Ockham revela-se, porém, uma exposição *sui generis* da filosofia aristotélica. Com efeito, ao menos desde Boécio, o triângulo semiótico aristotélico era montado de acordo com duas relações: uma referente a uma imposição natural, a da coisa que naturalmente fazia da afecção mental seu signo ou similitude; e outra referente a uma imposição tomada como convencional, que partia da afecção mental rumo às palavras faladas e escritas: as palavras faladas seriam feitas marcas ou signos das afecções mentais assim como as palavras escritas seriam feitas marcas ou signos das palavras faladas. Em suma, partindo do signo para o significado, tínhamos que as palavras escritas eram convencionalmente signos (ou marcas) das palavras faladas, que por sua vez eram convencionalmente signos (ou marcas) das afecções da alma que, por fim, eram naturalmente signos (ou similitudes) das coisas.  
(OLIVEIRA,2006, p. 30)

Ockham se empenha em explicar como as expressões verbais representam objetos e ideias no mundo real, elucidando o processo semântico envolvido. Neste modelo, as palavras escritas são vistas como signos das palavras faladas, as quais são signos das afecções da alma, e essas afecções são signos das coisas reais. Assim, há uma cadeia de significado que parte das coisas reais e vai até as palavras escritas. Ao distinguir entre as relações naturais e convencionais, Ockham enfatiza que, embora as palavras sejam construções humanas, elas têm uma base em experiências mentais que refletem a realidade. Sua exposição refina e expande a filosofia aristotélica. Ao adotar essa perspectiva, Ockham contribui significativamente para a compreensão da natureza e do funcionamento das expressões linguísticas.

## *Afecções e Vox*

As expressões, ou *vox*, desempenham um papel fundamental na filosofia, pois não são simplesmente proferidas sem propósito. Na verdade, elas são utilizadas com o objetivo de transmitir e expressar as afecções interiores da alma. Essas afecções são consideradas como similitudes das coisas, o que significa que representam uma espécie de reflexo das realidades externas na mente humana. Essa conexão entre as afecções da alma e as coisas do mundo exterior é crucial, pois a alma só pode compreender as coisas por meio de alguma semelhança ou similitude que exista, seja no sentido sensorial, seja no intelecto. Assim, as expressões não apenas comunicam, mas também refletem a relação intrínseca entre a mente humana e o mundo que a cerca, constituindo-se em veículos mediante os quais as similitudes entre as afecções interiores e as realidades exteriores são percebidas e compreendidas. Observa-se que Ockham contrapõe as exposições de Boécio e Tomás, preservando a distinção entre relações naturais e convencionais. Ele atribui às afecções da alma o papel de signos naturais das coisas, enquanto as palavras faladas e escritas são consideradas signos convencionais dessas mesmas coisas. No entanto, Ockham introduz uma dinâmica adicional ao argumentar que existe uma relação de subordinação entre as afecções da alma e as palavras, estabelecida por imposição. Essa ideia é característica da interpretação ockhamiana e destaca a noção de que as palavras têm um papel subordinado em relação às afecções da alma, uma vez que são impostas pela vontade humana e não têm uma ligação intrínseca com as realidades que representam<sup>28</sup>. Podemos encontrar essas teses iniciais no primeiro capítulo da *Suma Lógica* parte I e percebemos seu funcionamento na parte dois (2) da mesma obra quando lidamos com as proposições e as regras de suposição. Podemos analisar de antemão alguns exemplos:

Deve-se observar, inicialmente, que existem vários tipos de proposições universais, correspondendo à diversidade de sinais universais. Alguns postulam uma distinção múltipla de sinais universais. Diz-se que alguns são distributivos indiferentemente sobre substância e acidente, por exemplo, 'todo', 'qualquer', 'cada um', 'nenhum', 'ambos', 'nem', e assim por diante. Outros são

---

<sup>28</sup> É nesse contexto que Guilherme de Ockham estabelece também duas categorias de universais: o universal natural e o convencional. Este último de maneira ampla, se aplica aos termos orais e escritos, os quais, por sua natureza convencional, podem ser alterados e estão sujeitos à significação por convenção. Já os universais naturais referem-se aos conceitos naturalmente significativos, imutáveis como explicado anteriormente. Ambos os tipos, conforme demonstrado na *Suma Lógica parte II*, baseiam-se em suposições distintas, sendo os conceitos supostos naturalmente, enquanto os termos orais e escritos pressupõem convencionalmente. Os conceitos universais, por sua capacidade de serem predicados como "*ens rationis*", são também singulares, uma vez que possuem significado.

distributivos apenas sobre acidentes, por exemplo, 'qualquer tipo de', 'quantas vezes', e talvez existam outros. (FREDOSSO, 2011, p. 95)

Uma outra divisão dos sinais universais é posta tal que determinados podem distribuir por sobre qualquer número de coisas 'todo', 'nenhum' e deste tipo, determinados por dois [objetos] tão somente, assim como 'cada um dos dois' e 'nenhum dos dois'. Primeiramente, portanto, deve ser dito que daqueles que distribuem indiferentemente pela substância, pelo acidente, pelas partes subjetivas e por todo e qualquer, deste tipo são tais [sinais] 'todo', 'nenhum', 'todo e qualquer', 'cada um dos dois' e deste tipo, e das proposições universais nas quais tais sinais são postos. (FREDOSSO, 2011, p. 96)

Essa definição de signo presente na obra *Summa Logicae* direciona-se a um novo sentido lógico, caracterizado por funções exclusivas em relação aos conceitos, como evocar algo na mente, pressupor algo na proposição e alinhar-se à análise dos termos de maneira mais próxima ao que o signo representa em sua inferência, remetendo ao que é de natureza apriorística. Sob essa ótica, o signo equivale ao termo nas análises semânticas. Portanto, ao seguir a análise de Ockham a noção de signo é redefinida. Em vez de ser meramente representativo, o signo assume um papel mais forte e dinâmico, na medida em que produz na mente uma intelecção ou uma significação. Essa abordagem indica que os signos não são apenas símbolos passivos, mas agentes ativos que geram compreensão e significado dentro da mente humana. Essa ideia será abordada de maneira mais detalhada, proporcionando uma explicação aprofundada sobre a transformação conceitual do signo. O ponto essencial que Ockham destaca é a constatação de que nenhum som produzido pela voz humana pode ser considerado como a expressão "natural" de uma emoção da alma. Em outras palavras, os sons não representam as emoções da alma como se as expressassem. Em vez disso, eles desempenham uma função semelhante às próprias emoções da alma em termos de significado, ou seja, eles ganham seu significado por meio de uma convenção que duplica a aceção natural das emoções.

Segundo Oliveira (2006), a ideia de que o verbo mental não causa a expressão que significa algo semelhante à afecção da alma sugere que essa afecção não faz parte de nenhuma língua convencional. Essa abordagem será mais bem explorada na criação subsequente. Em Ockham, não encontramos duas teorias opostas sobre o signo, mas sim uma tese unificada que postula uma relação natural na linguagem, em que suas expressões, mesmo sendo convencionais, transmitem significações devido à subordinação. Os termos, portanto, refletem essas marcas de significação nos discursos. Neste contexto, a independência entre os papéis dos sinais não implica uma divisão separada na semântica ockhamiana. É crucial entender essa distinção para identificar

como esses dois tipos de recursos são utilizados pelo franciscano e quais são as consequências de cada tese e argumento em relação à linguagem mental. Santos (2000) destaca que Ockham enfatiza a existência de uma relação entre os sinais convencionais e os sinais naturais, embora esses não sejam diretamente sinais dos últimos, ambos ainda são imbuídos de significado.

Ockham argumenta que, ao afirmar que as expressões faladas são marcas das afecções da alma, estabelece uma hierarquia entre os sinais convencionais e os naturais no processo de significação. O sinal convencional adquire seu significado de forma derivada, ou seja, primeiro há a significação natural da afecção da alma e somente depois é imposta a significação convencional que replica essa significação. Ockham parece estar tentando destacar o caráter derivado da significação convencional, argumentando que a expressão (falada ou escrita) não possui significado intrínseco, mas adquire essa capacidade significativa por imposição externa. As afecções da alma são signos naturais das coisas, enquanto as palavras faladas e escritas são signos convencionais dessas mesmas coisas” (FREDOSSO, 2011, p. 119). Portanto, para estabelecer a validade dessa tese, deve-se compreender o que os medievais entendem por afecções da alma. Afinal o que significa isso? Segundo eles, trata-se daquilo que é predicado sobre algo que não é expressão vocal nem escrita. Alguns o chamam de intenção da alma, enquanto outros o denominam de conceito. Para os lógicos, a afecção da alma é o que está presente no intelecto como seu predicado, sendo assim, é chamada de intenção da alma ou conceito; ou seja, é aquilo que está no intelecto porque foi concebido por ele. Portanto, essa exposição ockhamista revela um conceitualismo subjacente<sup>29</sup>.

Appelons les signes définis par la première définition des signes<sup>1</sup>, et ceux qui répondent à la seconde des signes<sup>2</sup>: ce qui distingue le signe<sup>2</sup> du signe<sup>1</sup> est sa capacité à entrer dans une proposition. [...] Le cercle du vin n'est pas un tel signe [sc. "signe<sup>2</sup>"] : il ne peut faire partie d'une proposition. Les mots, en revanche, peuvent être agencés en phrases. Ils deviennent alors des termes. Mais le nom du LC [Langage Conventionnel] est à la fois signe<sup>1</sup> et signe<sup>30</sup>. (MICHON, 1994, p. 37)

---

<sup>29</sup> A reflexão levanta a hipótese intrigante de se Ockham, em sua perspectiva metafísica, estaria defendendo a ideia de um "sinal-signo" que transcende a mera expressão linguística, sendo uma manifestação da conexão intrínseca entre as coisas. Isso sugere a possibilidade de uma discussão não nominalista, mas conceitualista, em que os signos não são apenas convenções arbitrárias, mas expressões que refletem a natureza das coisas

<sup>30</sup> Tradução nossa :Vamos chamar os sinais definidos pela primeira definição de sinais, e aqueles que correspondem à segunda definição de sinais: o que distingue o sinal 2 do sinal 1 é sua capacidade de entrar em uma proposição. [...] O círculo de vinho não é um tal sinal [sc. "sinal 2"]: ele não pode fazer parte de uma proposição. As palavras, por outro

Conforme Oliveira (2006), as afecções podem ser caracterizadas nesse contexto como “uma qualidade da alma que existe na mente de modo subjetivo” Essa definição sugere que as afecções são qualidades ou estados internos da alma que existem dentro da mente de forma subjetiva. Em outras palavras, elas não possuem uma existência independente no mundo exterior, mas são experiências internas que influenciam a maneira como percebemos e entendemos o mundo. Isso se alinha com a perspectiva de Ockham, que valoriza a experiência subjetiva e a interpretação individual dos conceitos, reforçando a ideia de que a compreensão do mundo está intrinsecamente ligada às operações mentais e linguísticas interna. Existem três maneiras de compreender o conceito de voz: estritíssima, estrita e ampla. Na interpretação estritíssima, as conjunções e preposições não têm significado próprio, assim como todas as palavras sem categorias gramaticais específicas, pois elas só adquirem sentido quando combinadas com outras. Ou seja, isoladamente ou em separado no discurso, essas palavras não possuem significado. Na interpretação estrita, uma expressão significativa é aquela que representa algo específico para o intelecto, quer seja usada isoladamente ou em conjunto com outras palavras. Essa definição é mais ampla que a anterior, pois inclui participípios, interjeições, pronomes e alguns advérbios. Por último, na interpretação ampla, qualquer parte de uma oração é considerada significativa, seja por si só ou quando combinada com outras palavras, pois contribui para o significado da frase como um todo. Apesar de as expressões faladas e escritas serem diferentes para cada grupo de pessoas, como os estrangeiros, é possível observar que as afecções da alma são universais para todos os seres humanos. Isso significa que, conforme exposto por Ockham, a comunidade de experiência humana é suficiente para considerarmos as afecções como sinais naturais. Da mesma forma, a diversidade linguística evidencia que as expressões escritas e faladas são convenções ou sinais estabelecidos por acordo. Essa análise pode ser evidenciada na seguinte proposição: **cidade é um nome de seis letras**. Caso traduzíssemos essa proposição para outro idioma, como o inglês, a sentença seria, **the city is a four letter name**.

Essa variação evidencia a natureza convencional dos termos orais e escritos, que podem ser alterados com base na convenção linguística, enquanto o termo mental mantém sua estabilidade conceitual independente de mudanças linguísticas. Devido a essa

---

lado, podem ser organizadas em frases. Elas então se tornam termos. Mas o nome do LC [Linguagem Convencional] é tanto sinal 1 quanto sinal 2.

modificação entre os idiomas e outros elementos, as palavras não evocam nada à mente, apenas o conceito correspondente<sup>31</sup>; o termo, nesse caso, apela a algo que representa, do qual ocupa o lugar, sem ser do mesmo plano da realidade, *rationis signum ac verum objectum*<sup>41</sup>. A palavra depende do conceito, no sentido de que, se o conceito não existisse, não existiria a palavra correspondente. O que encontramos na abordagem de Ockham é uma prescrição de significação que parte de um conceito já existente. Mesmo diante das contingências e da dinâmica inerente à linguagem, somos conduzidos a um sinal que só pode ser de natureza mental e, conseqüentemente, digno de um entendimento primordial. Essa perspectiva enfatiza a centralidade do conceito na construção do significado, distanciando-se da concepção nominalista que desvaloriza a realidade intrínseca dos termos<sup>32</sup>.

Em suma, uma análise lógica revela que Ockham, em consonância com Aristóteles, reconhece que na mente existem sinais das coisas que são naturalmente representativos, não apenas convencionais como as expressões vocais. Além disso, na linguagem, há distinções entre termos usados para expressar e pronunciar palavras, nomes e proposições, todos eles sendo sinais, tanto naturais quanto convencionais. Essa última categoria é vista como uma derivação do natural, imposta devido a afecções que residem em nós mesmos, muitas vezes consideradas como linguagem mental, conhecimento abstrato ou conceitos. Assim, a compreensão da natureza dos signos, tanto na mente quanto na linguagem, destaca a interação entre o natural e o convencional, evidenciando a complexidade subjacente à comunicação e ao conhecimento humano.

Um signo é uma coisa perceptível através dos sentidos, o qual permite, mediante sua representação (*Vorstellung*). que se represente uma outra coisa ligada àquela. A relação entre O Signo e O representado (*bezeichneter, designado*, em latim *signatum*) é seu significado (*Bedeutung*) ou designação (*Bezeichnung*, em latim *significatio*). (SOLON, 2016, p.7)

O signo é algo que representa, simultaneamente, algo para os sentidos e para o entendimento [...] é aquilo que denota a existência de uma outra coisa, por isso. Traz consigo a ideia de uma outra coisa [...] desse modo, deve necessariamente haver uma relação entre o signo e o seu significado. (SOLON, 2016, p.7)

---

<sup>31</sup> Essa explicação apenas ressalta a dependência ontológica entre termos e conceitos na filosofia de Ockham.

<sup>41</sup> O sinal da razão é o verdadeiro objeto.

<sup>32</sup> O conceito de *significatio* em Ockham representa uma mudança em relação à interpretação medieval anterior, pois o Ockham redefiniu o contexto da *significatio* ao analisá-la dentro da proposição.

Essas reflexões enfatizam a dualidade dos signos como entidades perceptíveis e representativas, capazes de evocar conceitos e significados além de sua manifestação física. A relação entre o signo e seu significado é fundamental para a compreensão da linguagem e do pensamento humano, evidenciando como os seres humanos constroem e compartilham conhecimento através da comunicação simbólica. A última categoria é vista como uma derivação do natural, emergindo de afecções que residem em nós mesmos, frequentemente interpretadas como linguagem mental, conhecimento abstrato ou conceitos. Assim, a compreensão da natureza dos signos, tanto na mente quanto na linguagem, destaca a interação entre o natural e o convencional, revelando a complexidade subjacente à comunicação e ao conhecimento humano.

## 2. SOBRE A TEORIA DA SUPOSIÇÃO OCKHAMISTA E OS CRITÉRIOS DE VERDADE

A teoria ou regra da suposição foi objeto de extenso estudo na escolástica. De acordo com Unckelman (2009), a teoria da suposição não era apenas uma disputa acadêmica cheia de regras e definições, como alguns estudiosos posteriores argumentaram, mas sim uma solução implícita para vários problemas filosóficos que os lógicos modernos enfrentaram após o período medieval, quando essa teoria foi perdida.

Na contemporaneidade, podemos estabelecer uma correlação com estudos análogos sobre referência-denotação. Diversos intelectuais de renome contribuíram para o desenvolvimento das modalidades da suposição; entretanto, deter-nos-emos à abordagem ockhamiana. Segundo Ockham, a regra da suposição integra a análise lógica e a estrutura do raciocínio, com suas fundamentações remontando aos estudos e teorias de mestres escolásticos como, por exemplo, Pedro Hispano. No século XIV, a regra da suposição começou a adquirir status de teoria, fundamentando-se em dois caminhos distintos. Da Costa (2012) explica que, enquanto a teoria da significação se concentra na relação de sinal dos termos em geral, a teoria da suposição estuda os sinais ou termos como predicados em relação ao seu sujeito ou aos sujeitos. A suposição "propriamente dita" envolve uma análise que guarda notável semelhança com as teorias contemporâneas sobre referência.

A parte que aborda os "modos de suposição", por sua vez, não recebeu a devida exploração naquela época. No entanto, Ockham conseguiu preencher essa lacuna e esclarecer as obscuridades relacionadas à temática. Essa concepção é regida por uma regra simples, que se refere à capacidade de supor. No entanto, é importante notar que nem todos os termos supõem da mesma maneira, conforme mencionado anteriormente. Em termos práticos, consiste em um termo ocupar o lugar de sujeito ou predicado em uma proposição. Em outras palavras, termos e proposições devem ter referências para que possam ser objetos de suposição. É crucial ressaltar que, na Idade Média, o termo "suposição" tinha uma acepção completamente distinta do seu uso contemporâneo, frequentemente associado à ideia de "hipótese".

Existem três fases de desenvolvimento sobre as distinções e a análise lógica gramatical da teoria da suposição. Na primeira metade do século XII, as expressões "supponere", "supositio" e "suppositium" eram equivalentes a vocábulos gramaticais. Após esse desenvolvimento, existe uma análise sobre *appellatio* a qual é vista sobre os

termos sob uma ótica de lógica dos predicados. Por volta de 1200, são analisadas outras noções que abarcam *modus ampliatio e restrictio* sob uma ótica advinda da dialética. Entre os diversos métodos de análise das suposições, as três regras preponderantes para nosso autor são *suposição pessoal*, *suposição simples* e *suposição material*. A classificação empregada por Ockham - nesse contexto - é mais específica e formal<sup>33</sup>, destacando-se pela intrínseca presença de características sintáticas e semânticas, sobretudo quando um termo está inserido no contexto proposicional. Esse caráter formal se evidencia na segunda parte da *Summa Logicae*, quando Ockham examina minuciosamente as proposições e suas tipologias. Já no primeiro tratado da obra, o objetivo é organizar, classificar e distinguir toda a origem dos termos. Tal empreendimento justifica-se pela necessidade de que esses termos, juntamente com as proposições, possuam referências. Dessa forma, o sujeito ou o predicado tem algo para supor. Nesta pesquisa, empregamos o termo "proposição" no mesmo sentido escolástico, para referir a sentenças e a entidades linguísticas suscetíveis de serem consideradas verdadeiras ou falsas.

O termo pode representar tudo que compõe a proposição que se torna sujeito ou predicado, inclusive uma proposição inteira, excluindo apenas preposições, conjunções e verbos. Classificados como mentais, orais e escritos, Ockham analisa a função de cada tipo de termo, identificando que o termo mental significa naturalmente e expressa diretamente a coisa significada. A suposição, como propriedade dos termos, é aplicada nas proposições que consistem em sujeito e predicado, atribuindo significados a esses termos. O termo, ao atuar como sujeito em uma proposição, é simultaneamente a matéria do discurso e a verdade ou falsidade da frase. Compreender essa abordagem inicial é essencial para abordar as questões de suposição, significação e verdade na linguagem. É importante destacar que, “Apesar de não terem por objeto as coisas, mas proposições cujos termos que supõem pelas coisas, as ciências reais não constituem um discurso subjetivo, mas verdadeiro e próprio sobre as coisas” (GHISALBERTI, 1997, p. 47). A regra da suposição pessoal é essencial para compreender a relação entre os termos em uma proposição e o que eles representam fora da mente. Segundo essa regra, quando um termo supõe por seu significado, ele representa algo que existe fora da própria proposição,

---

<sup>33</sup> Durante o século XIV são analisadas diversas distinções e mais divisões de suposições; elas, a saber são: I. Suposição natural-suposição acidental. II. Suposição discreta-suposição comum. III. suposição simples-suposição pessoal. IV. suposição material-suposição formal. V. suposição determinada-suposição confusa. VI. suposição imprópria- suposição própria.

seja uma palavra falada, uma intenção da mente, uma palavra escrita ou qualquer outra coisa imaginável. Isso ocorre tanto com o sujeito quanto com o predicado de uma proposição. Por exemplo, consideremos a proposição: “**a justiça é uma virtude**”. Neste caso, o termo "justiça" supõe por aquilo que é denotado pela proposição, ou seja, que as várias manifestações de justiça, como equidade e imparcialidade, são verdadeiramente virtudes morais. Aqui, o termo "justiça" supõe por seu significado, representando algo além da própria palavra na proposição<sup>34</sup>.

Suposição, universalmente, é aquela em que o termo supõe pelo seu significado, seja a tal significado uma coisa fora da Alma, Uma Palavra Falada, uma intenção da Alma, uma palavra escrita, ou quer que se possa ainda imaginar de sorte que, toda vez que o sujeito ou predicado de uma proposição supõe por seu significado, de tal maneira que seja tomado significativamente, a suposição é sempre pessoal. (FRANCISCANO, 1999, p.313)

No entanto, é crucial observar outra característica proeminente nos textos de Ockham. Uma delas refere-se ao propósito indireto da suposição pessoal, que se divide em duas classes até então não abordadas: a suposição discreta e a suposição pessoal comum. Foi discutido que essa distinção influencia a significação dos termos e conceitos naturais devido à sua preferência por signos arbitrários, uma ideia que se sustenta pela questão da semelhança<sup>45</sup>. A suposição pessoal é a única que mantém uma relação direta com o contexto proposicional e, ao mesmo tempo, com a vontade de quem a utiliza. Ela serve como garantia e base de validade para as demais. A suposição pessoal discreta refere-se ao uso de um termo que designa um único indivíduo específico. Essa distinção é crucial na análise da linguagem e do pensamento, pois demonstra como os termos podem variar em sua aplicação dependendo do contexto e da intenção comunicativa. Em resumo, a suposição pessoal discreta ilustra como um termo pode servir tanto como um conceito geral quanto como uma referência específica a um indivíduo concreto dentro desse conceito. Por fim, “a suposição pessoal discreta ocorre quando o termo designa um único indivíduo. Como a palavra “homem”, que caracteriza tanto a espécie quanto os indivíduos” (MÜLLER, 1999, p. 63).

---

<sup>34</sup> Um exemplo filosófico adicional: a liberdade é uma condição essencial para a autonomia moral. Nesta proposição, o termo "liberdade" supõe por aquilo que é denotado, ou seja, que a capacidade de agir de acordo com a própria vontade, sem coação externa, é fundamental para o exercício da autonomia moral. A regra da suposição pessoal nos permite analisar profundamente a relação entre os termos em uma proposição e o que eles representam no mundo real. <sup>45</sup> Essa concepção de "signos arbitrários" é contrastada com a visão oposta, chamada de "signos icônicos". Os signos icônicos têm uma relação mais direta e imitativa com o que representam. Por exemplo, um desenho ou pictograma de um sol representando o sol é um exemplo de sinal icônico, pois se assemelha ao objeto que representa.

Já a suposição pessoal comum, ocorre quando o termo que está sendo suposto é comum. Esses casos são analisados sob a condição de inferência lógica mais detalhada por Ockham na doutrina dos *Descensus*<sup>35</sup>, que aborda termos particulares e comuns. Nessa categoria, a proposição é minuciosamente estudada em relação às suas disjunções, conjunções, predicado disjuncto e singularidade. O objetivo principal é analisar a compressão dos indivíduos, realidades particulares e sua correspondência, especialmente quando se trata de um único singular, conjunções e disjunções singulares, bem como de sua correspondência aos termos comuns. A suposição pessoal, inserida nesse contexto, ocorre quando o termo conserva sua função significativa na proposição. Em casos assim, o termo denota indivíduos reais, como exemplificado por proposições do tipo:

**O homem é um animal.**

**O homem corre.**

**Guilherme está estudando na biblioteca.**

Além das subcategorias de suposição pessoal discreta e pessoal comum, que seguem essa regra, ela também apresenta uma característica peculiar, a qual será analisada por intermédio da seguinte proposição: **"a espécie é um universal"**. A proposição apresentada anteriormente é considerada suposição pessoal, pois o conceito "espécie" conserva sua funcionalidade significativa. No caso da espécie, sendo um conceito natural, na proposição "a espécie é um universal", o conceito exerce sua função, já correlacionada ao termo "homem". Da mesma forma, na expressão "o homem é uma espécie", a designação ocorre intrinsecamente devido ao sinal inerente aos conceitos. A suposição pessoal, além de significar diretamente algo, demonstra uma inclinação aos signos arbitrários, comportando-se na significação de termos e conceitos naturais. Esta característica se deve, em grande parte, à sua propensão à semelhança e à capacidade de remeter-se aos signos. Em relação à semelhança, a suposição pessoal pode ser plausível devido à sua inclinação aos signos arbitrários, permitindo que ela funcione tanto como uma representação direta quanto como uma referência a signos. É uma regra fundamental que um termo em uma proposição, quando tomado significativamente, nunca supõe por algo que não seja o que é verdadeiramente predicado.

---

<sup>35</sup> As várias suposições são explicadas por Ockham através do recurso a doutrina dos *descensus ad inferiora*.

Cumpra saber, em primeiro lugar, que a suposição é tomada duplamente, a saber: de maneira ampla e estrita. Tomada de maneira ampla, não se opõe à apelação, mais apelação (*non distinguitur contra appellationem*) mas, apelação está contida sob a suposição. Diferentemente, tomada de maneira estrita, opõe-se à apelação. (FRANCISCANO, 1999, p.314)

Já a suposição simples, como o próprio nome sugere, é uma regra mais direta. Ela ocorre quando o conceito em uma proposição significa naturalmente a si mesmo, como mencionado anteriormente, ou quando recai sob outro conceito diferente do que deveria significar, como os signos dos signos naturais. É crucial observar se há conceitos convencionais e naturais, pois, caso o conceito não possa substituir nada, a regra muda, e o termo tem aquilo que Ockham classificou como suposição material. Um exemplo de suposição simples ocorre na proposição: **“o homem é uma espécie”**. Aqui, o termo "espécie" significa naturalmente a si mesmo, pois se refere diretamente à categoria de seres humanos. Outra exemplificação é encontrada na seguinte proposição: **“o quadrado tem quatro lados**. Neste caso, "quadrado" também significa a si mesmo, pois é um conceito definido por ter quatro lados iguais. Nessa afirmação, "o quadrado tem quatro lados", estamos lidando com um exemplo de suposição simples. O termo "quadrado" significa naturalmente a si mesmo, sem a necessidade de qualquer inferência adicional. Filosoficamente, essa afirmação reflete a ideia de que o conceito de quadrado está intrinsecamente associado à ideia de uma figura geométrica com quatro lados iguais e quatro ângulos retos. Mas também podemos compreender essa suposição como algo inerente à própria definição do conceito de quadrado. Desde os primórdios da geometria, aprendemos que um quadrado é uma figura plana com quatro lados congruentes e quatro ângulos retos. Portanto, quando afirmamos que "o quadrado tem quatro lados", estamos simplesmente reafirmando uma característica fundamental desse objeto geométrico.

A partir dessa premissa, fica evidente a falsidade da opinião comum daqueles que afirmam haver suposições simples, quando um termo supõe por seus significados. Na verdade, há uma suposição simples quando um termo supõe pela intenção da alma, que não é propriamente o significado do termo. Isso ocorre, porque o termo representa coisas reais e não as intenções da alma. Quando um termo apresenta suposição material? Isso ocorre quando o termo designa nenhum conceito - seja natural ou convencional - e nenhuma referência real, representando apenas a si mesmo no sentido nominal ou figurativo.

Exemplos Classificadores incluem o sentido nominal, como nas seguintes proposições: **“homem é um nome”**, **“homem é uma palavra escrita com cinco letras”**, **“o sol está sorrindo hoje”**, **“ele é um leão nos negócios”**.

## 2.1 SIGNIFICAÇÃO VERDADE E FALSIDADE

A significação advém se o predicado corresponde a determinado sujeito em outras palavras, coincide da suposição do sujeito. Essa significação ocorre junto com a análise referencial do sujeito (termos), sendo assim para todo discurso ou proposição válida deve existir o processo de significação primeiramente. Toda proposição, seja oral ou escrita, sofre de contingência, por isso é necessário analisar o que estaria no predicado de tal sujeito aquilo que se faz ter significação. É nisto que se faz o processo abstrato, aquilo que o intelecto proporciona em analisar nas possibilidades do discurso ou das prospecções com suas qualidades temporais ou modais é puramente advindo da abstração. Deve haver esse propósito para que possamos encontrar uma identidade real da coisa em si mesma, que faz com que os tipos suposições sejam possíveis. Como Ockham mesmo esclarece, os termos devem supor pela mesma realidade apesar de suas multiplicidades.

A suposição, estando entrelaçada na definição de signo, ao encontrar-se inserida no contexto proposicional, acaba se tornando um elemento primordial e uma propriedade do termo. As propriedades dos termos, como o próprio nome sugere, têm o propósito de elucidar as diversas funções que as palavras ou expressões verbais podem exercer ao aparecer como termos em proposições. De acordo com Kneale (1991), esclarecer as diferentes funções que as palavras ou expressões verbais podem desempenhar quando são utilizadas como termos em proposições. A significação da proposição se forma na garantia da função predicativa.<sup>36</sup> A proposição sempre será verdadeira quando existe uma função de significação com regras da suposição e uma proposição será falsa quando não há relação com nenhuma das regras de suposição. A condição de verdade é possível quando se predicam os termos a partir de suas qualidades temporais, modais e quantitativas, pois não é necessária uma relação entre sujeito e predicado, mas, sim, aquilo que o sujeito e o predicado supõem. Termos, palavras e proposições não devem possuir qualidades

---

<sup>36</sup> Está relacionada à forma como as palavras e as estruturas linguísticas em uma sentença são usadas para expressar ações, estados ou qualidades de objetos ou sujeitos. Isso permite que as sentenças expressem proposições, ou seja, afirmações que podem ser verdadeiras ou falsas. Os predicados podem ser nominais ou verbais. Predicados nominais atribuem uma qualidade ou característica ao sujeito

inerentes aos indivíduos ou aos objetivos. A partir dessa compreensão, a verdade se resume à capacidade e às possibilidades de supor.

Ao realizar as análises da estrutura e das classificações dos termos, principalmente como os termos de verdade e de falsidade estão inseridos, será possível encontrá-los como "categoremas conotativos", de maneira que não estão inseridos como termos absolutos. Nesse sentido, também a "verdade" e a "falsidade" indicam funções sobre as noções como as de "verdadeiro" e "falso". Esses, sim, são termos que apelam a entidades do mundo real e são inerentes aos objetos, ou seja, como um processo de correspondência entre linguagem e realidade<sup>37</sup>. De acordo com Boenher (1945)<sup>38</sup>, se os termos "verdade" e "falsidade" implicarem a existência de qualidades intrínsecas aos objetos e aos indivíduos, isso levanta uma problemática, uma vez que não seria possível justificar a existência de categorias de essências compartilhadas entre objetos. Além disso, isso implicaria implicitamente a aceitação da existência de universais.

Partindo-se, como exemplo, do conceito de "verdade", caso fosse uma qualidade intrínseca de uma proposição, seria factível então que todas as proposições verdadeiras compartilhassem essa mesma qualidade universal<sup>39</sup>. Contudo, se aceitássemos que termos como "verdadeiro" e "falso" implicam uma correspondência de qualidades intrínsecas aos objetos e aos indivíduos, seria válido, pois, que eles expressassem realmente um tipo de "convenção linguística", analisando as suas conjunções verbais<sup>40</sup> e preposições. Diante disso, o que acontece é que, ao considerarmos que verdade e falsidade são inerentes as proposições, todas as proposições que possam ser proferidas cuja qualidade seja intrínseca a um objeto serão verdadeiras, caso contrário, serão falsas. Exemplo: **"Deus cria alguma coisa do nada"** (FRANCISCANO, 1999, p.80, grifo nosso).

- I. Tomemos essa proposição como falsa, analiticamente a passagem do evangelho está errada, porque, da mesma forma que imponho uma qualidade intrínseca numa proposição, ela tornar-se-á limitada ao receber

---

<sup>37</sup> Ockham não defende que esses termos possam ser absolutos, pois isso resultaria afirmar que a verdade é algo real em seu sentido absoluto e a falsidade, também.

<sup>38</sup> Boehner, P. *Ockham's Theory of Supposition and the Notion of Truth*. In: *Franciscan Studies*, v. 6, 1946, p. 261-291. Reeditado em: *Critical edition of Ockham's works* (CAO), p. 232-267 (v. *Summa logicae*, I. c. 43).

<sup>39</sup> Termos como "verdadeiro" e "falso" eram usados para descrever as qualidades de proposições individuais.

<sup>40</sup> Em muitas línguas, os verbos são conjugados de acordo com o tempo, modo, pessoa e número.

características e outras modalidades. Vejamos: **“ser branco é inerente a um corpo”**.

- II. Julgando como verdadeira, então todas as proposições que tenha a qualidade **“ser branco”** são verdadeiras.

Seguindo essa mesma análise se: **“Deus cria alguma coisa do nada”**

- III. Julgo ser verdadeira então logicamente a proposição: **“esta falsidade é criada por Deus do nada”** teria que ser aceita e válida, porém ela é contraditória epistemologicamente<sup>41</sup>.

Se a verdade e a falsidade fossem qualidades realmente inerentes à proposição, aconteceriam absurdos inevitáveis. Nesse caso, de fato, a proposição torna-se suscetível de receber determinações contrárias, qualidade que, segundo o ensinamento aristotélico, compete só à substância. Além disso, toda vez que um corpo se move na mente de quem entende a proposição seria necessariamente produzidas uma nova qualidade e uma outra qualidade, ao invés, desapareceria. Consequentemente, segue também que toda a proposição escrita sofre uma alteração em consequência do movimento, como já foi explicado. (FRANCISCANO,1999, p.80)

“Verdadeiro” e “falso” são predicados de proposições com base na existência de alguma coisa que não é nem idêntica à proposição, nem parte da proposição, da qual esses termos são predicados, segue-se que a proposição, como tal, pode ser analisada através da abstração da consideração das proposições enquanto verdadeira ou falsa e através da sua diferenciação como diversas formas de afirmação e de negação, isto é, diversos modos possíveis, onde dois (2) termos podem estar unidos por uma cópula através de várias qualificações temporais ou modais ou restrições quantitativas.

Portanto, não é essencial uma identidade real entre o sujeito e o predicado, mas sim a suposição desses dois termos pela mesma realidade. Como previamente explicado, tal fenômeno é atribuído à função intrínseca dos termos, atuando como sinais naturais<sup>42</sup>.

---

<sup>41</sup> Podemos considerar também essa leitura: um exemplo filosófico seria a seguinte proposição: "Todo homem é mortal." De acordo com a análise ockhamiana, a verdade dessa proposição depende da correspondência entre a categoria "homem" e a categoria "ser mortal". Se todos os indivíduos que pertencem à categoria "homem" compartilham a característica de serem mortais, então a proposição é verdadeira. No entanto, se houver pelo menos um homem que não seja mortal, a proposição será falsa. A contradição surge quando consideramos a inferência da verdade dessa proposição. Suponhamos que encontramos um homem que é imortal. Isso contradiz diretamente a afirmação inicial de que "todo homem é mortal". Se apenas um homem é encontrado para ser imortal, a proposição inteira é considerada falsa, porque ela afirma que todos os homens são mortais. Essa contradição destaca a importância da correspondência entre a linguagem utilizada na proposição e a realidade dos objetos referidos. Se a realidade dos objetos não corresponder à linguagem utilizada, a proposição será considerada falsa.

<sup>42</sup> Nos seus estudos gnosiológicos, é adentrado melhor nessas análises, pois existem indagações sobre como podemos ter aquisições desse tipo de conhecimento, que, por sua vez, são contraditórios ou limitados, e no mais, esse tipo de sinal aqui tratado é o já mencionado no começo dessa pesquisa.

Esses sinais desempenham o papel crucial de indicar a realidade (como marcas), enquanto os termos representam as coisas que significam nas proposições. Uma proposição é considerada falsa quando não há essa correspondência de significação com nenhuma das regras de suposição. A validade da proposição inferida é suficiente para assegurar a verdade de sua suposição específica<sup>43</sup>. O que viabiliza essas suposições? Para uma compreensão mais aprofundada, destacam-se alguns tópicos fundamentais da *Suma Lógica, Parte II*

Diante das análises ockhamianas, a validade dessas considerações sobre como é analisado os valores semânticos, sendo eles respaldados por diversas categorias lógicas, as quais abrangem substância, qualidade, quantidade, relação, lugar e tempo. Nesse contexto, investiga-se como essas categorias impactam a suposição (referência) dos termos em proposições. Os silogismos, complexos argumentos lógicos compreendidos por três proposições que envolvem termos de sujeito e predicado, são examinados à luz das proposições categóricas, fundamentadas na qualidade (afirmativa ou negativa) e na quantidade (universal ou particular). Além disso, as análises abordam as conversões e oposições de proposições, elucidando como proposições afirmativas se contrapõem a proposições negativas e vice-versa, bem como proposições universais se opõem a proposições particulares. O estudo dos predicáveis, como gênero, espécie, diferença, propriedade e acidente, é empregado para classificar as características de um termo. Os quantificadores, tais como "todo", "nenhum" e "algum", são minuciosamente examinados em relação ao impacto que exercem sobre o significado das proposições. Este estudo, abordando o predicamento<sup>44</sup>, incluindo gênero, espécie, diferença, propriedade e acidente, revela-se de natureza semântica, uma vez que está intrinsecamente vinculado à classificação das características de um termo, influenciando, assim, nossa compreensão de seu significado.

## 2.2 CONDIÇÕES DE VERDADE

No contexto das condições de verdade, Ockham estabelece duas bases fundamentais: uma, na instância metafísica da singularidade, e outra, na teoria da

---

<sup>43</sup> Todas as ciências defendidas por ele são compostas de proposição e isso garante contato direto com a realidade, isso porque os termos possuem significações de acordo com as regras. Toda lógica da predicação de acordo com a filosofia da linguagem de Guilherme de Ockham funda-se sobre essas regras da estrutura da suposição como demonstrado.

<sup>44</sup> O predicamento é classificado de duas maneiras distintas. Primeiramente, considera-se toda série (*ordos*) do que é ordenado, de acordo com o mais geral e o menos geral em relação a outro. Em segundo lugar, o predicamento é tomado pelo primeiro e mais comum em tal série.

suposição, a qual é o foco em questão. É evidente que o autor se afasta da concepção clássica de verdade como correspondência (*res*), almejando simplificar a análise fundamental dos conceitos de verdadeiro e falso por meio das modalidades e do predicamento<sup>45</sup>. As noções de verdadeiro, falso e significação surgem quando a regra lógica e, de preferência a suposição pessoal, implicam algo no mundo externo ou, até mesmo, como qualidade de propriedade no caso da suposição simples. A verdade de uma proposição inferida é suficiente para garantir aquela proposição que possui suposição determinada; assim, a significação se resume à capacidade de supor.

Na teoria da suposição, a verdade orbita em torno da análise de significado e referente. Desse modo, percebemos que sua estrutura significativa se resume a quando uma proposição verdadeira é garantida pela referência e pela significação de seus componentes com a realidade, ou a quando é possível significar um conceito (no segundo modo de significação) como qualidade de propriedade. Em outras palavras, a predicação sempre se baseia nas regras de suposição, revelando os valores de cada uma delas, fundamentando, portanto, sua *semeiōtikos*<sup>46</sup>

A segunda parte apresenta uma teoria de verdade quantitativa que aborda a noção de que o infinito e a possibilidade, no sentido apresentado, podem integrar proposições metafísicas. Nesse contexto, um termo assume a regra da suposição. Anteriormente, foi mencionado que as proposições, tanto orais quanto escritas, podem sofrer alterações devido à diferenciação em sua regra de suposição em comparação com outras sentenças. Logo, é necessário identificar quais são esses elementos. Como apresentado anteriormente, a questão da verdade, a da falsidade e a da significação surgem quando a regra lógica, especialmente a suposição pessoal, implica algo no mundo externo ou, até mesmo, como uma qualidade ou propriedade no caso da suposição simples. A verdade de qualquer proposição inferida se fundamenta na veracidade da proposição que possui uma suposição determinada. Assim, a verdade é essencialmente manifestada pela capacidade de supor, e sua condição reside na possibilidade de predicar os termos em relação às suas qualidades temporais, modais e quantitativas. Um exemplo a ser seguido é o de que, se a verdade e a falsidade estivessem de modo semelhante nas coisas (como foi explicado anteriormente) presentes e futuras, seguir-se-ia que tudo o que é verdadeiro do presente

---

<sup>45</sup> Torna-se visível também que a significação de um termo é devido à regra de suposição, e a proposição pode ser verdadeira ou falsa, dependendo da significação. Suposição não é o mesmo que significação.

<sup>46</sup> *Semantics, Sémantique, Semantik, Semântica*. A doutrina que considera as relações dos signos. Indico ver dicionário de filosofia das diferenças.

também seria verdadeiro do futuro, segundo aquele mesmo modo pelo qual é verdadeiro do presente. Nesse contexto, não é tanto a relação entre sujeito e predicado que determina a verdade, mas sim aquilo que o sujeito e o predicado pressupõem, como já foi anteriormente exposto.

A doutrina da verdade de Ockham orbita em torno da análise minuciosa dos elementos da semiologia<sup>47</sup>, dentro da definição do signo lógico-linguístico. Notamos a sua base e estrutura das condições e natureza dos valores de verdadeiro e falso numa inclinação conceitualista, ou seja, na nossa percepção, seriam valores de caráter secundário, na medida em que eles advêm indiretamente de uma significação, ou noção, ou marca-sinal (*semeiōtikos*) já completa e construída por si só, que, a saber, é o conceito. Os termos, ao encontrarem-se, veem-se investidos de significação, manifestando sua suposição exclusivamente no âmbito de uma proposição. Vale ressaltar que, de acordo com as contribuições de Panuccio (2019), enquanto a significação é definida como uma relação psicológica de natureza cognitiva, a teoria da suposição se configura, ao menos em parte, como uma teoria referencial.

### 2.3 SOBRE O VERDADEIRO E FALSO

Quando falamos de semântica, para sabermos identificar como Ockham valida o significado do referente, vemos que a sua estrutura significativa se resume quando uma proposição verdadeira é garantida pela referência e significação de seu componente com a realidade, ou quando é possível significar um conceito, como qualidade de propriedade, ou seja, a predicação segue sempre sendo fundamentada nos termos com as regras de suposição. Uma proposição é falsa quando não existe essa significação com nenhuma das regras de suposição. A proposição inferida é suficiente para garantir a verdade de sua suposição determinada<sup>48</sup>. Por ser um procedimento intrinsecamente abstrato, a análise proporcionada pelo intelecto das potencialidades discursivas e das projeções que envolvem suas qualidades temporais ou modais assume uma relevância crucial. Tal investigação visa a alcançar a identidade substantiva da “coisa em si” e elucidar os

---

<sup>47</sup> *Semantics, Sémantique, Semantik, Semântica*. A doutrina que considera as relações dos signos. Indico ver dicionário de filosofia das diferenças.

<sup>48</sup> Todas as ciências defendidas por ele são compostas de proposição e isso garante contato direto com a realidade, isso porque os termos possuem significações de acordo com as regras. Toda lógica da predicação de acordo com a filosofia da linguagem de Guilherme de Ockham funda-se sobre essas regras da estrutura da suposição como demonstrado, é com isso que nosso autor acrescenta que o conhecimento científico, matemático ou filosófico e tudo aquilo que conhecemos com a ciência moderna são puramente objetivos pois, os termos estão no lugar das coisas, que analisados com os princípios lógicos, podem significar naturalmente como são.

fundamentos que viabilizam tais suposições. Entretanto, é imperativo que se ilustrem determinados tópicos de relevância, extraídos especificamente da *Suma de Lógica*, Parte II<sup>49</sup> para que, assim, essa estrutura significativa de proposições junto com seus valores possa ser melhor compreendida.

Dentro do contexto das análises ockhamiana, é crucial compreender as categorias lógicas, que representam as diversas formas pelas quais os termos são empregados em proposições. Identificadas como substância, qualidade, quantidade, relação, lugar e tempo, essas categorias são minuciosamente examinadas quanto ao impacto que exercem sobre a suposição (referência) dos termos em proposições. Paralelamente, os silogismos, constituintes de argumentos lógicos com três proposições que envolvem termos de sujeito e predicado, são abordados em termos de regras de validade. Ockham ainda categoriza as proposições categóricas, que afirmam ou negam relações entre termos, considerando qualidade (afirmativa ou negativa) e quantidade (universal ou particular).

A oposição de proposições é examinada para entender como afirmações e negações, bem como proposições universais e particulares, contrapõem-se. Os cinco predicáveis (gênero, espécie, diferença, propriedade e acidente) são explorados em relação às categorias lógicas, proporcionando uma classificação das características de um termo. Quantificadores, como "todo", "nenhum" e "algum", também são analisados por Ockham, juntamente com a conversão de proposições categóricas e a validação desse processo. Essas definições concisas elucidam a riqueza do pensamento filosófico de Ockham sobre a lógica e a linguagem<sup>50</sup>. A aplicação prática dessas inferências nas proposições pode ser ilustrada por meio de exemplos. Inicialmente, conforme defendido pelo autor, os termos devem supor pela mesma realidade, apesar de suas multiplicidades<sup>51</sup>. Nesse contexto, uma proposição verdadeira pode tornar-se falsa e vice-versa sem modificar sua estrutura intrínseca, sendo a mudança relacionada ao referente ou à sua modalidade. Por exemplo, ao enunciar a proposição "Umbell corre", ela é verdadeira enquanto o sujeito realiza a ação, tornando-se falsa após a sua conclusão, sem que tenha ocorrido qualquer alteração nas propriedades reais, mas sim devido a uma

---

<sup>49</sup> *A Suma de Lógica* é uma obra densa e complexa, e esses são apenas alguns tópicos que podem ser encontrados na Parte II, 2. Ockham fez contribuições significativas para a lógica medieval e suas análises influenciaram a evolução do pensamento lógico na história da filosofia.

<sup>50</sup> No âmbito da lógica medieval, os temas abordados, conforme mencionado, incorporam aspectos semânticos relevantes.

<sup>51</sup> Torna-se visível também que a significação de um termo é devido à regra de suposição, e a proposição pode ser verdadeira ou falsa dependendo da significação. Suposição não é o mesmo que significação.

mudança na realidade do objeto (*propter mutationem ex parte rei*) – por causa da mudança por parte do sujeito. Isso destaca a importância das conversões das proposições. Como, então, analisamos a significação dessas proposições? Se examinássemos esse exemplo sob a perspectiva dos modernos ou contemporâneos, recorreríamos à sintaxe para identificar na estrutura gramatical a organização das palavras (termos) e como elas se relacionam para formar significados. Contudo, é crucial não confundir algumas observações diante dessas abordagens.

Guilherme de Ockham preocupou-se com a estrutura das sentenças e a organização dos termos em proposições. A ordem dos termos desempenha um papel importante na determinação da atribuição do sujeito e do predicado na sentença. Isso fica evidente quando é abordada a lógica das cláusulas<sup>52</sup>, um ponto de vista essencialmente fundamental, para compreender como proposições simples, como "Umbell corre", conectam-se para formar as compostas. Assim, Ockham apontava como a verdade ou a falsidade das proposições compostas dependiam da verdade ou da falsidade das proposições simples que as compunham. Essa análise levanta questões sobre a estruturação dessa abordagem: as proposições categóricas têm uma estrutura clara de sujeito-predicado e podem ser categorizadas em quatro tipos distintos com base em suas características. As afirmativas universais afirmam algo sobre todos os membros de uma classe, como no exemplo: "todos os homens são mortais." Por outro lado, as negativas universais negam algo sobre todos os membros de uma classe, como em "Nenhum homem é imortal." As afirmativas particulares declaram algo sobre alguns membros de uma classe, mas não todos, exemplificado por "alguns homens são sábios." Por fim, as negativas particulares negam algo sobre alguns membros da classe, mas não todos, como em "alguns homens não são sábios." Essa classificação fornece uma estrutura compreensível para diferentes tipos de proposições categóricas. No entanto, "Sócrates corre" pode ser vista como uma proposição categórica afirmativa particular, pois afirma que Sócrates (sujeito) está realizando a ação de correr (predicado), mas não faz uma afirmação universal sobre todos os seres ou nega algo universalmente. Um outro exemplo com o condicional (se, então) ("**se A, então B**").<sup>53</sup>

---

<sup>52</sup> Na filosofia de Ockham, a "lógica das cláusulas" não é um conceito específico ou uma área de estudo identificada.

<sup>53</sup> Ockham analisaria como a veracidade da proposição condicional "se A, então B" depende da relação lógica entre A e B. A proposição composta será verdadeira, a menos que A seja verdadeira e B seja falsa.

É fundamental destacar que, ao se referir a "proposições complexas," Ockham está essencialmente tratando de proposições compostas que consistem em cláusulas ou partes individuais, frequentemente vinculadas por conectivos lógicos como "e," "ou," "se... então...," entre outros. A análise dessas proposições complexas é fundamental para compreender como são construídas a partir de proposições simples e como a verdade ou falsidade delas depende das proposições simples e das relações lógicas entre elas. Este enfoque permite uma compreensão mais aprofundada das estruturas complexas presentes em argumentos lógicos e raciocínios. Concluindo essa análise inicial e, em parte introdutória sobre as necessidades para a verdade, falsidade e significação da obra de Ockham, direcionamos o foco para uma etapa crucial da pesquisa. No próximo estágio concentraremos especificamente as categorias de lugar e tempo, examinando seis (6) capítulos da *Summa Logicae Parte II - Sobre Proposições* e, em conjunto, usaremos a tradução em inglês da *Summa Logicae* e comentários de Fredosso e Shuurman como suporte analítico.

### **3. SOBRE PROPOSIÇÕES TEMPORAIS ÀS MODAIS**

A crescente aceitação da filosofia aristotélica fortaleceu os paradigmas modais tradicionais, como demonstrado no influente comentário de Robert Kilwardby sobre os *Analytics* de Aristóteles, em que o silogismo modal é tratado como uma teoria essencialista das estruturas do ser. Na filosofia árabe, houve discussões semelhantes sobre modalidades filosóficas e teológicas, e as teorias modais árabes influenciaram principalmente as discussões latinas por meio das traduções das obras de Averróis. Embora Aristóteles não tenha definido explicitamente os termos modais com base em noções extensionais, exemplos desse tipo de abordagem podem ser identificados em suas reflexões sobre entidades eternas, as essências das coisas, os diferentes tipos de eventos e declarações genéricas sobre esses temas<sup>54</sup>. Ockham, ao contrário de outros pensadores medievais, argumentava que os termos não se referiam apenas a pensamentos, mas podiam se referir a qualquer coisa, inclusive a coisas que não existiam no momento presente. As proposições modais e temporais, que serão analisadas a partir dos capítulos

---

<sup>54</sup> Na filosofia antiga, identificamos quatro paradigmas modais históricos distintos, como a interpretação de modalidade como frequência, o conceito de possibilidade como potência, a consideração das necessidades e das possibilidades antecedentes em relação a um determinado momento do tempo (modalidades diacrônicas) e a abordagem que entende a possibilidade como não-contradição.

selecionados da *Summa Logicae Parte II - Sobre Proposições*, na versão latina da *Opera Philosophica et Theologica*, desempenham um papel crucial na filosofia medieval. Ao explorarmos esses temas, deparamo-nos com uma interpretação mais sofisticada e simplificada das estruturas lógico-gramaticais. A proposta é demonstrar que, mesmo quando lidamos com proposições cujos predicados não referenciam diretamente o sujeito ou vice-versa, essas proposições ainda mantêm significação por meio daquilo que podem supor. Isso revela a importância atribuída pelo franciscano à análise dos modos e tempos na linguagem, proporcionando uma compreensão mais detalhada da suposição, significação e verdade<sup>55</sup>.

Os capítulos que serão analisados são o 7, o 8, o 9, o 21, o 22 e o 35, sobre os modos e tempos da proposição. Na abordagem modal, lidamos com a posição verbal, ou seja, onde estão o verbo, os elementos - como forma adverbial -; além disso, adjetivos demonstrativos e pronomes demonstrativos entram em cena. Ao considerarmos a leitura de S (Sujeito) e P (Predicado), se o Sujeito é um termo comum ou nome próprio, a leitura é determinada pela regra de existência necessária, destacando a abordagem meticulosa de Ockham em relação à complexidade das proposições modais<sup>56</sup>. Com uma reflexão fundamentada por Pich (2010), é importante considerar o que constitui e o que existe do tempo como instante e totalidade. Essa reflexão pertence a um tipo de estaticismo, no qual passado, presente e futuro, assim como os tempos verbais, possuem a mesma natureza indexical. Utilizando esse modelo de tempo, é possível investigar de maneira mais profunda as proposições inferidas tanto no passado quanto no futuro.

### 3.1 PROPOSIÇÕES DO PASSADO PRESENTE E FUTURO

Nossa enumeração e descrição dos novos elementos, embora não exaustiva, visa a destacar alguns dos tratados que chegaram ao nosso conhecimento, evidenciando sua importância contínua na história da lógica escolástica. No final da primeira parte da *Summa Logicae*, Guilherme de Ockham sintetiza vários desses tratados em uma única

---

<sup>55</sup> Muitos lógicos contemporâneos frequentemente defendem uma semântica dos mundos possíveis como uma estrutura teórica para abordar questões de verdade e validade de proposições sem uma referência, possível ou impossível.

<sup>56</sup> A interpretação inicial, conhecida como “o predicado supondo no presente,” revela-se insuficiente devido a ambiguidades subjacentes. A ambiguidade surge na disposição do verbo, pois ele não apenas focaliza o presente, mas também mapeia a proposição para um contexto passado. Nesse processo, o predicado permanece inalterado, e o sujeito, se presente, também mantém sua forma original. O verbo funciona como um escopo, orientando-nos na busca por sentido na proposição.

obra. A *Summa Logicae*, exemplifica como esses tratados foram integrados em compêndios maiores para fornecer uma visão abrangente da lógica. De acordo com Boehner (1946), os tipos de tratados abordados pelos escolásticos incluem o tratado sobre Suposição, que contrasta com aqueles que lidam com tipos especiais de suposição. Suposição, no sentido restrito aqui aceito, é a aceitação de um termo substantivo para algo. O Tratado de Copulação (*Tractatus de Copulatione*), de um lado, que se refere à união de adjetivos, participios e verbos com um termo substantivo em uma proposição. Tratado de Relativos (*De Relativis*), de outro, que se refere a pronomes relativos ou a termos semelhantes usados para se referir a outro termo. Os lógicos distinguem entre termos relativos que se referem a substâncias e aqueles que se referem a acidentes.

O Tratado de Ampliação, *Ampliatio*, é a propriedade de um termo comum ou universal cuja suposição pessoal se estende para significar objetos do presente, passado, futuro ou possibilidade. Por exemplo, na proposição "todo homem correrá", o termo "homem" se estende para incluir todos os homens futuros. O Tratado de Restrição (*Restrictio*) que é o oposto de *Ampliatio*, limitando a suposição de um termo comum a um número restrito de indivíduos. Por exemplo, o adjetivo "branco" restringe a suposição do termo "homem" na proposição "Todo homem branco é um animal" aos homens brancos.

Temos também o Tratado de Denominação (*Appellatio*) que se refere à suposição de um termo em relação às coisas existentes. É distinto da suposição, ampliação e restrição, pois pode aplicar-se a termos singulares e limita-se apenas às coisas existentes. E, por fim, o tratado de insolúveis, no qual muitos tratados abordam *De Insolubili*, que trata de antinomias ou proposições que se falsificam. Por exemplo, "o que estou dizendo é falso" reflete sobre si mesmo, criando uma antinomia.

Com todas essas categorias presentes nos novos elementos da lógica escolástica, é crucial focar em dois tratados específicos: a ampliação e a apelação. Esses tratados são fundamentais para a compreensão das proposições temporais, em que a mera suposição não é suficiente para capturar a complexidade e a extensão dos termos envolvidos. Através da ampliação, os termos podem ser estendidos para incluir referências a diferentes tempos e possibilidades, enquanto a apelação permite que esses termos sejam corretamente aplicados às entidades existentes, fornecendo uma estrutura mais robusta para a análise lógica das proposições temporais.

As proposições temporais condizem com as enunciações passadas, presentes e futuras; notaremos que - para se ter significação delas - o tempo presente oferece um

aparato, preservando algum significado nesses estados temporais. Proposições passadas e presentes são necessariamente verdadeiras ou falsas porque os eventos já ocorreram ou estão ocorrendo, permitindo um julgamento claro de sua veracidade. No entanto, nas proposições futuras lidamos com a contingência, pois o evento ainda não aconteceu e sua ocorrência não é obrigatória. Não podemos conhecer com certeza um evento futuro, porque, se afirmássemos ou se negássemos determinadamente sua verdade, implicaria que todo o futuro seria predeterminado, eliminando a possibilidade de contingência e liberdade de escolha.

Para fazer enunciações verdadeiras ou falsas do futuro, independentemente de sua realização, argumenta-se que é necessário considerar que uma proposição futura pode supor tanto a existência quanto a não existência do que será. Em ambos os casos, se a proposição for afirmativa, o predicado deve ser verdadeiramente predicado através de um verbo apropriado para aquilo que o sujeito supõe. Ockham enfatiza a importância de que tanto o sujeito quanto o predicado tenham identidades próprias. Se o predicado é atribuído a um pronome, ele deve ter sido verdadeiro em algum momento do passado ou será verdadeiro em algum momento futuro. No presente, as coisas têm seu próprio ser, o que permite afirmar com certeza que elas são verdadeiras. Isso ocorre porque algo pode ter sua causa de modo que necessariamente procede dela, possuindo seu ser de maneira determinada desde a causa.

Em segundo lugar, algo pode ter sua causa com uma inclinação para o efeito, mas ainda sujeito a impedimentos, sendo verdadeiro que será, mas sem certeza. Por fim, algo pode estar em sua causa apenas em potência, sem estar determinado a um resultado específico, impossibilitando afirmar com determinação se essas coisas serão ou não serão. A definição de tempo em Guilherme de Ockham não se distancia significativamente da perspectiva aristotélica. Para o filósofo inglês, o tempo não possui uma realidade extramental distinta das coisas em movimento; ele pode ser definido como a medida do movimento segundo o antes e o depois. O tempo é uma forma de medir o movimento no qual devemos distinguir entre o número abstrato (usado para contar de forma geral) e o número aplicado à realidade (o que realmente estamos medindo). Ockham aceita a definição aristotélica de que o tempo é medido pelo movimento da primeira esfera celeste. No entanto, são reconhecidas algumas noções imperfeitas porque não se referem ao seu fundamento último. O franciscano redefine a definição de tempo da seguinte maneira: o tempo é a medida pela qual medimos e dimensionamos outros movimentos. Isso significa

que o tempo não é apenas um número numerado"(ligado diretamente ao movimento concreto), mas também um número numerante, uma medida abstrata. O tempo é uma proposição que afirma que algo se move, e somente o ser humano pode conhecer a entidade do movimento de outro móvel (objeto em movimento), argumentando que o tempo não é uma entidade abstrata como os números matemáticos, mas algo concreto, ligado ao movimento real das coisas. A alma humana tem a capacidade de perceber e explicitar o "antes" e o "depois" no movimento, tornando o conceito de tempo algo concreto e compreensível. O homem se dá conta de sua própria existência (ou seja, percebe-se como um ser que existe) ao notar que coexiste com um corpo que está em movimento contínuo e uniforme. Portanto, um homem só pode compreender que ele está sujeito a mudanças (vir a ser) quando ele conhece o movimento da primeira esfera celeste.

Esta compreensão pode ocorrer mesmo que seja através de um conceito complexo, ou seja, uma ideia composta de várias partes, essa consciência nos permite compreender melhor a nossa relação com o tempo e com a mudança, situando-nos em um contexto temporal contínuo e uniforme. Ao contrário de Aristóteles, que defendia que não podemos ter conhecimento de proposição e conhecimento futuro, Ockham parte da premissa de que, sendo o homem criado à imagem e semelhança de Deus, é possível cogitar conhecimento futuro, pois Deus, como criador do mundo, possui conhecimento de todas as coisas. Ele sustenta que, mesmo que se negue a existência de Deus, ainda assim podemos, por meio da lógica e da noção de "situações de avaliação", desenvolver um aparato teórico capaz de analisar a veracidade não apenas de proposições futuras, mas também daquelas relacionadas ao passado.

Sendo assim temos um aparato lógico e puramente gramatical para resolver os problemas de referências e inferências de proposições temporais. A partir dessa síntese, procederemos à análise da forma gramatical da significação das proposições temporais. Utilizando a citação abaixo como ponto de partida, exploraremos os tipos de termos em relação à sua suposição:

Quarto, considerandae sunt propositiones de praeterito et futuro. Primo, intelligendum est quod omnis propositio de praeterito et futuro, in qua subiectum est terminus communis vel pronomen demonstrativum cum termino communi vel terminus discretus qui implicat aliquid compositum, distinguenda est, quia subiectum potest referre ad id quod est vel quod fuit, si propositio sit

de praeterito, vel ad id quod est vel quod erit, si propositio sit de futuro<sup>57</sup>.  
(*Summa Logicae*; Pars II, VII, linha 35-40)

Devemos observar que qualquer proposição que esteja no tempo passado ou no futuro na qual o sujeito seja um termo comum, pronome demonstrativo com um termo comum, termo discreto que introduza algo composto, deve ser distinguido, pois o sujeito poderá supor tanto aquilo que é, quanto aquilo que foi; ou, se a proposição estiver no futuro, poderá supor tanto aquilo que será. Em ambos os casos, se a proposição for afirmativa, será necessário que o predicado em sua forma apropriada, ou seja, o mesmo predicado, seja verdadeiramente predicado por meio de um verbo adequado daquilo para o qual o sujeito supõe. Ockham, nos mostra a importância de tanto sujeito como predicado possuírem identidades próprias. É necessário que uma proposição na qual o predicado é atribuído a um pronome seja precisamente aquilo para qual o sujeito supõe tenha sido verdadeiro em algum momento do passado, ou será verdadeiro em algum momento se estiver no futuro.

A importância de destacar a epistemologia ockhamista anteriormente é de que ela se mostra na prática com as análises das proposições a seguir; argumenta-se que, até mesmo, os predicados universais existem apenas na mente como entidades singulares. Isso significa que, na dimensão cognitiva de cada indivíduo, criam-se seus próprios objetos de pensamento ou atos significativos que são singulares e momentâneos. Esses atos de pensamento são específicos e individuais, e a generalidade atribuída a eles não é uma característica inerente, mas uma função da significação atual que lhes atribuímos<sup>58</sup>. Utilizando os exemplos da *Suma Lógica*, Parte II, para fixar o entendimento, se a proposição: '**Sócrates foi branco**<sup>59</sup> for verdadeira, então devemos considerar como isso se encaixa na lógica das proposições categóricas e como tal verdade pode implicar outras afirmações dentro do contexto filosófico.

---

<sup>57</sup> Tradução: quarto, é preciso considerar as proposições sobre o passado e o futuro. E, em primeiro lugar, deve-se entender que toda proposição sobre o passado e o futuro, na qual o sujeito é um termo comum, ou um pronome demonstrativo com um termo comum, ou um termo discreto que implica algo composto deve ser distinguida, porque o sujeito pode se referir ao que é ou ao que foi, se a proposição for sobre o passado; ou ao que é ou ao que será, se a proposição for sobre o futuro.

<sup>58</sup> Ockham propõe que os predicados universais só existem na mente como entidades singulares criadas por cada mente individual. Os conceitos são signos mentais que representam naturalmente entes singulares, e suas combinações geram proposições mentais cujo valor de verdade depende da relação com esses entes singulares.

<sup>59</sup> *Sortes fuit albus* (*Summa Logicae*, Pars II, VII, l. 15-20).

Se “uma coisa branca é Sócrates” for verdadeira, é necessário que tenha sido verdade em algum momento e, se "branco", refere-se ao que é branco, então não é necessário que a afirmação "Sócrates é branco" seja verdadeira em algum momento, mas, que tenha sido verdadeira, ou seja, "Sócrates foi branco". Pelo contrário, é necessário que "isto é Sócrates" tenha sido verdadeiro, referindo-se àquilo para qual o sujeito supõe, ou seja, "uma coisa branca era Sócrates". Suponhamos que “Roberto” seja sujeito e a proposição passada seja: “**ele foi um estudante dedicado**”<sup>60</sup>. O pronome “ele” se refere precisamente a “Roberto”. A proposição é verdadeira em algum momento do passado, se ele foi - de fato - dedicado<sup>61</sup>.

Vejam, tanto a proposição do passado quanto à futura são cruciais para que o pronome no predicado se refira exatamente ao sujeito em questão da proposição<sup>62</sup>. Ockham argumenta que a verdade de proposições que descrevem estados ou ações passadas depende de uma referência precisa entre o sujeito e o predicado. A referência do sujeito em uma proposição determina sua verdade, sendo a entidade sobre a qual a proposição faz uma afirmação. O pronome deve referir-se claramente a um sujeito específico para a proposição ser compreendida corretamente com o verbo indicando o tempo, enquanto o sujeito e seu referente garantem a precisão da declaração.

### 3.1.1 PROPOSIÇÕES DO PRESENTE

Podemos entender que a definição do conceito de presente, conforme descrito por Ockham, é semelhante à sua definição de instante encontrada no *Tractatus de Successivis*. O filósofo inglês argumenta que não pode haver um tempo intermediário entre o passado e o futuro, pois qualquer momento assim identificado já teria passado, devido à continuidade com que o futuro sucede o passado. O instante é considerado uma unidade móvel em si mesma, sempre em relação à sua sucessão contínua. Assim, o tempo presente é concebido como um ato mental que percebe e mede essa sucessão de eventos, o presente pode ser também como um ponto fixo, facilmente acessível para o sujeito que está em movimento. Em termos de análise proposicional, para que uma afirmação seja verdadeira, o predicado deve referir-se especificamente ao sujeito naquele momento específico. O

---

<sup>60</sup> Um exemplo didático não existente na Obra.

<sup>61</sup> Esse tipo de análise semântica sobre proposições passadas exposto no contexto histórico na qual Guilherme era inserido é considerado um estudo neutro, apenas são estudadas mais detalhadamente essas situações na lógica contemporânea por lógicos como: Bertrand Russell, Saul Kripke, G. Frege e entre outros intelectuais.

<sup>62</sup> Uma consideração de relevância significativa é a analogia com proposições modais, em que o uso do pronome demonstrativo não se faz necessário, ao contrário do que ocorre em proposições temporais.

predicado precisa estar situado na mesma temporalidade que o sujeito, a menos que haja uma modificação explícita, ou seja, a menos que haja adição de algo.

No entanto, essa condição cria um desafio, pois analiticamente não somos capazes de abarcar todos os momentos em que um termo está presente, o que complica a análise precisa das proposições sobre o presente. Muitas vezes, para que uma proposição seja considerada verdadeira no presente, não é suficiente que o predicado (o que está sendo afirmado sobre o sujeito) tenha sido verdadeiro no passado ou o será no futuro. Pelo contrário, é fundamental que o predicado seja verdadeiro no exato momento em que a proposição é enunciada. Esse contexto apresenta um desafio significativo, pois a verdade das proposições que se referem ao presente requer uma análise precisa e imediata da situação atual, levando em consideração a realidade em questão. A validade da proposição não se limita apenas à verdade do predicado; é essencial que essa verdade esteja afirmada e válida no presente, estabelecendo uma relação direta com o sujeito da proposição.. Vamos analisar mais alguns exemplos, suponhamos que: **“Sócrates está branco agora e que ele estava durante todo aquele dia, mas não antes”**<sup>63</sup>. Nesse caso, “Sócrates estava branco ontem”<sup>64</sup>, é falso e, ainda assim, “branco”<sup>65</sup> é verdadeiramente predicado de “Sócrates” e da mesma forma foi seu predicado. A verdade dessa afirmação depende da continuidade da condição de Sócrates ao longo desse dia específico. Para que essa proposição seja verdadeira, Sócrates precisava estar branco durante todo o período mencionado (aquele dia específico), mas não necessariamente antes desse período. Isso implica que estamos fazendo uma referência temporal precisa ao passado e destacando a duração contínua dessa condição, não é necessário ter uma proposição no presente que seja verdadeira com o mesmo predicado para que a proposição do passado seja verdadeira<sup>66</sup>. A ideia de que a verdade da proposição do passado não se baseia apenas na relação temporal entre sujeito e predicado, mas sim na verdadeira aplicação do predicado ao sujeito naquele momento específico, isso porque a proposição do presente é relevante e seria a contraparte exata de tempo presente da proposição em questão anterior.

Em outras palavras a proposição sobre o passado só é verdadeira se a situação presente do sujeito estiver entre as situações passadas pressupostas pelo predicado. O uso

---

<sup>63</sup> *Sortes modo sit albus et fuerit per totam diem Istam et non ante* (*Summa Logicae*, Pars II, c. VII, l. 40-45).

<sup>64</sup> *Sortes heri fuit sibus..*

<sup>65</sup> *Albus.*

<sup>66</sup> Portanto, ao discorrermos sobre o critério de significação de uma descrição do passado segundo Ockham, torna-se claro que este se estabelece com base no que é pressuposto no momento presente.

da cópula passada é introduzido de maneira análoga à cópula presente, sublinhando a importância de considerar o contexto atual ao avaliar proposições relacionadas ao passado. No entanto, é importante reconhecer que nem sempre podemos analisar todos os momentos em que um termo está presente. Em contextos contemporâneos, pode ser necessário utilizar um designador rígido para resolver essa questão.

### 3.1.2 PROPOSIÇÕES SOBRE O FUTURO

Inicialmente, Aristóteles contestou a viabilidade de estabelecer fundamentos lógicos e parâmetros para o conhecimento dos futuros contingentes, argumentando que, se todas as afirmações sobre eventos futuros fossem determinadamente verdadeiras ou falsas, então todos os eventos ocorreriam necessariamente. Essa visão implicaria que os eventos futuros não poderiam ser contingentes, mas - sim - necessários, eliminando qualquer indeterminação. No entanto, Aristóteles reconhece na prática que muitos eventos futuros são de fato contingentes, refletindo a possibilidade tanto de ocorrerem quanto de não ocorrerem. Ele distingue, então, entre o ser necessário, que implica determinação absoluta, e o ser possível, que permite a contingência intrínseca dos futuros contingentes. Por outro lado, Ockham adota uma abordagem mais focada na estrutura gramatical das proposições futuras, apresentando um refinamento, argumentamos, desse modo, que a verdade das proposições sobre o futuro pode ser analisada considerando sua relação com o tempo presente e a realidade em questão, além do uso correto dos termos envolvidos em diferentes contextos temporais. Ockham propõe que as proposições sobre eventos futuros podem ser verdadeiras ou falsas com base na estrutura lógico-gramatical e na situação de avaliação presente, na qual a predicação do futuro está vinculada à possibilidade real e à inclinação dos eventos em suas causas. Ele categoriza os futuros contingentes de acordo com três modos: aqueles que necessariamente seguirão de sua causa, os que têm inclinação para seu efeito, mas podem ser impedidos, e os que existem puramente em potência, sem determinação precisa de resultado. Assim, a abordagem ockhamiana oferece um meio de compreender o vir a ser futuro, baseando-se na análise gramatical, pois as proposições do futuro, poderão supor tanto aquilo que deverá vir a ser.

Neste momento, vamos explorar os exemplos fornecidos, seguindo a proposição **“um menino será um velho”**<sup>67</sup>. A proposição discutida afirma que "o menino é um

---

<sup>67</sup> No original: *puer erit senex*. (*Summa Logicae*, Pars II, c. VII, l. 25-30).

velho" nunca será verdadeira, pois contradiz diretamente a realidade dos termos envolvidos: um menino não pode ser simultaneamente um velho. Em contrapartida, ao utilizar o pronome demonstrativo "isto é um velho", a afirmação se torna verdadeira, pois está se referindo à mesma pessoa, que é um menino no momento presente. Essa distinção é crucial para entender proposições futuras nas quais a validade depende da consistência do predicado com a realidade atual. No contexto de uma proposição futura como "um menino será um velho", essa afirmação é considerada válida porque, no presente, a proposição contrária, "um menino é um velho", é falsa. Isso ressalta a necessidade de que, para uma proposição ser verdadeira, o predicado deve estar em conformidade com a situação real.

A análise lógica das proposições futuras, portanto, baseia-se na coerência dos termos e na correspondência com os fatos observáveis no presente, garantindo a validade das inferências sobre eventos futuros. Na abordagem ockhamista, o emprego da lógica temporal e o conceito de "situações de avaliação" emergem como elementos fundamentais.

Essa perspectiva introduz um critério central para a análise da veracidade das proposições, permitindo não apenas a consideração de eventos futuros, mas também de eventos passados. De acordo com Perini (2003), essa abordagem enfatiza a necessidade de examinar o contexto presente ao avaliar a validade das proposições temporais. A lógica temporal de Ockham desafia concepções preexistentes sobre o conhecimento do futuro e propõe uma fusão entre teologia, lógica e "situações de avaliação". Essa interdisciplinaridade cria um arcabouço para analisar a temporalidade, destacando a riqueza e a complexidade de seu pensamento. Essa visão desafia conceitos convencionais e abre espaço para uma reflexão mais profunda sobre a natureza da temporalidade e da realidade. O passado, o presente e o futuro fundamentam-se na percepção e na avaliação das situações em relação ao movimento e à mudança.

### *3.1.3 ANALISANDO PROPOSIÇÕES CONTINGENTES*

É amplamente reconhecido que a equivalência temporal é um fator crucial para a veracidade das proposições temporais. Para que uma proposição seja verdadeira, é necessário que ambas as partes da proposição sejam verdadeiras no mesmo período de tempo ou em períodos distintos, conforme indicado pelos advérbios temporais utilizados.

Portanto, existem advérbios que denotam proposições que são verdadeiras simultaneamente e outros que indicam veracidade em tempos diferentes. Essa investigação é abordada de forma mais detalhada no capítulo trinta e cinco da Parte II.

Seguimos com uma enunciação simples do cotidiano: “**enquanto Umbell está lendo o livro, Guilherme está trabalhando**”<sup>68</sup>. Aqui, podemos observar que a conexão temporal estabelece uma relação entre as ações, destacando a simultaneidade dos eventos que envolvem duas ou mais proposições categóricas ao longo do tempo. Devido à natureza dessas proposições, é imperativo realizar uma análise meticolosa do contexto temporal para determinar sua veracidade.

No entanto, é importante ressaltar que, para que verdades contingentes sejam consideradas verdadeiras, não é necessário que todas as partes da verdade tenham sido verdadeiras simultaneamente ou nunca simultaneamente em momentos diferentes, mas sim que, em alguns momentos, elas tenham sido verdadeiras simultaneamente. No exemplo “**Deus age quando a criatura age**”<sup>69</sup>, o advérbio "quando" estabelece uma sincronia temporal e faz com que a proposição seja verdadeira. Da mesma forma, no exemplo “**Os apóstolos estão pregando enquanto Cristo também prega**”<sup>70</sup>. O advérbio "enquanto" indica uma simultaneidade de ações, também tornando a proposição verdadeira. Esses exemplos destacam a importância de considerar o contexto temporal ao avaliar a veracidade das proposições envolvendo eventos simultâneos. Porém, um problema surge quando encontramos eventos em momentos diferentes, como nos exemplos “**Paulo foi convertido depois que Cristo sofreu**”<sup>83</sup> ou “**Cristo pregou antes de sofrer**”<sup>84</sup>. Essas proposições destacam uma sequência temporal em que a pregação precederia o sofrimento. Até aqui, analisamos como o entendimento dos advérbios temporais é crucial para a análise, já que alguns indicam sincronia, enquanto outros apenas sinalizam uma sequência temporal. Ockham também aborda as proposições temporais necessárias, nas quais cada uma de suas partes deve ser necessária para que a proposição como um todo seja verdadeira, expõe assim duas análises sobre isso. Primeiro, as proposições que não são necessárias, exemplificadas por frases como “**uma criatura é criada quando Deus cria**”<sup>85</sup> ou “**um burro é risível quando é um homem**”<sup>86</sup>. Todas essas afirmações são condicionais, e aqueles que defendem a necessidade delas se

---

<sup>68</sup> Meu exemplo.

<sup>69</sup> No original: *Deus agit, quando creatura agit* (*Summa Logicae*, Pars II, c. XXXV, l. 10-15).

<sup>70</sup> *Apostoli praedicabant, dum Christus praedicavit* (*Summa Logicae*, Pars II, c. XXXV, l. 20-25).

deparam com o seguinte raciocínio: **“Sócrates está se movendo enquanto está correndo”**<sup>87</sup>. Essa afirmação é falsa, embora não seja necessariamente impossível. Ao abordarmos a impossibilidade, Ockham discute o que é necessário para que proposições temporais sejam viáveis ou contingentes. É reconhecido que a viabilidade se relaciona a dois princípios: simultaneidade e sequencialidade. Isso implica que, para serem verdadeiras, as partes devem existir ou ocorrer em um momento específico.

Contudo, o problema reside na dificuldade de afirmar com certeza a existência simultânea dessas partes. Nesse caso, podemos apenas inferir corretamente que algo ocorreu ou existe em um determinado momento. Dessa forma, deparamo-nos com outro princípio: uma proposição condicional deriva de uma proposição temporal, mas não o oposto. Portanto, podemos formar condicionais, mas a inversão disso não é válida. Consideremos o exemplo **“Adão existia e Noé existia”**<sup>88</sup> equivalente a **“Adão existe quando Noé existe”**<sup>89</sup> no quadro I a seguir:

---

83 *Paulus fuit conversus, postquam Christus fuit passus* (*Summa Logicae*, Pars II, c. XXXV, l. 15- 20)

84 *Christus praedicavit, antequam patibatur* (*Summa Logicae*, Pars II, c. XXXV, l. 15- 20)

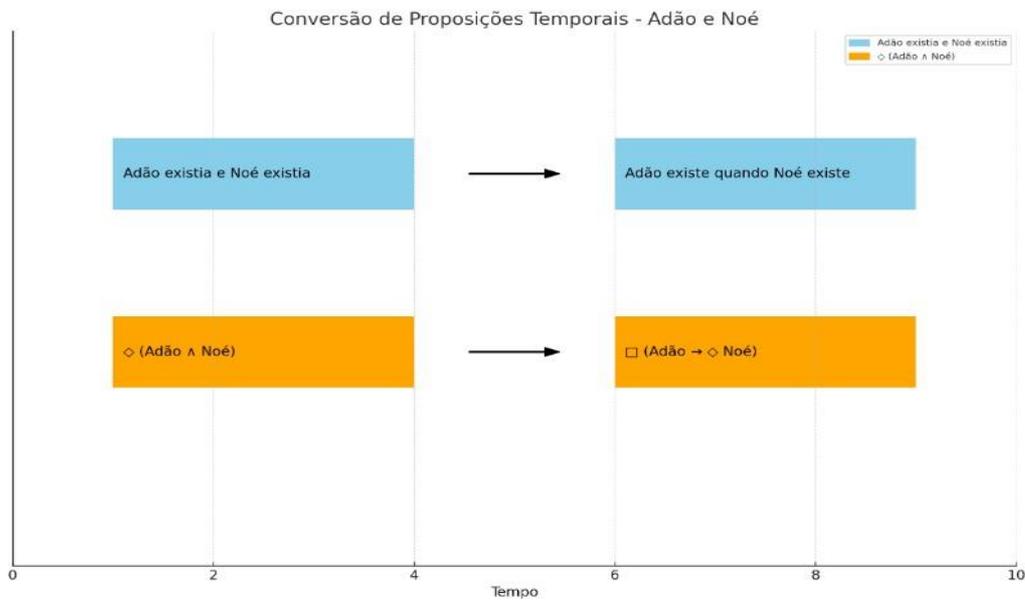
85 *creatura creatur, quando Deus creat* (*Summa Logicae*, Pars II, c. XXXV, l. 25- 30)

86 *asinus est risibilis* (*Summa Logicae*, Pars II, c. XXXV, l. 25- 30)

87 *Sortes est, dum est vel Sortes movetur, dum currit* (*Summa Logicae*, Pars II, c. XXXV, l. 35- 40)

88 *Adam fuit et Noe fuit* (*Summa Logicae*, Pars II, c. XXXV, l. 45)

89 *Adam fuit, quando Noe fuit* (*Summa Logicae*, Pars II, c. XXXV, l. 45)



*Organizado pela autora*

Portanto, ao refletirmos sobre as complexidades das inferências temporais, é evidente que nos deparemos com uma falácia peculiar, que é possível caracterizar de "falácia de inferência temporal". A presença simultânea de Adão e Noé não implica automaticamente que Adão existia quando Noé estava presente. A proposição sugere a coexistência de ambos, porém sem estabelecer uma relação temporal específica entre eles. Ademais, é possível inferir que Adão tenha existido antes, depois ou mesmo durante o período de Noé; contudo, tal relação não pode ser determinada com precisão. Isso ressalta a importância de uma abordagem cuidadosa e crítica das inferências temporais, reconhecendo as limitações inerentes à nossa compreensão do tempo e da história. Com base nas reflexões até agora, podemos elucidar que a abordagem ockhamista à lógica temporal e às proposições contingentes se revela fundamental para a compreensão da verdade e da validade dentro de diferentes contextos temporais.

William de Ockham introduz um "framework" que não apenas integra elementos da teologia e da lógica, mas também enfatiza a importância das "situações de avaliação" para a análise temporal. Essas situações, ao considerar eventos passados, presentes e futuros, estabelecem um critério central para determinar a veracidade das proposições, exigindo uma análise meticulosa do contexto temporal em que estão inseridas. Ao explorar as proposições contingentes em sua semântica, elas são verdadeira não apenas quando suas partes são verdadeiras simultaneamente, mas também quando são

verdadeiras em diferentes períodos temporais, conforme indicado pelos advérbios temporais utilizados. Isso implica uma distinção clara entre proposições que denotam sincronia e aquelas que indicam sequência temporal, ilustrando a complexidade das relações temporais dentro do arcabouço ockhamista. A análise sublinha a necessidade de uma abordagem crítica das inferências temporais, nas quais as primeiras exigem que todas as partes da proposição sejam necessariamente verdadeiras para que a proposição como um todo seja verdadeira, as proposições contingentes permitem que apenas algumas partes sejam verdadeiras em momentos específicos.

Contudo, finalizamos assim a explicação das proposições temporais, em que a relação entre sujeito e predicado é crucial em diversos aspectos, pois, com essa forma podem ser distinguidas as proposições passadas, presentes e futuras, enfatizando que a veracidade de uma proposição está intimamente ligada à precisão temporal da descrição. Além disso, Ockham destaca a importância do uso adequado de pronomes demonstrativos como "isto" ou "aquilo" para garantir a exatidão da afirmação temporal. Esses pronomes demonstrativos têm a função de referir-se diretamente ao sujeito mencionado no contexto atual da proposição, o que assegura que a verdade da proposição seja determinada pela situação temporal específica em que é enunciada.

### 3.3 PROPOSIÇÕES MODAIS

Na sequência do estudo dos capítulos selecionados da *Suma Lógica*, o capítulo nove (9) se destaca por abordar as propriedades modais e suas implicações nas proposições. O objetivo principal desta análise é elucidar as diferentes nuances da verdade e da necessidade em afirmações modais, destacando como tais proposições podem adquirir significados diversos. Primeiramente, é importante compreender que, em uma proposição modal, o modo (como "necessário" ou "possível") se aplica à proposição inteira. Isso significa que estamos verificando a validade do modo em relação à proposição como um todo. Um ponto crucial é que uma proposição universal pode ser verdadeira e necessária, mesmo que todas as suas proposições particulares sejam contingentes (dependentes de circunstâncias) ou falsas. Por exemplo, a proposição universal **”todo ser humano é um animal racional, necessariamente”**<sup>71</sup> é verdadeira e necessária em termos de composição. No entanto, qualquer proposição particular dentro

---

<sup>71</sup> Exemplo didático, não encontrado na obra.

desse universal, como "este ser humano específico é necessariamente um animal racional", pode ser falsa, dependendo das circunstâncias individuais. O capítulo também aborda a diferença entre proposições universais e singulares. Uma proposição universal se refere a todos os casos dentro de uma categoria, enquanto uma proposição singular se refere a um caso específico. No entanto, em algumas situações, pode ser difícil determinar se uma proposição é universal ou singular, e isso pode depender do contexto e da interpretação. O texto menciona que Aristóteles trata essas proposições como universais e particulares, o que sugere que existe uma base filosófica tradicional para essa categorização. A questão de saber se Aristóteles estava sendo preciso ou não é considerada menos importante no contexto atual.

Entretanto, é crucial destacar a importância da explanação da função do verbo. A discussão tem suas raízes no próprio Aristóteles, que analisa o verbo como uma forma de predicação independente do sujeito. Ockham, por sua vez, aceita essa tese com algumas adições, considerando como uma marca daqueles que são predicados de outro, aquilo que naturalmente pressupõe algo na oração. No que concerne à lógica modal ockhamista, examina-se o status do verbo, correspondente às proposições que às formas verbais. Nesse contexto, é necessário avaliar a localização temporal do verbo, nota-se que a verdade ou falsidade está ligada à relação apropriada entre o predicado e o sujeito ou termo comum<sup>72</sup>. A inclusão de quantificadores em proposições modais aumenta a complexidade, pois agora se refere não apenas a estados de coisas individuais, mas a conjuntos infinitos de possíveis estados de coisas. É fundamental também observarmos que, de acordo com sua perspectiva, qualquer termo que possa ser legitimamente e verdadeiramente predicado de uma proposição completa é considerado um modo, conferindo uma natureza modal à proposição. Assim, uma variedade de termos, como “necessário”, “possível”, “impossível”, “contingente” são todos considerados *modus* na perspectiva ockhamiana. Uma proposição modal de primeiro tipo demanda uma análise cuidadosa que se distingue na composição e na divisão, uma vez que o *dictum*, ou seja, a declaração ou, como conhecido ditado, é tomado de maneira específica. Nos limitaremos às análises modais por composição, sendo esta a primeira etapa em discutir em que o modo é verificado dentro da proposição. Seguimos o primeiro exemplo: **É necessário que todo homem seja**

---

<sup>72</sup> Para uma melhor compreensão desse tópico, é importante revisar algumas considerações sobre a metafísica e a interpretação das modalidades.

**um animal**<sup>73</sup>. Observamos que o modo necessário é verdadeiramente predicado da proposição. Nestes casos, é comum que os termos da proposição sejam tomados no acusativo, enquanto o verbo seja expresso no modo infinitivo. De fato, Ockham nos adverte que nem sempre essa regra se aplica de forma uniforme. Ele nos chama atenção para o fato de que uma proposição universal pode ser necessária, mesmo que cada um de seus singulares seja contingente ou - até mesmo - falso. Para compreendermos melhor esse conceito, é fundamental examinarmos a citação a seguir:

Hoc totum 'omnis homo est animal' submittitur respectu illius verbi in modo indicativo; tamen, respectu compositionis illius in modo infinitivo, terminus communis supponit cum signo 'esse'; et hoc est sufficient ad propositum. Ideo, qui affirmare vult tales esse proprie universales, facile dicere potest satis esse terminum communem submitti respectu verbi in infinitivo.<sup>74</sup> (*Summa Logicae*; Pars II, VII, linha 35-40)

Sobre o sentido de composição, consideraremos que toda a proposição contingente verdadeira é necessária.

Similiter haec est vera et necessaria 'omne falsum contingens esse falsum est verum', et tamen quaelibet singularis est contingens, sicut inductive patet. Similiter aliquando est talis universalis impossibilis, et tamen quaelibet singularis est possibilis et contingens, sicut patet de ista utrumque istorum esse verum est verum', demonstratis duobus contradictoriis contingentibus. (*Summa Logicae*, Pars II, c. IX, l. 60-65)<sup>75</sup>.

A citação indica que toda a proposição contingente verdadeira é necessária, mesmo que cada uma das proposições individuais seja falsa. Para argumentar essa estrutura, **devemos decompor a proposição original em três proposições individuais. Primeiramente**, temos a proposição que **afirma** que uma proposição contingente verdadeira é necessária. **Segundo**, temos a proposição que **declara que outra** proposição contingente verdadeira é necessária. **Terceiro**, proposição que também estabelece que uma outra proposição contingente verdadeira é necessária. A concepção de que, ao

---

<sup>73</sup> *Omnem hominem esse animal est necessarium* (*Summa Logicae*, Pars II, Capítulo IX, l. 05-10).

<sup>74</sup> Tradução nossa: este 'todo homem é um animal' é submetido em relação àquele verbo no modo indicativo; no entanto, em relação àquela composição do modo infinitivo, supõe o termo comum com o sinal de 'ser' - e isso é suficiente para o propósito. Portanto, quem deseja afirmar que tais são propriamente universais, pode dizer facilmente que é suficiente que o termo comum seja submetido em relação ao verbo infinitivo.

<sup>75</sup> Tradução nossa: da mesma forma, esta é verdadeira e necessária: 'Toda falsidade contingente ser verdadeira' e, no entanto, cada singular é contingente, como é evidente de forma indutiva. Da mesma forma, às vezes existe um universal impossível e, ainda assim, cada singular é possível e contingente, como é evidente nesta proposição: 'ambos destes são verdadeiros', com a demonstração de duas contradições contingentes.

afirmarmos a necessidade de todas as proposições individuais, a proposição original é considerada verdadeira e necessária. Contudo, ao aceitarmos que qualquer uma dessas proposições individuais é verdadeira e necessária, referindo-se a cada uma delas separadamente, ocorre uma contradição, pois uma proposição contingente pode ser falsa. Em essência, a proposição original mantém sua verdade, mesmo que suas partes individuais possam ser falsas, destacando uma das complexidades da lógica modal e a forma como a verdade pode ser interpretada em diferentes níveis de composição. Ao afirmar a necessidade de cada proposição contingente individualmente, podemos analisar os seguintes exemplos abaixo:

“É necessário que, se está chovendo, a rua esteja molhada.”

- Pode ser que, em algumas situações, a rua não esteja molhada mesmo que esteja chovendo (ex.: se a rua estiver coberta).

É necessário que, se o alarme tocar, os estudantes saiam da sala.

- Pode ser que os estudantes não saiam da sala mesmo que o alarme toque (ex.: se o alarme estiver com defeito).

É necessário que, se a planta for regada, ela cresça.

- Pode ser que a planta não cresça mesmo que seja regada (ex.: se a planta estiver morta).

A concepção de que, ao afirmarmos a necessidade de todas as proposições individuais, a proposição original é considerada verdadeira e necessária, parece válida à primeira vista. Contudo, ao analisarmos cada uma dessas proposições individuais separadamente, após decompô-las, encontramos uma contradição, pois uma proposição contingente pode ser falsa. Em essência, nota-se que a proposição original mantém sua verdade e conservação, mesmo que suas partes individuais possam ser falsas. Cada linha do gráfico abaixo mostra uma relação causal na qual a proposição contingente (condição) leva a uma proposição necessária (resultado). As setas indicam que a necessidade do resultado depende da verdade da condição. Isso exemplifica como proposições contingentes e necessárias interagem e como a necessidade de uma proposição pode ser analisada em função da veracidade de uma proposição contingente associada.

Concluindo este capítulo, fica evidente que o filósofo inglês enfatiza que, diferentemente das proposições temporais nas quais o sujeito pode ser substituído por pronomes demonstrativos, como "isto" ou "aquilo", nas modais, o sujeito é necessário, apesar de seu predicado não ser - e isso se revela na análise das proposições contingentes destacando como a necessidade de uma proposição depende da veracidade das proposições individuais que a compõem. Portanto, afirmo que é suficiente saber que, para uma proposição contingente ser “verdadeira”, “impossível”, “conhecida”, “desconhecida” ou “acreditada”, é necessário compreender os *modus* em que o enunciado é determinado de acordo com o verbo. No entanto, este capítulo não esgota todas as possibilidades de análise das proposições modais, e Ockham também não termina sua investigação, deixando espaço para futuras reflexões e aprofundamentos. Em suma, a abordagem de Ockham oferece uma ferramenta teórica valiosa para lógicos e filósofos. Ockham nos mostra que, apesar das dificuldades em analisar todas as nuances das proposições com termos em casos oblíquos, a relação entre sujeito e predicado, bem como a suposição correta dos termos, são fundamentais para determinar a verdade das proposições em diferentes possibilidades.

#### 3.4 SOBRE A CONVERSÃO DE PROPOSIÇÕES NÃO MODAIS NO PRESENTE INDICATIVO

Este capítulo adquire uma relevância particular ao situar-se no âmbito dos estudos contemporâneos da linguagem, em que muitos filósofos contemporâneos exploram a natureza da conversão. No contexto medieval, porém, emerge uma abordagem singular que se concentra nas modalidades, delineando as relações entre sujeito e predicado. Antes de mergulharmos na análise da conversão, é imperativo reconhecer a existência de uma ordem predefinida. De maneira paradoxal, Ockham sugere que compreender essa ordem é uma precaução contra a confusão entre os diferentes tipos de conversão existentes. No entanto, sua intenção subjacente reside na promoção de uma compreensão mais profunda de que até mesmo dentro deste contexto, há uma lógica estrita a ser observada. Em outras palavras, Ockham sublinha a importância de seguir uma sequência específica para uma compreensão rigorosa das conversões e de sua estrutura lógica. O conhecimento consolidado sustenta que as conversões de proposições não modais devem ser abordadas prioritariamente, seguidas pelas conversões de proposições modais. No caso das

proposições não modais, a conversão de proposições no presente indicativo é tratada primeiramente, seguida pela conversão das proposições no passado e futuro.<sup>76</sup> *Est autem primo sciendum quod conversio est quando de subiecto fit praedicatum et e converso*<sup>77</sup>. Primeiramente, é fundamental compreender que a conversão ocorre quando o predicado se torna o sujeito e vice-versa. Às vezes, essa conversão acontece sem qualquer alteração nas palavras, enquanto, em outros casos, há uma modificação nas palavras além da troca dos termos. Além disso, nota-se que os extremos de uma proposição não modal no presente indicativo estão ambos no caso nominativo, enquanto em outras situações estão em caso oblíquo. Outro ponto a destacar é que existem três tipos de conversão: “simples”, “acidental” e “contrapositional”. No contexto da lógica proposicional, a conversão correta de uma proposição universal negativa depende estritamente da aplicação da conversão simples. Isso implica que não há modificação na estrutura da voz, exceto pela transposição dos termos, a menos que tal modificação seja necessária devido ao gênero gramatical. Por exemplo, ao considerar a proposição “**nenhum homem é imortal**”<sup>78</sup>, sua conversão adequada resulta em "nenhum imortal é homem", preservando assim a estrutura lógica e o sentido negativo da proposição original. A conversão acidental surge quando a quantidade do sujeito e do predicado não se mantém constante após a conversão. Isso frequentemente resulta em uma conversão não mutuamente válida. Tomemos como exemplo a proposição ”**todo homem é branco; portanto, algum objeto branco é um Homem**”<sup>79</sup>.

Essa parte "todo homem é branco", que, ao ser erroneamente convertida acidentalmente para "algum objeto branco é um homem", demonstra uma mudança na quantidade lógica: a primeira proposição é universal e afirmativa, enquanto a segunda é particular afirmativa. Essa distinção sublinha como a alteração na quantidade compromete a coerência lógica da proposição convertida. Nesse caso, a quantidade muda, pois a primeira proposição é universal e afirmativa, enquanto a segunda é particular

---

<sup>76</sup> Como foi dito antes, “a verdade de qualquer proposição inferida é suficiente para garantir aquela proposição que possui suposição determinada, sendo assim a significação se resume à capacidade de supor”, um dos capítulos que mostra claramente a significação e neutralidade ou naturalidade dos termos perante uma correspondência do tipo *res*, são nos capítulos 21 ao 29 da *Suma de Lógica*, em que é demonstrado que temos a inferência que envolve proposições relacionadas de tal forma que o sujeito de uma é o predicado da outra e o predicado de uma é o sujeito da outra.

<sup>77</sup> Primeiramente, é necessário saber que conversão ocorre quando o sujeito se torna predicado e vice-versa (*Summa Logicae, Pars II, c. XXI, l. 10-15*).

<sup>78</sup> Exemplo didático.

<sup>79</sup> *Ominis homo est albus, igitur aliquod album est homo, sed e converso non sequitur* (*Summa Logicae, Pars II, c. XXI, l. 50-55*).

afirmativa. Quando lidamos com a conversão contraposicional, por outro lado, envolve a substituição de termos finitos por termos infinitos na conversão da proposição. Por exemplo: “**nenhum burro é Sócrates; portanto, não é um burro**”<sup>80</sup>. A escolha entre os tipos de conversão depende da estrutura gramatical específica da proposição original e das mudanças necessárias para a realização da conversão. É importante ressaltar que os casos nominativos e oblíquos estão relacionados nas conversões. Na conversão em casos nominativos, as proposições universais negativas com ambos os extremos no caso nominativo podem ter uma conversão do tipo simples, mas, no sentido amplo, sem nenhuma mudança nas palavras, exceto por uma alteração envolvendo o gênero gramatical de uma palavra.

### 3.5 CONVERSÃO DE PROPOSIÇÕES NÃO MODAIS NO PASSADO E FUTURO

O capítulo vinte e dois da *Summa Logicae* não apenas complementa o anterior, conforme mencionado, mas também corresponde ao capítulo sete, que trata das proposições do passado e do futuro. Ambos os capítulos enfatizam a importância de verificar a relação de verdade entre o sujeito e o predicado em proposições que envolvem o tempo. No cerne dessa observação está a necessidade de distinguir claramente entre o que o sujeito supõe como presente e o que supõe como passado durante o processo de conversão lógica. Ockham discute que, ao converter uma proposição que inclui termos referentes ao passado ou ao futuro, em que o sujeito é um termo comum, devemos estar cientes da possibilidade de equívoco no terceiro modo de equivocação. Isso significa que o sujeito pode ser interpretado tanto em relação ao que é atualmente verdadeiro quanto ao que já foi verdadeiro. Por exemplo, ao considerar a proposição “**nenhum homem era branco**”<sup>81</sup>. À sua conversão "nenhuma coisa branca era homem", podemos supor que muitas coisas brancas, tanto os presentes quanto as passadas, eram homens. Aqui, o sujeito "coisas brancas" pode ser interpretado de diferentes maneiras ao longo do tempo.

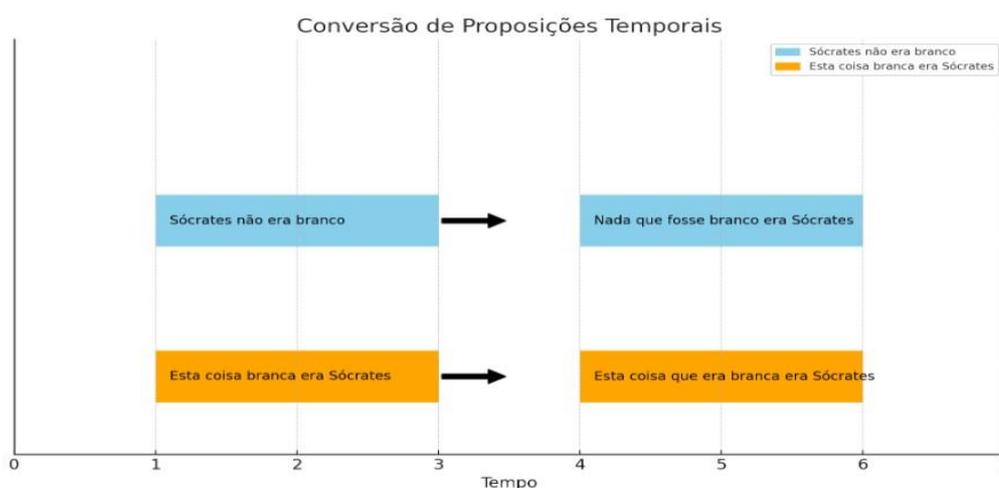
É crucial entender que a correta conversão de uma proposição inicial deve preservar a verdade lógica. Uma conversão inadequada pode resultar em uma proposição falsa, enquanto uma conversão correta ajusta adequadamente o sujeito e o verbo, garantindo sua verdade. Isso resalta a importância da precisão na interpretação temporal

---

<sup>80</sup> *Nullus asinus est Sortes, igitur nullus Sortes est asinus' sed sequitur igitur Sortes non est asinus (Summa Logicae, Pars II, c. XXI, l. 35-40).*

<sup>81</sup> *Nullum album fuit homo (Summa Logicae, Pars II, c. XXII, l. 25-30).*

ao lidar com proposições lógicas, especialmente aquelas que envolvem o passado e o futuro. No entanto, podemos considerar que muitos homens, vivos e mortos, eram brancos, enquanto outras coisas continuam sendo brancas. Neste caso, a proposição original é verdadeira, mas o conseqüente é falso. O que se destaca nesses exemplos é a coerência temporal e lógica que uma conversão de proposição do passado é apropriada quando o sujeito é considerado como aquilo que era. Neste capítulo da obra, uma questão intrigante surge quando lidamos com proposições do passado que são simultaneamente singulares, nas quais o sujeito pode ser um pronome demonstrativo isolado ou um nome próprio. O ponto crucial reside na correta consideração do tempo verbal e da natureza do sujeito durante o processo de conversão. A conversão deve preservar a coerência temporal, levando em conta o estado do sujeito no passado. Vejamos alguns exemplos de proposição singular: “Sócrates não era branco”<sup>82</sup> e “nada que fosse branco era Sócrates”<sup>83</sup>. Segue-se o quadro II:



Organizado pela autora

Esta conversão é válida porque reconhece o sujeito do predicado como algo que possuía a característica de ser branco no passado. Seria incorreto concluir que "nada que seja branco era Sócrates", pois isso implicaria que Sócrates não poderia ter mudado de cor ao longo do tempo. Já em proposições que incluem pronomes demonstrativos, como

<sup>82</sup> *Sortes non erat albus. Nihil quod albus esset erat Sortes (Summa Logicae, Pars II, c. XXII, l. 45-50).*

<sup>83</sup> *Igitur nihil quod fuit album fuit Sortes (Summa Logicae, Pars II, c. XXII, l. 45-50).*

"esta coisa branca era Sócrates", surgem duas possibilidades de conversão<sup>84</sup>. Na primeira, com o verbo no passado, a proposição convertida seria **“esta coisa que era branca era Sócrates”**<sup>104</sup>. Quando lidamos com proposições que incluem pronomes demonstrativos, como **“esta coisa que é branca era Sócrates”**<sup>85</sup>, surgem duas possibilidades de conversão. Na primeira, com o verbo no passado, a proposição convertida seria **“esta coisa que era branca era Sócrates”**<sup>86</sup>. Isso reflete a condição passada do sujeito e preserva a coerência temporal da proposição original.

Concluimos, assim, a análise das conversões referentes às proposições não modais no passado e no futuro, em que são interpretadas logicamente e modificadas com base na estrutura gramatical. Ao lidarmos com proposições sobre o passado, a transformação de uma proposição singular para universal, particular ou indefinida ocorre considerando o sujeito da consequência pelo que era. Isso significa que o sujeito é entendido com base em seu estado passado, refletindo a condição que ele tinha naquele momento específico. Da mesma forma, as proposições sobre o futuro são tratadas com sensibilidade ao tempo, nas quais o sujeito pode ser interpretado pelo que é (presente) ou pelo que será (futuro), resultando em diferentes conclusões lógicas. Essas conversões não apenas destacam a importância da coerência temporal nas linguagens lógica e natural, mas também demonstram como a escolha da estrutura gramatical influencia os modos de significação. Além disso, a aplicação dessas conversões em contextos filosóficos e teológicos revela implicações profundas. Por exemplo, ao analisarmos a natureza do ente como criador, a distinção entre "o ente sempre foi o criador" e "o ente é o criador", revelam-se nuances significativas sobre a eternidade e a atemporalidade divina. Portanto, a habilidade de converter proposições entre diferentes tempos verbais fortalece a coesão interna dos argumentos.

---

<sup>84</sup> Essas conversões preservam a coerência temporal e consideram a natureza do sujeito em relação ao tempo verbal utilizado, garantindo uma interpretação correta das proposições do passado. <sup>104</sup> *Haec res quae alba erat, erat Sortes* (*Summa Logicae*, Pars II, c. XXII, l. 55-60).

<sup>85</sup> *Haec res quae alba est, erat Sortes* (*Summa Logicae*, Pars II, c. XXII, l. 55-60)

<sup>86</sup> *Haec res quae erat alba erat Socrates.*" (*Summa Logicae*, Pars II, c. XXII, l. 55-60)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir nossa análise, constatamos que o filósofo inglês fornece uma base robusta para a compreensão das condições de verdade, oferecendo não uma teoria da verdade em si, mas sim uma metodologia para tratar proposições na interseção entre linguagem e realidade. A abordagem de Ockham é centrada em uma lógica gramatical, na qual cada termo desempenha um papel específico dentro de uma proposição. Esse método rigoroso possibilita uma análise detalhada e precisa das estruturas linguísticas, sublinhando a sofisticação da filosofia do século XIV. Esta perspectiva pragmática não só facilita uma compreensão mais clara das proposições e suas condições de verdade, mas também alinha a análise semântica com uma abordagem mais moderna e funcional. Ao destacar a importância da relação entre os termos e suas funções gramaticais dentro das proposições, Ockham apresenta uma visão inovadora que antecipa muitos desenvolvimentos posteriores à filosofia da linguagem. Nossa investigação permitiu contrastar e comparar a visão ockhamista com outras tradições filosóficas, realçando a singularidade de seu enfoque sobre a medida do movimento e a estrutura dos termos. Ademais, ao esclarecer as implicações contemporâneas de sua lógica, especialmente no campo da inteligência artificial, demonstramos a relevância contínua de seu pensamento. Dessa forma, alcançamos os objetivos de compreender as condições de verdade das proposições e explorar a teoria da suposição de Ockham, contribuindo para uma apreciação mais profunda e aplicável de seu legado filosófico.

A presente pesquisa concentrou-se na investigação detalhada e na interpretação das proposições modais e temporais ockhamista, um aspecto crucial da lógica proposicional na filosofia medieval, culminando nas metas acatadas sobre as questões interconectadas e essenciais das condições de verdade das proposições e na teoria da suposição. Para isso, foram utilizadas como fontes a *Summa Logicae Parte II*, especialmente os capítulos 7, 8, 9, 21, 22 e 35, complementadas pela tradução e comentários de Alfred Fredosso. Demonstrar a importância das condições de verdade das proposições foi um objetivo central da pesquisa, sustentado pela tradição de estudiosos da lógica medieval e da filosofia de Guilherme de Ockham. Diante dessas perspectivas a verdade de uma proposição composta depende diretamente da verdade ou da falsidade das proposições simples que a compõem. Em outras palavras, uma proposição só pode ser considerada verdadeira se todas as suas partes componentes forem verdadeiras; caso contrário, será falsa. Além disso, a pesquisa investigou os tipos de proposições categóricas

e modais, e como elas convergem com a questão da conversão, para um melhor aprofundamento das significações.

No entanto, alguns comentaristas contemporâneos levantaram objeções significativas à lógica ockhamista. Essas críticas serviram como ponto de partida para uma tese revisionária, que busca reavaliar e possivelmente reformular a interpretação tradicional de sua lógica. Além disso, a pesquisa lançou luz sobre aspectos pouco estudados da teoria da suposição de Ockham, especialmente em relação ao tempo futuro e passado. Para sustentar nossos argumentos, incluímos exposições da Parte I da *Summa Logicae*, em que são explicadas as estruturas dos termos, suas funções e classificações, evidenciando que sempre há um conceito correspondente aos termos, independentemente de serem convencionais ou contingentes. Procuramos contrastar as estratégias da relação entre linguagem e realidade, destacando a centralidade do conceito na construção do significado. A distinção entre diferentes níveis de signo, um remetendo à realidade externa e outro acrescentando um elemento cognitivo, é relevante para a análise proposta, evidenciando a profundidade da reflexão desses pensadores sobre o tema. A análise rigorosa desses temas, situada no contexto do pensamento medieval, revela-se como um exercício intelectual de grande valor, capaz de oferecer caminhos significativos e alternativos para a filosofia analítica contemporânea. Isso demonstra que o legado intelectual dos mestres escolásticos permanece relevante e inspirador na contemporaneidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes Ltda, 2012. 1210 p.
- ABELARDO, Pedro. **Lógica para principiantes**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 80 p. Tradução do latim por Carlos Arthur Ribeiro do Nascimento.
- ALFÉRI, Pierre. **Guillaume d'Ockham – le singulier**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1989.
- ARISTÓTELES. *Organon: IV*. In: **Analíticos Posteriores**. Tradução de Pinharanda Gomes. 1ª ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1987. 179 p.
- BIARD, Joël. *La redéfinition ockhamiste de la signification*. In: **Miscellanea Mediaevalia**. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 1981, p. 451-458.
- BOEHNER, Philotheus. *El sistema de lógica escolástica*. In: **Estudio histórico y crítico**. Translated by Matilde Pizarro Crespo, Revista de la Universidad Nacional de Córdoba, v. 31, set. 1947.
- \_\_\_\_\_. *Introduction*. In: **OCKHAM, William of. Philosophical writings**. Indianapolis: Hackett, 1990, p. ix-lxix.
- \_\_\_\_\_. **Medieval Logic**. University of Manchester at the university: The University of Chicago Press, Chicago 37 W. J. Gage & Co., Ltd., Toronto 2B, Canada, 1952. 316 p.
- \_\_\_\_\_. *Ockham's Theory of Supposition and the Notion of Truth*. In: **Franciscan Studies**, v. 6, 1946, p. 261-291. Reeditado em *CAO*, p. 232-267. (v. Summa Logicae, I. c. 43).
- \_\_\_\_\_. *Ockham's Theory of Truth*. In: **Franciscan Studies**, v. 5, 1945, p. 138-161. Reeditado em *CAO*, p. 174-200.
- BOTTIN, F. **La razionalità aperta di Ockham**. Veritas, Porto Alegre, 41(163), p. 473–482, 1996.
- CERQUEIRA, H. E. A. da G. **Ockham e o problema dos universais: um comentário ao argumento da Summa Logicae**. Veritas (Porto Alegre), 48(3), 441–454, 2003.
- DA COSTA, Joice Beatriz da. **A teoria da suppositio como condição de possibilidade para a significatio na lógica ockhamiana**. Porto Alegre: PUCRS, 2000, (manuscrito), 45 p.
- \_\_\_\_\_. **Signo e significado em Guilherme de Ockham**. Revista Ágora Filosófica, Recife, PE, Brasil, v. 11, n. 2, 2012.

\_\_\_\_\_. **Suposição, significado e referência: o diálogo entre Ockham e a filosofia contemporânea.** Porto Alegre: Letra&Vida, 2012.

DE ANDRÉS, Teodoro S. J. **El nominalismo de Guillermo de Ockham como filosofía del lenguaje.** Madrid: Gredos, 1969.

ECO, Umberto. **Os limites da interpretação.** São Paulo: Perspectiva, 1990.

\_\_\_\_\_. **Signification and denotation from Boethius to Ockham.** *Franciscan Studies*. v. 44, p. 1-29, 1984.

ECO, Umberto; MARMO, Costantino. **On the medieval theory of signs.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1989.

FRANCISCANO, Pensamento (Org.). **Guilherme de Ockham: Lógica dos termos.** Trad. Fernando Fleck. Ed.?, Porto Alegre: Edipucrs, 1999

FREDOSSO, Alfred; SHUURMAN, Henry (Trad.). **Theory of Propositions: part II of the Summa Logicae.** South Bend, Ind.: St. Augustines Press, 2011.

GHISALBERTI, Alessandro. **Guilherme de Ockham.** Trad. Luís De Boni. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

HOCHART, P. *Guilherme de Ockham: o signo e sua duplicidade.* In: CHÂTELET, F. (org.). **História da filosofia II – A Filosofia Medieval.** Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 165-184.

HOCHSTETIER E. **Studien zur metaphysik und erkenntnislehre Wilhelms von Ockham.** Berlin Leipzig Walter de Griter, 1927.

JOÃO DUNS ESCOTO. **Quaestiones in in Primum Librum Perihermenias & Quaestiones in Duos Libros Perihermenias.** R. Andrews, G. Etzkorn, G. Gál, R. Green, T. Noone, R. Plevano, A. Traver, R. Wood (eds.). St. Bonaventure (NY)/Washington: The Franciscan Institute/The Catholic University of America, 2004.

KLEMENT, K. Frege. In: **The Internet Encyclopedia of Philosophy.** Disponível em: <http://www.iep.utm.edu/frege/>. Acesso em: 24 de abril de 2024.

KNEALE, William; KNEALE, Martha. **O desenvolvimento da lógica.** Trad. de M. S. Lourenço. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

LIBERA, Alain de. **A filosofia medieval.** Trad. Nicolás Campanário e Yvone Teixeira de Silva, São Paulo: Loyola, 1998.

LOUX, Michael J. **Significatio and Suppositio: Reflections on Ockham's semantics.** *The New Scholasticism*, vol. LIII, n. 4, p. 407-427, 1979.

MICHON, C. **Nominalisme: La théorie de la signification d'Occam.** Paris: Vrin, 1994.

MÜLLER, Paola. Introdução. In: **Guilherme de Ockham: Lógica dos termos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 11-109.

OCKHAM, Guillelmi de. **Expositio in librum Perihermenias Aristotelis**. A. Gambatese e S. Brown (eds.). St. Bonaventure (NY): The Franciscan Institute, 1978.

\_\_\_\_\_. **Scriptum in Librum Primum Sententiarum (Ordinatio)**. (Dist. II et III). S. Brown e G. Gál (eds.). St. Bonaventure (NY): The Franciscan Institute, 1970.

OCKHAM, Guillelmi de. **Summa Logicae: Opera Philosophica et Theologica**. The Franciscan Institute of St. Bonaventure University: Copyright, 1974. 900 p.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo de. **A realidade e seus signos: as proposições sobre o futuro contingente e a predestinação na divina lógica de Guilherme de Ockham**. 2006. 255 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Uma teoria dos signos e das afecções: Guilherme de Ockham e os fundamentos da crítica à teoria das Species**. Rio de Janeiro: Analytica, v. 14, n. 2, set. 2010.

PANACCIO, Claude. **Les mots, les concepts et les choses: la sémantique de Guillaume d'Occam et le nominalisme d'aujourd'hui**. Paris: Bellarmin-Vrin, 1991.

ROBERT, Aurélien. **Essentialisme et Nominalisme chez Guillaume d'Ockham. Mémoire présenté à l'Université du Québec à Trois-Rivières comme exigence partielle de la maîtrise en Philosophie**. Université du Québec, Trois-Rivières, octobre 2001.

SANTOS, Bento Silva. Isagoge: **Introdução às Categorias de Aristóteles**. São Paulo: Attar, 2002. 90 p.

SANTOS, Ernesto Perini. **Linguagem e interpretação: o recurso à linguagem mental em Ockham**. Veritas (Porto Alegre), 2000.

\_\_\_\_\_. **Os termos absolutos em Ockham e designadores rígidos em Kripke e Putnam**. Cadernos de Filosofia da Ciência, s. 3, v. 7, p. 121-148, 1997.

SANTOS, Ernesto Perini. **Um argumento ockhamiano contra o realismo sobre a categoria da quantidade**. Veritas, Porto Alegre, setembro 1997. Volume 42, número 3, p. 647-658.

SOLON, Luiz Ricardo. **O Estatuto da Subjetividade do Doente na Semiótica médica germânica na virada do século XIX**. 2016. 188 f. Tese (Doutorado em História da Ciência) - Programação de Estudos Pós-Graduados em História da Ciência, PUC SP, São Paulo, 2016.

SPADE, Paul Vincent. **History of the problem of universals in the Middle Ages**: notes and texts. 1995. Disponível em: <http://pvspade.com/Logic/docs/univers.pdf>. Acesso em: 24 de abril de 2024.

SPADE, Paul Vincent. **The Cambridge Companion to Ockham**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SPADE, Paul Vincent. **Five texts on the medieval problem of universals**. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, Inc., 1998. 252 p.

STUMP, E. *The mechanisms of cognition: Ockham on mediating species*. In: SPADE, Paul Vincent (ed.). **The Cambridge Companion to Ockham**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 168-203.

TOMÁS DE AQUINO. *Questiones Disputatae De Veritate. Roma*: Sancta Sabrina, 1970. (S. T. de Aquino Opera Omnia. Tomus XXII, Vol. II, Fasc. I).

UCKELMAN, Sara L. **Modalities in Medieval Logic**. Amsterdam: Institute For Logic, Language And Computation, 2009. 231 p.

VIGNAUX, P. *La problématique du nominalisme médiéval peut-elle éclairer des problèmes philosophiques actuels?* Revue Philosophique de Louvain, v. 75, 1977, p. 293-330. Trad. it. La prolematica del nominalismo medievale può chiarire alcuni problemi filosofici attuali? In: BRIGUGLIA, G. (ed.). **Medioevo in discussione**: Termini, problemi e interpretazione del pensiero medievale. Milano: Ed. Unicopoli, 2002, p. 237-276.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo  
Porto Alegre – RS – Brasil  
Fone: (51) 3320-3513  
E-mail: [propesq@pucrs.br](mailto:propesq@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)